Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VIII Legislatura **Número: 77**

III Sessão Legislativa **Horta, Quinta-Feira, 14 de Junho de 2007**

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*

Secretários: *Deputados António Loura e Cláudio Lopes*

Sumário

(Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 15 minutos)

Período de Informação Parlamentar:

Lida a correspondência entrada na mesa, passou-se ao período destinado a assuntos de interesse relevante para a Região, tendo proferido intervenções os Srs. Deputados Mariana Matos *(PS),* António Pedro Costa *(PSD),* José do Rego *(PS),* Jorge Macedo *(PSD),* Lizuarte Machado *(PS),* Artur Lima *(CDS/PP),* Guilherme Nunes *(PS),* José Gaspar Lima *(PS),* José Gabriel Eduardo *(PS),* Osório Silva *(PS),* bem como o Sr. Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte).*

Agenda da Reunião:

1 – Proposta de Decreto Legislativo Regional – "Define o Quadro para a Regulação e Gestão dos Resíduos na Região Autónoma dos Açores.

Após a apresentação do diploma feita pela Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar *(Ana Paula Marques),* intervieram no debate os Srs. Deputados Pedro Gomes *(PSD),* Jaime Jorge *(PSD),* Hernâni Jorge *(PS) e* Carla Bretão *(PSD).*

Para responder a questões solicitadas pelos Srs. Deputados, usou da palavra a Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar *(Ana Paula Marques)*.

Submetida à votação, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada na generalidade, especialidade e votação final global, por unanimidade.

O Sr. Deputado Helder Silva *(PS*) proferiu uma declaração de voto.

2 – Projecto de Resolução – "Resolve encarregar a Comissão Especializada Permanente de Economia para proceder à avaliação do potencial de uma ligação semanal entre a Terceira e a América do norte face às expectativas existentes, quer nos Açores, quer nas respectivas comunidades emigrantes", apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Sobre este Projecto de Resolução usaram da palavra a Sra. Deputada Carla Bretão, que fez a sua apresentação, os Srs. Deputados Lizuarte Machado *(PS),* Osório Silva *(PS),* Alberto Pereira *(PSD),* bem como o Sr. Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte)*.

Submetido à votação, o Projecto de Re4solução foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Clélio Meneses *(PSD)* e Lizuarte Machado *(PS)*.

3 – Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão sobre o Projecto de Resolução – "Harmonizar os níveis dos apoios a atribuir aos clubes e modalidades que recebem apoios para a promoção dos Açores", apresentado pelo PSD.

O pedido de urgência foi rejeitado por maioria, após intervenções do Sr. Deputado Cláudio Lopes *(PSD)* e da Sra. Deputada Cláudia Cardoso *(PS)*.

4. Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projecto de Resolução – "Importância da defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores da Base das Lajes e da preservação dos postos de trabalho por cidadãos nacionais", apresentado pelo PSD.

O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade, após intervenções dos Srs. Deputados Francisco Coelho *(PS)* e Clélio Meneses *(PSD)*.

5 - Projecto de Resolução – "Importância da defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores da Base das Lajes e da preservação dos postos de trabalho por cidadãos nacionais", apresentado pelo PSD.

No debate deste Projecto de Resolução usaram da palavra os Srs. Deputados Clélio Meneses *(PSD),* Francisco Coelho *(PS),* bem como o Sr. Secretário Regional da Presidência *(Vasco Cordeiro).*

Submetido à votação, o Projecto de Resolução foi rejeitado por maioria.

6 – Pedido de autorização para prestar depoimento na qualidade de testemunha a Sra. Deputada Maria Fernanda Mendes (Processo nº 5/2007-PRF).

O pedido de autorização foi aprovado por unanimidade.

7 – Proposta de Deliberação que declara findo o Período Legislativo de Junho, apresentado pela mesa da ALRA.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

(Os trabalhos terminaram às 16 horas e 50 minutos)

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Vamos proceder à chamada dos Srs. Deputados.

(Eram 15 horas e 15 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alberto da Silva **Costa**

Ana Isabel Damião de Serpa Arruda **Moniz**

António Gonçalves Toste **Parreira**

António José Tavares de **Loura**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da **Costa**

Fernanda Correia Garcia **Trindade**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente **Nunes**

Hélder Guerreiro Marques **Silva**

Henrique Correia **Ventura**

Hernâni Hélio **Jorge**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José de Sousa **Rego**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José Gaspar Rosa de **Lima**

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Luís Paulo de Serpa **Alves**

Manuel Avelar Cunha Santos

Manuel Herberto Santos da **Rosa**

Manuel Soares da **Silveira**

Maria **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Mariana Rego Costa de **Matos**

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Maria da Silva **Gonçalves**

António Pedro Rebelo **Costa**

Carla Patrícia Carvalho **Bretão** Martins

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Jaime António da Silveira **Jorge**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

Luís Henrique da **Silva**

Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos **Duarte**

Mark Silveira **Marques**

Sérgio Emanuel Bettencourt **Ferreira**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Presidente: Estão presentes 43 Srs. Deputados. Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início à leitura da correspondência.

Secretário *(António Loura):* Do Grupo Parlamentar do PSD, pedido urgência de dispensa de exame em Comissão do Projecto de Resolução cujo objecto é "Importância da defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores da Base das Lajes e da preservação dos postos de trabalho por cidadãos nacionais".

Secretário *(Cláudio Lopes):* Do Grupo Parlamentar do PSD o Projecto de Resolução cujo objecto é "Harmonizar os níveis dos apoios a atribuir aos clubes e modalidades que recebem apoios para a promoção dos Açores".

Secretário *(António Loura):* Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, relatório e parecer sobre o pedido de autorização para a Deputada Maria Fernanda Silva Mendes prestar depoimento, como testemunha, nos autos do processo de julgamento de responsabilidades no 5/2007-PRF, a correr termos na Sessão Regional dos Açores do Tribunal de Contas.

Secretário *(Cláudio Lopes):* Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, relatório e parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 10/2007 – "Define o quadro para a regulação e gestão de resíduos na Região Autónomas dos Açores".

Presidente: Apresentada a correspondência, vamos passar às intervenções de interesse político relevante.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mariana Matos.

Deputada Mariana Matos *(PS):* Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O VIII Congresso Regional da Juventude Socialista Açoriana decorreu nos passados dias 1, 2 e 3 de Junho na cidade de Ponta Delgada. Participado por cerca de duas centenas de delegados oriundos de todas as estruturas da JS/Açores, o VIII Congresso Regional foi mais uma oportunidade para que fosse exercido o espírito democrático, por que sempre se tem pautado a Juventude Socialista açoriana. Exemplo desse mesmo espírito, é o facto de, e desde o dia 19 de Maio, a JS/Açores ser a primeira organização política de Juventude do país a eleger por voto directo e universal o seu líder. As eleições directas e o VIII Congresso da JS/Açores foram momentos de participação cívica consciente, empenhada e consequente; provando, todos os dias, em período de campanha, durante as eleições, e em Congresso, que é possível trazer para o debate político e social os Jovens dos Açores; que é possível mobilizar todos e cada um em torno das questões que os preocupam, que os fazem pensar e ter vontade de agir.

Em Congresso foram debatidas e votadas duas moções Globais de Estratégia e mais de uma dezena de moções sectoriais com temas tão variados como a Participação Política, Turismo, Ambiente, Cultura, entre outros.

Aos jovens socialistas açorianos cabe, muitas vezes, a tarefa de ousar desbravar caminho. De reflectir sobre os temas que preocupam a geração que, nos próximos 10 anos, será chamada a assumir responsabilidades. Tem sido, aliás, esta a actuação da JS desde a sua fundação nos Açores. Entendemos que a vida política deve ser orientada para a criação de mecanismos que permitam o aumento constante da qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos; por serem eles os principais destinatários da actividade política. É por isso, que pôr em prática um programa político não deve ser um processo estanque e inflexível. Deve ser sim um processo coerente e articulado mas, ao mesmo tempo, um processo que não está nunca fechado às transformações normais de uma Comunidade em constante evolução.

A problemática das gerações determina, por isso, para aqueles que querem ver desenvolvida a sua Comunidade, que a preocupação do poder político para com a Juventude seja constante e não pontual; consequente e não oportunista; que apresente novas ideias e novos projectos sempre que entender que é altura de o fazer.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A aposta em mais e melhores mecanismos de participação cívica, o desenvolvimento de competências tecnológicas, a inclusão tecnológica, a educação, a criação de fundos de capital de risco para impulsionar junto dos jovens a iniciativa privada, a criação de uma bolsa de emprego que envolva todo o tecido empresarial regional, o apoio aos jovens para construção de casa própria, a defesa da Cultura Açoriana, o Ensino Superior, o Poder Local, o Associativismo, o Emprego, a emancipação jovem foram temas discutidos e aprovados pela maioria dos votos dos delegados na Moção Global de Estratégia JS/XXI Novos Desafios. A JS/Açores quer continuar a assumir-se e a afirmar-se como a voz da Juventude Açoriana na defesa de todos sem excepção. Para a Juventude Socialista Açoriana dizer que a Juventude é o futuro não é nenhum cliché; mas sim uma verdade com provas dadas. Por isso, acredita no papel fundamental que os Governos do Partido Socialista têm desenvolvido através de uma cada vez maior coordenação sectorial e interdisciplinar na concretização das políticas de Juventude. É com os Jovens de hoje que se preparam os Açores de amanhã.

Discutir a problemática da Juventude apresenta mais perguntas do que respostas. É natural que assim seja. Por isso, um poder político com noção de Futuro, não pode ter outra acção, senão a de continuar a promover a integração dos jovens nos vários sectores da vida social e cultural; continuar a promover o cumprimento dos direitos fundamentais como o acesso ao ensino e à formação ou os incentivos à livre iniciativa e sempre que necessário aperfeiçoar os mecanismos de coordenação ou incentivar a aquisição de novas competências e, sobretudo, inovar.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O VIII Congresso Regional da JS/Açores foi o lançamento de uma estrutura mais forte, rejuvenescida, renovada e mobilizada capaz de enfrentar os novos desafios do

século XXI, que passam, indubitavelmente, por todas as ilhas dos Açores, de Santa Maria ao Corvo.
Disse…

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

(Neste momento o Sr. Presidente da mesa foi substituído pelo Sr. Vice-Presidente, Deputado Costa Pereira)

Presidente: Estão abertas inscrições para esclarecimentos sobre esta intervenção.
Parecendo não haver intervenientes, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado António Pedro Costa, ressalvando que houve um lapso nas inscrições. De acordo com a ordem de trabalho que se iniciou ontem, o primeiro deputado a intervir devia ser o Deputado António Pedro Costa. Assim sendo, faremos duas intervenções seguidas do PSD e retomaremos depois com as do PS.
Deputado António Pedro Costa *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:
Aproveito este último plenário ordinário deste período legislativo para desta tribuna saudar e reflectir sobre as comemorações dos 500 anos da criação do Concelho da Ribeira Grande, não havendo outra oportunidade para, nesta Assembleia Legislativa intervir sobre este evento de forma atempada.
Foi Lopo de Aires, escudeiro de D. Pedro, Marquês de Vila Real, quem recebeu procuração dos moradores da Ribeira Grande para apresentar a El-Rei D. Manuel I o pedido de elevação a vila, o qual encontrando-se em Abrantes, deu despacho favorável, aos 4 dias do mês de Agosto da era de 1507, faz agora 500 anos. A Ribeira Grande foi, porém, vila durante sete meses, sem o saber ou sem receber a confirmação de que era, pois só em Março, de 1508 chegou Lopo de Ares com a boa nova e a prova dela, trazendo em mãos o alvará régio.
Com os alevantes festivos costumeiros se convocou o povo para dar largas à sua alegria, por tão grata notícia, escolhendo-se os mais capazes para governar a Câmara.

Pelas condições da terra por onde corria uma grande ribeira, cresceu depressa o seu povoado, recebendo o almejado foral que os livrou do penoso custo de demandar a capital da ilha, vindo a tornar-se rapidamente na principal de todas as vilas dos Açores. Veio depois em tanto crescimento, que se tornou na maior vila, mais rica e de mais gente que havia em todo este Bispado de Angra.

Como deixou dito Gaspar Frutuoso, a única fonte de então para nos tirar da ignorância, o qual escreveu o que ouviu alguns anos passados, "a Vila da Ribeira Grande, nobre com seu moradores, rica em suas terras, bem assombrada com seus campos e fértil com seus frutos, está situada de aquém e de além de uma grande ribeira, de que dela tomou o nome, quase no meio da ilha, em uma grande baía da banda do norte, ao pé de uma serra muito fresca (que, por estar perto da sua planície, está uma coisa realçando a outra, fazendo-a juntamente mais graciosa que muitas vilas) e a ribeira corta a vila em duas partes, de pouco tempo a esta parte, porque até ao ano mil de quinhentos e quinze não havia, da ponte à parte do poente, mais de duas casas somente.

No julgamento do cronista, aquela terra muito abundante na produção de seus campos, os moinhos dela seriam não apenas os melhores da ilha mas de todo o reino.

Não se conhecendo o seu paradeiro, Daniel de Sá procurou reconstituir o texto régio do Foral, justificando a sua outorga por parte de El-Rei venturoso, e escreveu assim: por ser tão longe da vila de Vila Franca de que até ao presente era termo e jurisdição, e por dele a ela haver assim grande distância de caminho com que os moradores recebem grande fadiga e opressão em serem a ela súbditos e sujeitos por haverem de ir cada dia tão longe pelas coisas da justiça, tiramos e desembargamos de ser do termo da dita Vila Franca e de sua jurisdição como até ora foi.

A visão do monarca foi, naquele tempo, ao ponto de lhe dar por termo uma légua ao redor, contada do pelourinho por todas as partes em redondo, ou seja uma vila cuja área ia de Rabo de Peixe até Santa Iria. Foi assim que uma pequena aldeia se tornou Vila e no final do século passado foi consagrada cidade, para orgulho de todos aqueles que amam verdadeiramente aquela terra.

Os primeiros povoadores, atraídos pela sua grande ribeira de águas caudalosas que lhe deu o nome, com moinhos destinados a cereal e mais tarde à preparação do pastel.

A importância da moagem na economia local e para os rendimentos do capitão donatário, levou à construção de uma vala que, ao desviar parte da água da ribeira, permitiu a laboração dos moinhos que foram sendo construídos, constituindo-se numa verdadeira e grande indústria. Até meados do séc. XX, em que a introdução da moagem industrial significou a progressiva redução dos moinhos artesanais, a actividade moageira foi um dos suportes da vida económica da vila. A ela vieram juntar-se, aproveitando igualmente a energia hidráulica, a tecelagem do linho e da lã e já na segunda metade do século XX, a energia geotérmica, contribuindo, assim, para que a Ribeira Grande ainda hoje possua um sector industrial de notória vitalidade para a economia dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao longo destes quinhentos anos, a Ribeira Grande cresceu e progrediu, fruto do labor e do espírito empreendedor e criativo da sua gente. Gente que sonhando-a, tem sabido interpretar os sentimentos e a vontade de concretizar esses ideais sonhados.

Todos sabemos que a Ribeira Grande merece mais e melhor: exigem-no as suas gentes. Apesar de todo o esforço já dispendido, tanto ainda há a fazer em todo o Concelho, no campo das estruturas da rede viária, da protecção e dignificação da frente marítima, do saneamento básico, do urbanismo, da preservação do valioso património, da educação, da cultura e dos equipamentos colectivos.

Alguns indicadores sociais exigem a atenção que o concelho reclama.

Assinalar, pois esta importante efeméride, mais do que olhar para o passado, é preciso consciencializarmo-nos da realidade presente, equacionando as suas necessidades e avançando com projectos que respondam aos anseios da população e que possam contribuir para o progresso e desenvolvimento da cultura, da educação e da qualidade de vida da população do Concelho.

Reconhecendo o querer e a determinação dos Ribeira-grandenses e, bem assim, o progresso social e económico da Ribeira Grande, a Assembleia Regional dos Açores decidiu aprovar, há 26 anos, a elevação da então vila, à categoria de cidade, concretizando uma legitima e justa aspiração das suas gentes, facto que daqui desta tribuna saudamos há precisamente um ano.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Dentro de dias, iniciar-se-ão as cerimónias evocativas dos 500 anos da criação do Concelho da Ribeira Grande. Que esta breve reflexão sobre esta efeméride possa representar uma homenagem e mais um incentivo para os ribeira-grandenses continuarem a trabalhar com afinco pelo desenvolvimento da sua cidade e do seu Concelho, procurando encontrar as melhores soluções para a concretização de objectivos fundamentais: progresso e qualidade de vida das suas gentes, numa perspectiva de futuro e de afirmação da Ribeira Grande no contexto dos Açores.

Com o seu valiosíssimo património, retratado nos bons exemplares de arquitectura civil e religiosa, após crise a sismo-vulcânica de 1563, começou a aparecer em cada esquina da Ribeira Grande tamanha riqueza patrimonial que levou Luís Bernardo Leite de Ataíde a classificá-la como 'Vila seiscentista de São Miguel'. Já em meados do século XX, pela sua forte presença arquitectónica, Carreiro da Costa haveria de chamá-la de 'vila-museu'.

A Ribeira Grande constitui, assim, nos nossos dias um conjunto urbano construído de características únicas, que aliado à sua vitalidade económica, a convertem, no contexto açoriano, num dos pólos de maior progresso desta Região.

Com uma cidade que encanta os visitantes e um centro histórico que constitui um verdadeiro cartão de visita, a Ribeira Grande é berço de tantas e ilustres personalidades, que, pelo seu prestígio pessoal, contribuíram para dignificar e enobrecer o seu Concelho e a sua cidade.

Graças ao poder local instituído, aquele Concelho sempre foi um dos motores de desenvolvimento da ilha, não só pelo número dos seus habitantes, mas pela sua capacidade de criar riqueza, bem como pela determinação e pela vontade de vencer das suas gentes. Importa, pois, nesta ocasião, relevar o seu importante contributo para o progresso de todas as suas freguesias e da sua vila e ser devida e adequadamente apoiado no seu processo de desenvolvimento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Volvidos 500 anos, a capital do norte é hoje um dos mais importantes aglomerados dos Açores e um dos maiores Concelhos da nossa Região, com características muito peculiares, beneficiando, ao longo destes 5 séculos, de um processo de desenvolvimento sustentado, onde vivem cerca de 30 mil habitantes, em 14

freguesias, na costa norte da ilha de S. Miguel, sempre com os olhos postos no futuro, sem nunca esquecer o seu glorioso passado.

Não se pode ficar indiferente ao jubileu do Foral da Ribeira Grande e devemos, por isso, congratularmo-nos por mais esta efeméride, e que estas comemorações possam constituir mais uma oportunidade de exaltação e de afirmação da Ribeira Grande.

Por isso, daqui saudamos todos os seus cidadãos, de uma ponta à outra do Concelho, por intermédio dos legítimos representantes autárquicos desta importante parcela da nossa Região Autónoma, em ocasião tão festiva e mobilizadora e de grande alcance cultural e social para os ribeiragrandenses, quer vivam no Concelho, quer labutem noutras partidas do mundo, também relevante para os açorianos e para os Açores.

Assinalando-se os 500 anos da criação deste Concelho, o passado dá as mãos ao presente e aponta na direcção do norte, para que a força e o sonho dos ribeiragrandenses seja a mole da forja de um futuro cada vez mais risonho e mais digno para cada um dos seus habitantes.

O sucesso do desenvolvimento da Ribeira Grande é o sucesso da Autonomia e dos Açores.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos sobre esta intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

(*)Deputado José do Rego *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Independentemente do tempo, que será oportuno ou não, os 500 anos da Ribeira Grande comemoram-se a 4 de Agosto, o dia do foral da Ribeira Grande e, portanto, poderão ser saudados aqui hoje como poderão ser, em nosso entender, saudados no próximo mês de Setembro.

Saudamos a intervenção do Sr. Deputado António Pedro Costa que traçou um conjunto de conceitos e de intenções que se foram desenvolvendo ao longo desses

500 anos na Ribeira Grande e que fizeram com que esse concelho se distinguisse entre os demais concelhos dos Açores.

Nesta hora de saudação da elevação da Ribeira Grande a concelho importa referir que este é o concelho mais jovem dos Açores e por ser o concelho mais jovem, é um concelho promissor em relação ao seu futuro, porque contará com as pessoas da Ribeira Grande, ou seja, com os ribeiragrendenses.

Os ribeiragrandenses ao longo desses 500 anos souberam sempre dar a volta às suas necessidades e ao seu desenvolvimento, passando muitas vezes por vários cataclismos naturais, souberam dar resposta, a devido tempo, a estas tempestades que muitas vezes assolam não só a Ribeira Grande, mas todos os Açores.

A Ribeira Grande hoje continua a distinguir-se no sector primário, com uma agricultura pujante onde duas das maiores fábricas de lacticínios dos Açores estão colocadas no Concelho de Ribeira Grande.

Durante muitos anos a indústria, como foi referido pelo Sr. Deputado António Pedro Costa, na Ribeira Grande foi a fonte económica deste concelho.

A meados do Século XX muitas das pessoas que trabalhavam à volta da ribeira, ou seja, nos moinhos, souberam dar uma resposta quando as moagens começaram a aparecer, virando-se para a construção civil e hoje as maiores empresas de construção civil da ilha de S. Miguel encontram-se localizadas no Concelho da Ribeira Grande e é lá que se extrai muitas das massas minerais dos Açores.

A nível do sector secundário, a Ribeira Grande tem uma indústria pujante e, talvez, seja quase o primeiro concelho dos Açores ao nível industrial e, portanto, entendemos que os ribeiragrandenses, durante estes 500 anos, souberam dar resposta ao D. Manuel I quando instituiu aquele concelho perspectivando um futuro risonho para a Ribeira Grande.

Portanto, a Ribeira Grande contará no futuro com as suas pessoas, com os ribeiragrandenses e continuará a distinguir-se no panorama regional.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O actual modelo de serviço público de transporte aéreo de e para os Açores tem problemas graves, inviabilizando a definição de soluções tarifárias competitivas.

Tal como está, e pelo facto do actual modelo ser permissivo ao "jogo combinado" entre companhias, "amarra" os açorianos a um sistema de tarifas sem alternativa, sem escolha, sem as oportunidades que a concorrência oferece.

O Governo Regional ao permitir e, pior ainda, pedir que a operação de transporte aéreo seja efectuada em regime de "codshare", atira os açorianos para uma situação grave de monopólio (SATA/TAP), tanto mais contraproducente, quando este monopólio está comodamente instalado no sector estratégico mais importante para Açores.

Agora que estamos em Junho, ou seja a 6 meses do fim do período de vigência das actuais regras de serviço público (há tempo bastante – não arranjem mais desculpas).

É altura do Governo Regional decidir o que quer e de que lado quer estar, num sector que só pode ser equacionado como instrumento de atenuação dos nossos constrangimentos geográficos, e nunca como obstáculo à nossa mobilidade – à mobilidade dos açorianos.

Se deste ponto de vista programático tenho a certeza não existirem grandes divergências, os resultados práticos estão muito longe dos objectivos teóricos.

O PSD, desde 2005, tem denunciado as fragilidades do actual modelo de transporte aéreo para o exterior, fragilidades que, não só agravam a nossa condição periférica, condicionam a nossa mobilidade, como constituem um forte estrangulamento ao nosso desenvolvimento económico.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a pagar muito caro por uma passagem aérea para o Continente Português! Neste momento pagamos 237€ para chegarmos a Lisboa.

Sobre este modelo de serviço público de transporte aéreo para os Açores, muito já se disse e escreveu.

Cidadãos, sociedade civil organizada, agentes económicos ligados ou não ao sector turístico, todos dizem o mesmo e a conclusão é unânime e evidente. Este modelo não serve, porque não permite a concorrência entre companhias!

Todos sabemos que não serve. Só o Governo Regional é que acha que assim está bem!

Pergunto aos açorianos se acham justo e razoável pagar por uma passagem aérea 237 euros de forma directa, sendo certo que o Estado paga às companhias mais 87 euros por bilhete?

Estamos a falar de 324 euros (65 contos) que pagamos, directa e indirectamente, por duas horas de viagem!

Pergunto aos açorianos com filhos a estudar no continente se acham justo e razoável pagar 195 euros por uma passagem de duas horas, sendo que o Estado paga às companhias mais 87 euros por bilhete?

Estamos a falar de 282 euros que os estudantes pagam, directa e indirectamente, por duas horas de viagem!

Claro que não é nem justo nem razoável! Razoável, equilibrado e mesmo imperioso é introduzir profundas alterações nas actuais Regras do Serviço Público, inviabilizando qualquer tentativa de "jogo combinado" e reiteradas práticas monopolistas.

Nem o argumento falacioso do aumento do custo dos combustíveis convence o mais distraído, quando todos sabemos que nos últimos 7 anos, em todo o mundo, se verificou uma drástica redução do preço das passagens aéreas.

Consequência de profundas transformações, o transporte aéreo conheceu nos últimos anos uma verdadeira revolução e a concorrência entre operadores funcionou como elemento dinamizador da oferta e da qualidade do serviço.

Todos conhecemos isso! Por isso mesmo todos sabemos que, tal como está, a oferta de transporte aéreo para os Açores não serve!

Enquanto em todo o mundo se avançou para modelos incentivadores da concorrência, este Governo Regional insistiu e insiste em modelos proteccionistas, beneficiando as companhias aéreas em detrimento dos açorianos.

É o imobilismo total. Imobilismo e resignação que nos fazem pagar mais, ano após ano! É isso que os açorianos sentem. É isso que os açorianos sabem que lhes acontece ano após ano.

Na prática, os açorianos sentem que são empurrados pelo seu próprio Governo, ano após ano, para mais longe da Europa e do mundo. Para mais longe de tudo.

Deputado Clélio Meneses *(PSD): Muito bem!*

O Orador: Quando em todo o mundo se assiste a uma redução no preço das passagens aéreas. Aqui nos Açores, sem alternativas viáveis de transporte, pagamos mais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O actual modelo de transporte aéreo para o exterior, instalou-se ao arrepio das mais elementares regras de funcionamento do mercado de transporte aéreo, e o Governo Regional tem-se assumido como o "fiel procurador" dos interesses das companhias.

Os açorianos podem legitimamente perguntar-se de que lhes serve este Governo Regional, quando sistematicamente opta por dar toda a atenção às pressões da TAP e da SATA, relegando para segundo plano os nossos interesses.

Os açorianos podem legitimamente perguntar-se, de que lhes serve um Governo Regional que prefere incentivar o proteccionismo dos monopólios, em vez de promover a concorrência.

Os açorianos podem legitimamente perguntar-se de que lhes serve um Governo Regional, quando numa situação de conflito de interesses, como é o caso do preço das passagens, balança sempre para o mesmo lado – para o lado das companhias, preferindo "vestir a camisola" da SATA e da TAP em vez de "vestir a camisola" dos açorianos.

Chega de parcialidade!

Já que não podemos, agora, mudar de Governo, ao menos que o Governo tenha a coragem de mudar agora o modelo de transporte aéreo a vigorar a partir de Janeiro de 2008!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Um modelo que comece por garantir a concorrência, assumindo frontalmente o princípio da "liberalização com regras".

Um modelo onde o Estado não empurre ou não possa empurrar para o passageiro, por via das taxas, os custos que não quer suportar.

Um modelo, em que o subsídio ao bilhete reconheça os princípios da continuidade territorial e da inexistência de alternativas viáveis de transporte de passageiros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Existem condições reais para reduzir 25% o preço das passagens aéreas de e para os Açores.

Existem condições para passarmos a pagar 180 euros, em vez dos actuais 237 euros. Existem condições para os estudantes pagarem 150 euros em vez dos actuais 195 euros.

Com o actual modelo teremos mais do mesmo, tudo ficará como está só que mais caro!

O PSD defende, por isso, um novo modelo que garanta maior flexibilidade para incentivar a concorrência. Um modelo menos espartilhado e sem proteccionismos arcaicos. Um modelo sem disfunções, nem permissividade às tentações de "jogo combinado".

Um modelo aberto a soluções tarifárias flexíveis, capaz de convergir para a liberalização do serviço público de transporte aéreo.

Os açorianos sabem que, com um modelo concorrencial, podem ter passagens mais baratas porque existem condições reais para que isso aconteça.

Tal como estamos, com um modelo de transporte aéreo resignado e bolorento, continuaremos a ficar mais longe do mundo.

Os açorianos querem e gostam de viver aqui, sendo certo que querem sentir-se perto do seu país e do mundo.

O PSD quer os Açores ligados e abertos ao mundo.

Desafio este Governo Regional a não arranjar mais desculpas para não se mexer!

Oxalá que sim!

Disse.

Deputado Clélio Meneses *(PSD): Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos sobre esta intervenção.

Estão inscritos os Srs. Deputados José do Rego, Lizuarte Machado e o Sr. Secretário Regional da Economia.

Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

Deputado José do Rego *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Jorge Macedo:

Já mais do que uma vez foi dito aqui neste tribuna que o modelo dos Açores não está aberto só à SATA nem à TAP, está aberto a todas as companhias mundiais que queiram voar para os Açores, com as condições impostas para o modelo de transporte. Esse modelo é tão atractivo que nunca vimos outras empresas interessadas senão uma que hoje já faliu e que não existe no mercado.

Portanto, se é uma rota tão interessante, continuo a dizer que essa rota está aberta a quem quiser voar para os Açores e eles não aparece.

Relativamente à sua tarifa e à tarifa a outras distâncias da Europa, eu desafio o Sr. Deputado Jorge Macedo a ir ver todas as tarifas que há a partir de Lisboa, com o mesmo tempo, para a Europa ou para outros destinos quanto é que custa uma passagem em voos normais para estes destinos, em que as pessoas não têm descontos nem promoções, sem ser em low cost, sem ser em charter, ou seja, em voos de carreiras normais.

O Sr. Deputado Jorge Macedo pertence a uma bancada em que os açorianos não podem estar à espera de nada, porque no vosso tempo, em que os combustíveis desciam, as passagens subiam, em que uma companhia em vez de admitir mais pessoas para trabalhar nessa mesma companhia, havia despedimentos, mandavam as pessoas para casa com indemnizações, pessoas com capacidade ainda de trabalhar.

Hoje o que vemos é que temos mil e tal trabalhadores numa companhia que tinha 500, que tem prestado um serviço aos açorianos e eles sabem muito bem a diferença entre o passado e o presente.

Hoje os Açores não estão fechados à sua realidade e a um destino único para Lisboa. Hoje qualquer açoriano sabe que pode ir a Londres, que pode ir a Munique, pode ir aos Estados Unidos com segurança, numa companhia que tem prestado óptimos serviços aos Açores.

Deputado Nuno Amaral *(PS): Muito bem!*

O Orador: O que temos visto, depois do PSD sair do Governo, com os aumentos dos combustíveis, é este Governo descer as passagens. Se o senhor fizer as contas, a

preços correntes, elas hoje estão ao mesmo preço que estavam quando o PSD estava no Governo.

Não venha dizer que os combustíveis não são desculpa. O senhor faça as contas e veja no seu tempo quanto é que custava o transporte aéreo para os Açores e veja que hoje custa o mesmo que custava, passados mais de 10 anos, de quando o PSD esteve no poder.

Deputado Clélio Meneses *(PSD):* Baixaram ou custa o mesmo?

O Orador: Portanto, os açorianos sabem que não estão mais longe da Europa, os açorianos sabem que hoje podem sair dos Açores para muitos pontos que antes teriam que passar por muitas outras rotas sem irem directamente dos Açores para Londres, Munique ou muitos outros destinos.

Hoje os Açores estão muito melhores do que estavam no tempo do PSD.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*)Deputado Lizuarte Machado *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de colocar a minha intervenção num registo completamente diferente, mas por razões muito objectivas que já perceberão, para fazer um comentário relativamente aos preços e à concorrência, etc, etc.

O que eu penso sobre os acordos code-share é público, já o escrevi e, portanto, ninguém tem dúvidas relativamente a isso.

Em relação às questões dos preços e da concorrência do low cost, eu gostava de lembrar que as companhias de low cost operam apenas entre mercados potenciais superiores a 1,7 milhões de habitantes.

Portanto, este é um dado que convém não esquecer quando se fala de low cost, quando se fala destas situações. Isso é um dado incontestável.

Gostaria de perguntar ao Sr. Deputado Jorge Macedo, ao Grupo Parlamentar do PSD e ao seu líder parlamentar, se concordam ou não que todos os açorianos, independentemente da sua ilha de origem, devam ou não pagar a mesma tarifa? Concordem ou não, para além disso, se devem ter a possibilidade de sair ou chegar à sua ilha no mesmo dia em que iniciam?

Eram estas questões que colocava aqui e gostaria que obter uma resposta para depois poder continuar com as minhas observações relativamente à sua intervenção.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia, *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu fico abismado pela demagogia, pelas asneiras ditas pelo Sr. Deputado Jorge Macedo neste parlamento e passo a dizer-lhe algumas:

Sr. Deputado, as passagens hoje estão mais baratas do que estavam em 1996. Sr. Deputado, isto nada tem a ver com todo o mundo.

O senhor não pode comparar as rotas dos Açores com o Continente por uma razão muito simples: estas rotas estão condicionadas a diversos factores, nomeadamente ao transporte do peixe, ao transporte das ligações inter-ilhas e não são possíveis de ser liberalizadas.

Pessoas competentes fizeram um estudo recente, por uma empresa espanhola que esteve também a assessorar o Governo da República, que determinou que o modelo actual de funcionamento é o melhor que serve para os Açores nos próximos tempos.

É preciso que o Sr. Deputado se reduza à sua própria incompetência, ...

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Seja mais explícito.

O Orador: ... porque o senhor não pode comparar coisas que não são comparáveis.

Falar de liberalização nos Açores, quando temos na Terceira 9 ligações por semana, no Faial no Inverno 5 a 6 ligações, temos o Pico e Santa Maria com uma ligação cada e em S. Miguel temos 17.

Repare-se bem para o modelo da Madeira que tem 91 ligações por semana e só agora é que o Governo da República, de acordo com o estudo que essa mesma empresa fez, dará um passo em frente no sentido da liberalização da rota do Funchal e vamos ver o que é que vai acontecer.

Nós não estamos nas mesmas circunstâncias. Nós temos 9 ilhas e todas elas têm necessidade de sair e de entrar no mesmo dia.

Há *gatways* que poderiam ser liberalizadas, mas que estão condicionadas ao transporte das outras ilhas. Há cargas que recebem das outras ilhas e o Sr. Deputado vem para aqui falar em liberalização. Isso seria um caos. A liberalização tem que ser condicionada.

O modelo que nós temos neste momento é um modelo evolutivo. Já passamos do modelo do concurso público em que só a TAP concorria para o modelo em que a SATA e TAP concorreram.

Passamos para uma fase de subsídio ao preço do bilhete que ainda está a ser consolidada e só mais adiante passaremos por uma fase de liberalização de alguma rota, mas ainda estamos numa situação em que as pessoas que têm competência nesta área disseram por escrito que o modelo que está é o mais económico e o mais rentável.

Sr. Deputado, falar em isolamento, isolamento era quando estávamos em 92, 93 e 94. Aí é que era isolamento.

Nós temos 1.300.000 passageiros transportados em 2006. Nós temos 575 ligações entre os Açores e o Continente, nós temos 9 ligações directas com a Europa. Falar em isolamento! Isolamento era no seu tempo, isolamento era não crescer, diminuir as pessoas, diminuir o volume de negócios e neste momento estamos a aumentar e estamos a levar o nome dos Açores mais longe.

A SATA que amanhã comemora 60 anos, o melhor tributo que nós podemos prestar a quem fundou a SATA é o desenvolvimento que a SATA está a ter. Presto aqui homenagem a quem teve a visão de há 60 anos atrás criar a SATA-Air Açores.

Secretário Regional da Presidência *(Vasco Cordeiro): Muito bem!*

O Orador: A SATA é hoje a segunda maior companhia do País, é a única companhia que nos últimos 5 anos tem vindo a dar lucros, mas modestos. Os senhores com as suas propostas recentes transformavam esse lucro em prejuízo e em pouco tempo transformavam esta empresa, que ainda é lucrativa, numa empresa que abriria falência rapidamente.

Aliás, os senhores no vosso tempo declararam a SATA como uma empresa em situação económica difícil, para despedir pessoas. Nós não fomos por aí, aumentámos

o negócio, rasgámos fronteiras, abrimos o mundo aos Açores e demos asas aos Açores. Foi o que dizemos, Sr. Deputado.

Comparar rotas dos Açores com rotas entre Londres e Lisboa, é pura demagogia.

Nós não podemos falar de low cost. As low costs, se quiserem, entram nos Açores, mas não o fizeram porque não quiseram, porque os Açores ainda não são apetecíveis. Um dia poderá ainda sê-lo.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Seja sério, Sr. Secretário.

O Orador: Nós estamos a caminhar para a concorrência, mas até lá temos que proteger 9 ilhas, temos que fazer com que as pessoas que vivem nestas 9 ilhas possam sair e entrar no mesmo dia, que o peixe que se apanha nas Flores ou na Graciosa possa sair para Espanha ou para Lisboa e que os produtos de primeira necessidade que são necessários nesta Região possam entrar também.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permitem-me que eu comece, sem desprimor para com os meus colegas deputados, por dirigir uma palavra de saudação simpática, elegante e bem educada ao Sr. Secretário Regional da Economia e digo isso, porque é com maior satisfação que verifico que, do ponto de vista teórico, estamos plenamente de acordo.

Eu não falei, e o Sr. Secretário ouviu se quis, ou então se não quis ouvir foi porque não quis, em liberalização, eu disse que devíamos convergir para a liberalização, mas agora em 2008, daqui a seis meses, o que eu disse foi aquilo que o senhor acabou de dizer depois ser menos bem educado.

O que o senhor disse foi aquilo que eu disse, felizmente, mas infelizmente depois de utilizar umas palavras que julgo que não são dignas, correctas de se utilizar nesta Assembleia.

Eu nunca chamei a ninguém desta Assembleia de incompetente e, portanto, agradeço simpática e delicadamente que esses mimos não me sejam enviados, porque se o Sr. Secretário estuda os dossiers e tem informação, eu também o faço e tenho a informação.

Relativamente a isto estamos conversados e até estamos de acordo.

Vamos passar de imediato, nós e o senhor, a prazo para a chamada liberalização com regras, liberalização controlada. Foi o que o senhor disse e foi o que eu disse. O PSD quer para 2008, o senhor quer para um dia. A única diferença é a questão do timing.

Relativamente à questão levantada pelo Sr. Deputado José do Rego, evidentemente que o PSD quando diz que há condições reais para reduzir as tarifas aéreas para os Açores em 25%, é porque estudou e não chega aqui e diz meia dúzia de conversas. Evidentemente que o assunto está estudado e estou totalmente disponível (aqui se calhar não é o melhor sítio para estarmos a esgrimir números e percentagens) para discutir isto em qualquer lado, na Comissão de Economia, publicamente, numa reunião ou onde os senhores quiserem.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Respondendo directamente à sua questão, o senhor disse que comparássemos os voos TAP de Lisboa para a Europa com iguais durações. Vamos a isso:

Lisboa/Paris, o preço de ida e volta em classe económica custa 155€. Está aqui escrito e posso tirar fotocópias.

Posso acrescentar que as companhias para os Açores recebem 189€ pago directamente pelo passageiro, mais 87 € pago pelo Estado, o que dá a módica quantia de 276€, o que significa que para França é mais barato e as companhias recebem menos 44%.

Mas há mais exemplos:

Vamos para Londres, sítio que é muito badalado, que tem tarifas baratas. Uma tarifa Lisboa/Londres, com a duração de duas horas e 35 minutos, custa 202€. Nos Açores as companhias recebem 189 € pagos directamente, mais 87€ de subsídio ao bilhete, o que dá 276€, ou seja para Londres é mais barato e as companhias recebem menos 27%.

Mas há mais:

Para Bruxelas a tarifa é de 210€, ou seja, somando os 189 que nós pagamos, mais os 87 que o Estado paga, dá 256€, menos 24%.

Mais há mais:

Para Milão as companhias recebem 98%, e as companhias para os Açores, directa ou indirectamente, recebem 276€, ou seja, para Milão as companhias praticam tarifas mais baixas 65%.

Eu poderia continuar aqui a desfilar, mas julgo que seria maçador.

Presidente: Agradecia que concluísse.

O Orador: Concluo já e depois peço a palavra.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*)Deputados Lizuarte Machado *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu tinha colocado algumas questões ao Sr. Deputado Jorge Macedo, mas uma vez que ele não me respondeu, não vou intervir.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*)Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou dizer mais uma vez aquilo que disse.

O Sr. Deputado está a comparar coisas que não são comparáveis.

O voo para Londres faz-se num Airbus 220. Se a SATA ou a TAP fizesse só voo em Arirbus 220, outro "galo cantaria", Sr. Deputado. Nós estamos a trabalhar porque precisamos de carga do aerbóreos na Terceira e em S. Miguel. Um Airbus 310 não tem a mesma rentabilidade num voo de duas horas do que um Airbus 320. Há necessidade de escoar carga, há implicações em termos de horários.

Eu estou a afirmar-lhe, e eu conheço os dados por dentro da SATA, que a SATA embora ganhe o seu dinheiro, tem a remuneração do seu capital, mas não está a viver das ligações com o Continente.

Mais: 38% das actividades da SATA é que são obrigações de serviço público e 62% é fora. Nós estamos na concorrência e temos valores concorrenciais.

Amanhã vai ser baptizado mais um Airbus 310 e não é por acaso que é um 310, é porque é necessário no mercado da Região Autónoma dos Açores. Podia ser um

Airbus 320, podia ser um 757 diferente como um nerobósico, mas não, é um airbósico, porque nós precisamos de levar carga e a carga tem um determinado preço e nós precisamos de escoar peixe para o continente e temos que ter disponibilidade para transportar 25 toneladas por semana.

Portanto, Sr. Deputado, é muito diferente uma ligação entre dois pólos de grande dimensão em que tem por um lado 10 milhões de habitantes e 60 milhões do outro lado, onde se podem fazer ligações durante todo o ano de uma forma diferente, com os aviões adequados, das ligações que se fazem nos Açores, com as taxas de ocupação que nós temos, com as obrigações de serviço público que nós temos. A clareza é esta.

Nós temos um modelo muito próximo do da Madeira.

Na Madeira já está a funcionar o modelo do subsídio ao preço do bilhete há anos e anos e a única obrigação que existe na Madeira é apenas de uma ligação por dia. Até agora só estão lá a SATA, a TAP e a PGA que foi comprada pela SATA.

Não se pode comparar o que não é comparável.

Nós estamos a trabalhar num mercado pequeno, sazonal, muitas vezes unidireccional como acontece com o Continente, com obrigações de carga completamente diferentes.

Nós sabemos trabalhar nesta área.

Como digo, 38% do nosso mercado são as obrigações de serviço público e 62% andamos na concorrência, somos competitivos e apresentamos lucros, pequenos, mas apresentamos. É isto que demonstra que estamos a fazer um grande serviço à Região Autónoma dos Açores.

As passagens nos Açores são mais caros do que gostaríamos. O senhor pretende 25% de desconto, eu gostaria de ter 50% ou até de graça, Sr. Deputado, mas não é isso que está aqui em causa. O que eu vos posso afirmar é que as passagens hoje ainda estão mais baratas, a preços correntes, do que estavam no seu tempo e em termos constantes muito mais baratas.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*)Deputado Lizuarte Machado *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apesar do Sr. Deputado Jorge Macedo não ter respondido à minha questão, em aparte percebi que o Grupo Parlamentar do PSD estaria de acordo relativamente à questão que eu coloquei.

Gostava de dizer também que, porque percebi em aparte, relativamente à questão do code-share a minha posição é clara, discordo e não tenho nenhuma dúvida relativamente a isso. Assumiu-o e continuo a assumi-lo.

Agora se os Srs. Deputados do PSD concordam que todos os açorianos, independentemente da sua ilha de origem, devem pagar o mesmo, que devem ter a possibilidade de sair ou chegar à sua terra ou ao destino no tráfego territorial no mesmo dia em que iniciam a viagem, se conhecem os constrangimentos que daí advêm e necessariamente o aumento de custos por via desses constrangimentos, se reconhecem também que o facto dos açorianos expedirem por via aérea uma quantidade significativa de carga, sobretudo de carga passível que necessita de uma resposta imediata e que por via disso tem que utilizar também equipamentos que em circunstâncias e em mercados diferentes não utilizariam e se fazem intervenções como aquelas que fazem, se colocam as questões no contexto que colocam e se fazem as comparações que fazem, comparando o que é incomparável, eu embora reconheça o direito que o Grupo Parlamentar do PSD e o Sr. Deputado Jorge Macedo têm de fazer a intervenção que quiserem e de colocá-la no contexto que quiserem fazer, desculpe que lhe diga, mas a intervenção é um disparate pegado.

Deputado José San-Bento *(PS): Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

(*) Deputado José do Rego *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao desafio que lancei em relação às quotas e que o Sr. Deputado Jorge Macedo enumerou algumas, eu digo que não discordo deste valores, mas há outras rotas com as mesmas horas que são completamente diferentes e o senhor sabe perfeitamente que não são estes valores.

Deputado Jorge Macedo *(PS):* Ainda há mais.

O Orador: Pode dizer os que quiser, mas aquilo que as pessoas sabem é que a diferença é de 40 ou 60€, não sabem qual é a taxa de ocupação, não sabem qual é a concorrência. É um sistema completamente diferente.

O senhor apontou Milão, Londres e não sei que mais, mas são zonas da Europa em que há imensas empresas a concorrer. Há empresas que podem perder naquela rota, mas que ganham noutras e, portanto, não é comparável só a distância e o preço, mas também tem que se ver a estrutura da empresa que assegura aquelas rotas e as comparações não se fazem desta maneira.

Eu queria era ouvir o Sr. Deputado dizer como é que reduz em 25% as passagens dos Açores. Reduz exigindo do Governo da República mais dinheiro de comparticipação. Não é dizendo que a companhia é capaz de suportar e de fazer melhor, é, sim, pedindo ao erário público que suporte mais.

Queria ouvir o Sr. Deputado dizer como é que reduz 25 ou 50% das respectivas passagens?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Srs. Membros do Governo:

Quando eu falei de convergir para o liberalização eu fui menos ambicioso que o Sr. Presidente da SATA e o Sr. Presidente da TAP. Foram eles que disseram que a liberalização era o caminho natural. Eu disse, em nome do PSD, que devíamos convergir para a liberalização. Estamos todos de acordo, agora mexam-se.

Quando em 2005 o PSD apresentou o relatório de assuntos de relevante interesse para a Região, relatório esse que obteve quase na sua totalidade a concordância de todos os colegas da Comissão de Economia, o único argumento que lá foi aduzido para não aprovar aquele relatório foi de que já era tarde, porque era em Setembro. Estamos em Junho, estamos a seis meses e há muito tempo para se fazer contas, inclusivamente eu posso disponibilizar as contas que nós temos para que seja possível encontrar uma solução melhor para os açorianos.

O Sr. Presidente da SATA e o Sr. Presidente da TAP é que afirmaram a liberalização.

Embora não concorde com parte final da intervenção do Sr. Deputado Lizuarte Machado, folgo em verificar, como já ele tinha publicamente assumido, que é

frontalmente contra o code-share. Essa tem sido a questão fundamental da intervenção do PSD nesta casa. Eu levei 80 a 90% da minha intervenção a afirmar que o actual modelo não serve, porque inviabiliza a concorrência.

Se nós verificarmos aquilo que foi afirmado pelo Sr. Presidente do Governo em 2004, ele dizia assim:

"A aprovação pelo Governo da República do novo modelo de transporte aéreo para os Açores constituiu uma medida muito positiva, que revela a fundamentação da proposta apresentada pela Região.

O novo modelo a aplicar a partir de Janeiro de 2005 vai possibilitar às transportadoras aéreas voar para os Açores num clima concorrencial, ainda que condicionado por obrigações de serviço público".

Boca santa! A teoria é essa. A prática não fez com que o regime concorrencial anunciado pelo Sr. Presidente do Governo em 2004 passasse à prática.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Nós já vamos explicar.

O Orador: Agora vem o peixe, a carne, as batatas, a carga e todos esses argumentos. Sr. Secretário, isso são desculpas esfarrapadas para não fazer nada. Mexa-se, Sr. Secretário! É preciso mudar o modelo de transporte aéreo para os Açores em 2008, é preciso fazer qualquer coisa.

Nós estamos de acordo que é preciso convergir para uma liberalização controlada. Por que é que já não é em 2008 e só será em 2014 ou 2015?

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Porque não é possível. A Madeira está muito à frente de nós.

O Orador: Eu vou utilizar também um outro argumento muito interessante e que o Governo não nos quis responder, mas os Deputados da Assembleia da República conseguiram essa resposta.

Nós fizemos um requerimento a solicitar que nos fossem informadas as taxas de ocupação da SATA e da TAP nos voos de serviço público e a nós foi-nos informado o volume de passageiros nos aeroportos, o que é rigorosamente o contrário do que nós queríamos saber ou não tem nada a ver com aquilo que nós queríamos saber.

Mas os Srs. Deputados da Assembleia da República solicitaram ao Governo da República as taxas de ocupação e as taxas de ocupação da TAP são muito

interessantes e as da SATA são semelhantes: Lisboa/Horta as taxas de ocupação variam entre 60% no mês mais baixo e 77% de ocupação nos meses melhores; Lisboa/ Ponta Delgada - a TAP tem muito menos voos para Ponta Delgada - varia entre 50% e 87%; Lisboa/Terceira varia entre 66% e 80%. Julgo que não é de desprezar. Lisboa/Pico mínimo 69% e máximo 83%. É um excelente indicador para a gateway que foi aberta no Pico. Se estas taxas de ocupação não são interessantes, eu não sei o que é que é interessante.

Moral da história: quando não se pode comparar rotas de igual tempo, como fui desafiado pelo Sr. Deputado José do Rego, quando não se pode comparar taxas de ocupação, vai-se apenas comparar o facto de, dum lado e doutro da ponta da rota, haver muita gente, mas que só serve se entrar para dentro do avião, porque se não entrar o avião vai vazio, o que significa que o que é fundamental num estudo acerca do custo das tarifas e do sistema tarifário é, sobretudo e fundamentalmente, a respectiva taxa de ocupação. Eu posso ter um milhão de um lado e um milhão do outro, mas se andar com o avião vazio, esses milhões de pouco me servem.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começaria por felicitar a SATA pelos seus 60 anos e ainda bem. Apesar de algumas coisas que existem, estão de parabéns pelo seu aniversário de 60 anos e uma Região como a nossa ter uma companhia aérea, acho que nos deve encher a todos de orgulho.

O CDS/PP já trouxe estas preocupações, comunga delas e já as trouxe aqui por uma ou duas vezes.

Há outros pormenores que talvez sejam mais interessantes de tratar como por exemplo as tarifas específicas de residente e é aqui que acho que o Governo Regional se deve centrar e ter um papel importante.

Eu já chamei aqui a atenção na minha última intervenção em Março, onde referi alguns dos aspectos que foram aqui mencionados, mas referi mais alguns que é a

diferença das tarifas de residente, onde existem 3 tarifas para a Madeira e para os Açores apenas uma. Julgo que nesta área era possível fazer-se um esforço, diferenciar as tarifas se é por 30, 90 dias ou se é por um ano. Acho que isso é perfeitamente possível e beneficiava em muito os açorianos, para não irmos para aquele modelo de comparação com as taxas europeias. Julgo que está perfeitamente ao alcance do Governo Regional fazer isso.

Também registo com agrado a aquisição dum avião 310 para a SATA que, naturalmente vai dar resposta à carga e aos passageiros e eu devo dizer ao Sr. Secretário que o 310 é um avião muito eficiente em termos de gastos, custos de combustível, é um avião com uma eficiência extraordinária.

Eu percebi que o Sr. Secretário quis dizer que voar com um 310 era mais caro que voar com um 320. Não será bem assim, porque as contas não são feitas assim.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* É mais caro.

O Orador: Então eu pergunto-lhe, e foi uma questão que eu pus aqui na minha última intervenção.

Se vai encarecer há aqui um contra-senso, que eu chamei à atenção, que é o 310 para o Porto. Então é assumido que essa viagem Terceira/Porto feita com um 310 sai obviamente mais cara. Era este contra-senso que eu lhe queria aqui chamar a atenção.

Há a registar também que a média anual nas taxas de ocupação, por exemplo, nos voos da Terceira é de 73%, subindo um bocadinho em relação ao ano passado.

Queria também, Sr. Secretário, que me esclarecesse se a tarifa de residente é ou não uma tarifa completa? Ela é vendida como tarifa Y e se é uma tarifa completa, em matéria de direitos dos passageiros, como por exemplo um qualquer passageiro compra uma tarifa classe Y, que é a tarifa na nossa classe de residente, tem ou não tem os mesmos direitos que o outro passageiro com Y normal? Eu vou explicar melhor, porque não me estou a fazer entender.

Um bilhete de residente é vendido como classe Y, e tem, naturalmente, o desconto de residente. Eu pergunto se é uma tarifa completa sem restrições igual à Y normal com os direitos que tem Y de residente, Y normal da TAP? Era este esclarecimento que lhe pedia, Sr. Secretário.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu fiz um pequeno telefonema e imediatamente descobri o problema do Sr. Deputado Jorge Macedo que comparou, de facto, tarifas económicas, mas a nossa é sem restrições em que a pessoa pode alterar o horário, pode mudar para ir noutro avião, etc.

Vou dar-lhe o valor das tarifas sem restrições nesses mesmos mercados que o senhor falou: Lisboa/Madrid 473€, Lisboa/Barcelona 209€, Lisboa/Bruxelas 859€, Lisboa/Luxemburgo 801€, Lisboa/Milão 810€, Lisboa/Roma 810€, Lisboa/Paris 1056€ e Lisboa/Amesterdão 959€. Sem restrições são estas as tarifas, Sr. Deputado.

Agora, se o senhor falar de uma tarifa que nós não podemos alterar e se não aparecer no local se perde, isso é outra coisa. Por isso vou ao encontro daquilo que o Sr. Deputado Artur Lima disse.

Nós já propusemos uma alteração para as tarifas de residentes, ou seja, vai haver um conjunto de tarifas que não podem ser alteradas, que podem ter um preço mais baixo e que têm que ter obrigatoriamente uma percentagem sobre o número de lugares oferecidos.

O modelo não é estático. Nós estamos sempre a observar o que ocorrer e vamos propor ao Governo da República uma percentagem dos lugares oferecidos para todas as rotas de forma que seja dado a estas percentagens condições que são comparadas ao que o Sr. Deputado está a dizer em relação à tarifa Y, mas com restrições, porque têm um desconto muito grande e não podem ser alteradas. Isso é uma percentagem e o senhor confunde o todo com a realidade, ou seja, num avião que vai para Barcelona ou Paris tem uma percentagem de tarifa que é aquela e outra que não é e o senhor vem para aqui comparar "alhos com bogalhos".

Em relação à tarifa sem restrições que o senhor falou, ela pode ser alterada, tem as mesmas regalias, quando eu compro um bilhete na TAP para ir para Londres posso alterar quando quero, só que quando eu faço isso, custa muito mais dinheiro. Quando eu digo que é naquele voo e para aquele destino, é completamente diferente. Aliás, está definido o pagamento do know how, mas que é irrisório e que as companhias nem sequer se dão ao luxo de fazer, e que julgo que é 10% do preço. Isto não tem a

ver com as tarifas que existem com restrições na TAP ou nas outras companhias comerciais quando fazem preços muito mais concorrenciais.

Volto a reafirmar: não é comparável o volume de tráfego entre os Açores e a Madeira, entre a maior gateway que é Ponta Delgada e a gateway do Funchal que tem 91 ligações no inverno e nós temos 17. Até agora no Funchal só houve o modelo de subsídio ao preço do bilhete. Até agora não apareceu nenhuma low cost nem os preços desceram significativamente.

O que nós queremos é introduzir a pouco e pouco alteração aos modelos de modo a praticar justiça nos Açores, ou seja, não haver dias discriminados. Isto tem de ser feito com algum cuidado, com alguma ponderação de forma que a promoção não seja feita só em S. Miguel ou só na Terceira, tem de ser feita a todas as gateways e isso exige algum cuidado. Estamos abertos a isso e já propusemos ao Governo da República esta alteração.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este debate, na nossa opinião, ...

Deputado Lizuarte Machado *(PS):* Está a correr mal!

O Orador: ... está a ser extraordinariamente importante para percebermos até que ponto é que tivemos razão antes do tempo, e falo especificamente para os colegas da Comissão de Economia, porque se bem se lembram no dia 5 de Novembro de 2004 deu entrada nesta Assembleia um relatório feito pelo PSD sobre o modelo de serviço público de transporte aéreo de e para a Região Autónoma dos Açores, definição de acções de melhoria, relatório sobre matéria de interesse regional.

Nesse relatório, como os senhores bem se lembram, e o Sr. Secretário também se lembra e na altura disse que não era possível, o PSD defendia no ponto 6 da página 21 desse relatório, o seguinte:

"O PSD defende que nas novas regras de serviço público de transporte aéreo a entrar em vigor em Janeiro de 2006 seja garantido aos açorianos a possibilidade de também

usufruírem de campanhas promocionais, praticadas pela operadoras tal como acontece com os residentes na Região Autónoma da Madeira".

De facto, os portugueses residentes naquela Região Autónoma dispõem de tarifas promocionais a partir de 98€, o que representa uma diferença de 47% relativamente aos actuais, na altura, 184€ praticados para a tarifa de residente.

Ou seja, a flexibilidade da estrutura tarifária, que o Sr. Secretário acabou de anunciar que queria para o futuro no sentido de garantir a possibilidade de não termos apenas uma tarifa – se o senhores forem à página da internet da SATA e se foram aos voos Madeira/Lisboa podem encontrar uma página A4 cheia de tarifas. No caso dos Açores nós encontramos 4 linhas com tarifas e são aquelas (ponto final acabou). Felizmente que ouvimos, dois anos depois, dizer que as coisas provavelmente vão mudar.

Com este debate e com aquilo que aqui mais uma vez trouxemos, com a concordância, que eu quero registar, de todas as bancadas, a única divergência que existe relativamente aos princípios programáticos tem a ver com o tempo. Os senhores querem ir devagarinho, o PSD quer ir mais depressa. É isso que nos diverge, é isso que nos diferencia.

Oxalá que os senhores caiam na razão e em 2008 os açorianos possam ter as tarifas mais baixas e possam ter uma estrutura tarifária que lhes permita escolher tarifas pax, promocional ou económica, aquela que mais jeito der para a sua deslocação, permitindo garantir aos açorianos uma boa e forte mobilidade, afastando-nos do isolamento que a nossa condição geográfica impõe.

Obrigado.

Deputado Clélio Meneses *(PSD): Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quero congratular-me com o anúncio aqui feito pelo Sr. Secretário, após a minha intervenção de Março em que referi as três tarifas, para 30 dias e para um ano sem

restrições, de que o Governo já está a implementar esse modelo de tarifa para a Região Autónoma dos Açores. Fico muito satisfeito e não posso deixar de me congratular que o Governo tenha levado isso em conta. Portanto, a minha intervenção foi em Fevereiro ou Março deste ano em que eu referi especificamente a diferença dessas três tarifas na Região Autónoma da Madeira e que era interessante aplicá-las aos Açores, independentemente das tarifas promocionais que são ainda outra coisa, são diferentes daquilo que eu aqui tinha referido em Março.

Quanto à liberalização, julgo que temos que avançar com cautela, porque os Açores são nove ilhas, são uma região arquipelágica e dispersa.

Eu sou favorável a que se avance nesse sentido, agora é um processo que tem que ser feito muito cautelosamente, e esse modelo de desenvolvimento para os Açores nós não defendemos, porque não podemos defender o modelo da locomotiva que puxa os outros que são mais fraquinhos.

Devemos avançar no sentido da liberalização, devemos ponderar isso, mas com muita ponderação. Os Açores são nove ilhas e todos os açorianos têm o mesmo direito de aceder em condições de igualdade ao exterior.

Primeiro é necessário ver como é que internamente se processa isso de maneira a acederem a esses voos eventualmente liberalizados.

O caminho deve ser esse. É um assunto complexo, mas devemos avançar com muita cautela e os Açores, felizmente, são nove ilhas e nós queremos o desenvolvimento e a coesão de todas elas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Deputados:

Eu queria aqui referir alguns dados, porque as coisas são como são e os números revelam o que revelam.

Em 1996, porque é preciso recordar os números, a tarifa de residente a preços constantes de hoje era de 295€, sem taxas, hoje são 194€; a tarifa de estudante era de 201€, hoje são 151€; a económica era 504€, hoje são 372€. Esta é que é a realidade, Sr. Deputado.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* E os aviões?!

O Orador: Os aviões, Sr. Deputado, são os mesmos do seu tempo e até a SATA Internacional tem aviões desse tempo. Os tripulantes ganham mais todos os anos e os combustíveis subiram duas vezes e meia e o senhor quer milagres.

Se formos para as tarifas inter-ilhas o mesmo se passa: Santa Maria/S. Miguel 82€, no seu tempo, em 1996, eram 124€ e assim sucessivamente e vem o senhor duma forma cândida dizer que as passagens estão caras. Estão sim senhor, mas hoje a realidade dos Açores é completamente diferente.

O senhor vem comparar tarifas económicas sem restrições com restrições do seu lado. Os dados são claros.

Fazer demagogia não tem qualquer interesse e por isso é que eu disse logo na minha primeira intervenção que a sua intervenção era demagógica.

Ponderadamente nós temos que perceber aquilo que disse o Sr. Deputado Artur Lima, porque a liberalização apressada vai dar origem exactamente a isso. Não é com o modelo do Governo Regional ou o modelo defendido pelo Partido Socialista que se cria aqui uma locomotiva, porque se formos para a liberalização, evidentemente as passagens vão baixar, não tenhamos dúvidas nenhumas, em S. Miguel e quando muito alguma coisa na Terceira, mas nós temos nove ilhas. Não foi este o modelo que adoptámos com os fretes marítimos, que foi fretes iguais para todas as ilhas dos Açores. Podíamos fazê-lo duma forma diferente, mas este é o modelo que nós optámos.

Quando o Sr. Deputado fala na possibilidade de ter tarifas promocionais ou tarifas reduzidas com restrições, nós temos que ter todo o cuidado, porque a tentativa das companhias aéreas é fazê-lo na ilha onde tenha mais lucro que é S. Miguel, claramente, e é por isso que nós temos que ter muito cuidado.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Definam as regras.

O Orador: O Sr. Deputado ouça o que eu estou a dizer, porque é importante. O senhor tem pouca experiência nesta área.

Eu já estou aqui há 11 anos e já falei com vários Secretários de Estado sobre este assunto, já falei com empresas nesta área e devo dizer-lhe, com todo o gosto, que tenho a honra e o orgulho de ter transformado a SATA Air Açores e as

acessibilidades da nossa Região que hoje estão completamente irreconhecíveis relativamente ao seu tempo.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Em 1996 nós tínhamos uma Região isolada, metida num casulo sem ligações com o exterior.

Hoje, como lhe disse, temos 575 ligações com a América do Norte, temos 9 ligações semanais por semana com a Europa. No seu tempo não havia nada e era uma zona isolada. Nós temos hoje 1 milhão e 300 mil passageiros.

Amanhã comemora-se os 60 anos da SATA e em vez de termos uma empresa economicamente em situação difícil, hoje temos uma empresa saudável e com entrada de capital privado no seu interior.

Deputado Clélio Meneses *(PSD):* Como é que as passagens não descem?

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

O debate, continuo a afirmá-lo, foi extraordinariamente positivo.

Posições que o PSD defendeu em 2004 estão neste momento a serem assumidas por este Governo. Parabéns! Vêm é com algum atraso, mas tarde é o que nunca chega.

O Sr. Secretário referiu há pouco as tarifas para os destinos que eu também utilizei, mas há mais tarifas ainda, Sr. Secretário. Há tarifas ainda mais baratas do que aquelas que eu referi e provavelmente não há tarifas mais caras do que aquelas que o senhor referiu. Está a ver qual é a diferença quando nós analisamos os números?

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* O senhor tem é que comparar as mesmas coisas.

O Orador: Mas, nessas coisas nada como nós nos sentarmos à mesa para conversarmos. Se quiserem estamos totalmente disponíveis para conversar e

mostrarmos os nossos números e os senhores mostram os seus e a partir daí tiram-se conclusões relativamente à viabilidade ou não da redução já em 2008 das tarifas aéreas.

Eu terminava fazendo apenas uma referência ao reiterado argumento que o PS e o Governo utilizam e o Sr. Secretário então é useiro e veseiro nesse argumento, mas o Sr. Deputado José do Rego também utilizou...

Deputado Nuno Amaral *(PS):* E bem!

O Orador: ... que foi "no seu tempo".

Em primeiro lugar, deixe-me fazer ironia à volta disso: o seu tempo é parecido com o meu tempo, porque nós somos mais ou menos da mesma idade. O Sr. Secretário é, naturalmente, dum tempo ligeiramente mais à frente, mas nesse aspecto julgo podemos completamente entender-nos.

Agora, Sr. Secretário Regional, os seus argumentos caem pela base quando, e vou ser agora o mais solene possível, utiliza a comparação de outros destinos que podem também ser atingidos de carro, de comboio, de camioneta...

Deputado Lizuarte Machado *(PS):* A pé!

O Orador: A pé e de bicicleta é capaz de ser um pouco mais difícil, mas também se consegue.

Sejamos todos sérios, correctos e não utilizemos qualquer tipo de demagogia. Para os Açores não existe mais nenhuma alternativa de transporte de passageiros.

Portanto, o sector de transporte de passageiros para o exterior da Região tem de ser um sector super ambicioso, com mais uma taxazinha aqui ou mais uma taxazinha ali.

Na Europa, desde há 7 ou 8 anos a esta parte assistiu-se em todo o mundo a uma verdadeira revolução no transporte aéreo. O número de companhias que passaram a voar no mundo inteiro aumentou muitíssimo. O número de passageiros cresce exponencialmente, ou seja, quando se tenta comparar o que se passou há 11 anos nos Açores com o que se passa agora nos Açores; o que se passou há 11 anos no mundo, com o que se passa hoje no mundo são comparações que, atrevo-me a dizer, não lembram ao diabo.

Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses *(PSD): Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A realidade é clara e é simples:

No tempo em que o seu líder foi Presidente da SATA...

Deputado Clélio Meneses *(PSD):* Estamos em 2007!

O Orador: ... quando os combustíveis baixaram, as passagens subiram.

Nós recebemos a SATA numa situação económica difícil. Hoje transformamos a SATA numa empresa que pode ser parcialmente privatizada. A diferença é esta.

Nós recebemos uma empresa que fazia um volume de negócios diminuto. Hoje, se calhar, o maior grupo económico está na SATA.

Devo dizer-lhe uma outra coisa: o Sr. Deputado falou das tarifas, mas esqueceu-se de falar das taxas.

O Orador: Lisboa/Frankfurt, com restrições e sem restrições, as taxas são 115€

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* As taxas são da competência do aeroporto.

O Orador: Sr. Deputado, quando o senhor conta e contabiliza e diz que são 237€ e que na Região Autónoma dos Açores é até um determinado valor, o senhor tem que multiplicar por 3 ou por 4 as taxas que a TAP aplica para o passageiro.

Para Frankfurt são 115€, para Londres são 129€...

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Isso não são taxas da TAP, são taxas de aeroporto.

O Orador: Pois, quando o senhor diz que quando o passageiro compra o seu bilhete, o senhor soma e diz que são 237€ e eu estou a dizer que tem que somar as taxas às tarifas que o senhor tem e as taxas para esses destinos são estas: 115€, 129€, 120€, 119€, etc.

Eu até posso dizer-lhe discriminadamente quais as taxas que são para a companhia, para os combustíveis e quais a taxas de emissão de bilhete e taxas de segurança. Elas estão aqui todas discriminadas. Nós fizemos um estudo comparativo sobre isso.

Portanto, voar para os Açores com tarifas sem ou com restrições ainda é mais barato para esses destinos, porque essas taxas são, de facto, utilizadas com ou sem restrições e andam todas acima dos 100€. É importante que isto seja dito.

O nosso destino está a crescer, porque nós temos acessibilidades. As acessibilidades funcionaram bem nos Açores e é por isso que os hotéis estão cheios, é por isso que o destino turístico está a crescer.

Estamos a implementar pequenos detalhes no sistema, mas temos que o fazer com equidade e de uma forma que nos Açores não se criem discriminações negativas em determinadas ilhas. É isso que nós estamos a fazer, mas com cuidado, porque o modelo sempre foi assim.

Nós temos um histórico que é um património da nossa Região: as tarifas devem ser iguais para todos os açorianos e todos os açorianos têm que ter acesso ao exterior, se possível, no mesmo dia.

A carga que é fundamental chegar ou sair de uma determinada ilha também tem que ser feita no mesmo dia.

As restrições que nós temos neste modelo de transporte aéreo nos Açores são completamente diferentes das que existem na Madeira.

Qualquer tentativa de liberalização apressada vai originar discriminações muito significativas ao modelo de desenvolvimento da nossa Região e por isso temos que actuar com cuidado, com calma, com segurança de forma a que não se dê um passo sem se medir bem as consequências daquilo que estamos a fazer.

Estamos a trabalhar para tentar racionalizar o sistema, mas estamos a fazê-lo com a ponderação suficiente para que os Açores cresçam de uma forma igual e uniforme.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É a minha última intervenção para reafirmar o seguinte:

Relativamente àquilo que se apelida de liberalização controlada, estamos de acordo que esse é o caminho.

O PS acha que tem que andar devagar; o PSD acha que há condições para fazê-la já em Janeiro de 2008.

Relativamente à alteração da estrutura tarifária, proposta pelo PSD para 2006, neste momento é possível chegar-se à conclusão que com dois anos de atraso o Governo Regional reconheceu a necessidade de alterar a estrutura tarifária.

Há duas coisas que não há acordo e é preciso que seja bem vincado.

Relativamente ao *timing* não há acordo.

O PS, o Governo e o CDS/PP, pelo que percebi das palavras do Deputado Artur Lima, acham que a liberalização controlado não é para já e tem ser mais para a frente.

O PSD acha que pode ser já em 2008.

Há uma coisa que nós estamos frontalmente contra que é, com excepção do Deputado Lizuarte Machado da bancada do PS, o Governo não quer acabar com a situação de monopólio TAP/SATA que neste momento se vive, por causa e à custa do code-share.

O Governo, repito, não quer acabar com a situação do monopólio instalado TAP/SATA nas viagens de e para os Açores, porque assim protege mais facilmente os interesses das companhias.

Deputado José San-Bento *(PS):* Dos Açores!

O Orador: É impossível rebater esse argumento.

Todos os agentes, cidadãos da sociedade civil organizada e operadores na área turística ou não, todos são unânimes em dizer que só com um regime concorrencial é possível baixar as tarifas.

O Sr. Presidente do Governo já em 2004 disse o mesmo. O Sr. Secretário Regional da Economia e alguns deputados que julgo que vinculam todo o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é que acham que não. Entendam-se, porque as palavras do Presidente do Governo entendo-as eu como orientação política estratégica para seguir.

Neste momento eu atrevo-me a dizer que o Governo Regional e o Partido Socialista estão em desobediência civil relativamente à intenção do Sr. Presidente do Governo, manifestada em 2004.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Antes de dar a palavra ao Sr. Secretário Regional da Economia, informo o PSD que acabou de esgotar o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Code-share tem vantagens e também tem algumas desvantagens, mas as vantagens são muitas e é preciso ponderar bem no que estamos aqui a falar.

O facto de termos a SATA e a TAP em conjunto nestas rotas faz com que os balcões da SATA e da TAP possam encaminhar turistas dos diversos cantos do mundo onde elas estão representadas.

Se eu tiver numa só ilha uma só empresa, só tenho os balcões daquela empresa a carrear turistas para aquela ilha. Isto é fundamental para os Açores se se quer desenvolver em termos turísticos.

Se eu tiver os balcões da TAP em Paris e em Londres a carrear turistas para os Açores, quer tenham ou não uma rota para Santa Maria, quer tenham ou não naquele voo uma ligação para S. Miguel, é importante para os Açores.

Não é só desvantagens, Sr. Deputado.

Como as regras do modelo estão definidas, não por aí que vamos aumentar ou diminuir a concorrência. Eu vou explicar-lhe duma forma muito simples.

No país neste momento só existem duas companhias, a SATA e a TAP. Não há mais nenhuma e não vejo facilmente uma companhia aérea do estrangeiro que não tem balcões na Região Autónomas dos Açores, que não tem balcões no Continente que venha para cá entrar no modelo de transporte aéreo nos Açores. Até agora ainda não o fez na Madeira, Sr. Deputado, com muito mais facilidades e com ligações muito mais fáceis sem as condicionantes que os Açores têm.

Vamos ser coerentes, Sr. Deputado.

A forma ainda que temos para controlar este modelo é o facto da Região Autónoma dos Açores possuir uma companhia aérea e pelo menos ter nessa companhia aérea 50% do seu capital e é importante que assim seja para poder perceber as contas da empresa, para verificar se estão a ter lucros ou não. Nós sabemos as contas da empresa, sabemos que os lucros que ela tem são modestos, dado o volume de

negócios que estamos aqui a falar, e que não é por aí que ela está mais rica ou mais pobre.

Nós temos um modelo que se ajusta, que é flexível, que vai ser necessário introduzir modificações ao longo do tempo, mas devemos fazer essas modificações de forma que a Região Autónoma dos Açores continue a crescer no seu todo e não fazer crescer uma ilha em detrimento das outras ilhas. Seria muito fácil de fazer, mas seria uma tentação muito grande até do Governo da República, porque por aí, dizia sempre: aquela rota é liberalizada, as outras são os custos que vamos pagar e aí vamos ter certamente duas velocidades nos Açores. É isso que não queremos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) Deputado Lizuarte Machado *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Porque o Sr. Deputado Jorge Macedo se referiu directamente à minha pessoa e às minhas posições pessoais, eu devo-lhe dizer, para quer fique claro, que não há nada nem ninguém que me convença que a liberalização controlada e algum nível de concorrência é o caminho para onde devemos seguir e é indiscutível que me convença de que isso não é a melhor solução.

Obviamente que a liberalização controlada, com algum nível de concorrência, é o caminho para onde temos que seguir.

No meu entendimento e na minha posição pessoal isso é absolutamente indiscutível para que fique claro, porque se referiu directamente à minha pessoa, mas eu penso que já não havia qualquer dúvida.

Em qualquer caso, penso que estamos todos de acordo de que esse será o caminho que iremos percorrer nos próximos anos e o que este Grupo Parlamentar e este Governo querem e têm garantido e vão continuar a garantir é que os açorianos, independentemente da sua ilha de origem ou de residência, paguem as mesmas tarifas no tráfego territorial que pagam todos os outros açorianos de todas as outras ilhas e que consigam sair ou chegar aos seus destinos ou à sua ilha no mesmo dia em que iniciam o seu voo.

Evidentemente que, a par disso, o Governo tem garantido regularidade, qualidade, equidade, razoabilidade dos tarifários e além disso ainda tem garantido e quer continuar a garantir, porque é fundamental e porque se trata de uma empresa estratégica para o futuro da Região, que a SATA não volte a estar como já esteve no passado em situação económica difícil e que seja necessário despedir trabalhadores.

É tudo isso que nós queremos garantir, é isso que temos garantido e vamos continuar a garantir.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Concluímos assim este debate.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Nunes.

Deputado Guilherme Nunes *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A electricidade é um fenómeno físico originado por cargas eléctricas estáticas ou em movimento e pela sua interacção.

Sete séculos antes do nascimento de Cristo, o físico e filósofo grego Tales de Mileto observou um fenómeno curioso na época. Ao esfregar um pedaço de âmbar (um tipo de resina vegetal) num pedaço de lã, notou que o âmbar passava a atrair objectos leves. Dois mil anos depois, esse fenómeno foi chamado de **electricidade**, termo derivado da palavra grega ***elektron*** (que quer dizer "âmbar").

Um dos primeiros cientistas a observar fenómenos eléctricos foi o político e pesquisador americano, Benjamin Franklin.

Ele observou o céu em noites de tempestade, e percebeu que os raios eram descargas de correntes eléctricas que vinham das nuvens.

A partir do século XIX, muitos outros cientistas começaram a pesquisar a electricidade. Em 1800, o físico francês Alessandro Volta inventou a **pilha eléctrica**, que ganhou esse nome (usado até hoje) porque as primeiras pilhas eram formadas por moedas empilhadas. Em homenagem às suas descobertas, a unidade de força da corrente eléctrica foi chamada de **volt**.

Um dos cientistas mais geniais no campo da electricidade foi Michael Faraday. As suas descobertas foram o ponto de partida para muitas aplicações práticas, como

motores e geradores, comboios e eléctricos, e foram também, ponto de partida das centenas de inventos de Thomas Alva Edison, o inventor da lâmpada, e de Alexander Graham Bell, criador do telefone.

O norte-americano Thomas Edison foi um dos cientistas mais criativos do mundo. Foi ele quem proferiu a famosa frase: "O génio é 1% de inspiração e 99% de transpiração"; querendo dizer que para criar é necessário trabalhar muito.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A electricidade chegou pela primeira vez ao Corvo, na década de cinquenta do passado século, pela mão do pároco de então, padre Leonete Vieira Rego. O padre Leonete comprou um carro velho em S. Miguel, de onde era natural, e usou o motor do mesmo para fabricar um pequeno gerador que servia para iluminar os arraiais das festas religiosas.

Na década de sessenta a Autarquia do Corvo montou uma pequena central, equipada apenas com um gerador de fraca potência e que fornecia energia eléctrica à população, todos os dias, mas apenas durante um curto período; das dezoito às vinte e quatro horas.

Na década de oitenta, e também pertencendo à Câmara Municipal, foi construída uma pequena central já mais bem equipada, com geradores mais potentes de 108kw, que forneciam energia aos Corvinos durante as vinte e quatro horas do dia.

Com o passar dos anos e com o aumento do consumo os problemas de fornecimento e distribuição de electricidade na ilha passaram a ser muitos, tornando-se uma necessidade premente a construção de uma nova central, melhor equipada e com maior capacidade, para fazer face aos problemas existentes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Num investimento que ultrapassa os dois milhões de euros, a central do Rego D'Água/Fonte Velha é já uma realidade. Destina-se, não só, a dotar a ilha de uma infra-estrutura com garantia de fornecimento de energia com qualidade, mas também, a permitir a desactivação total da Central Termoeléctrica existente.

Fica situada à cota de soleira real dos cento e oitenta e nove metros e à distância de um quilómetro da vila. Trata-se de uma localização estratégica, com o objectivo de, futuramente, permitir a integração das componentes hidroeléctrica e eólica, num projecto denominado "Corvo Renovável", onde a maior parte da energia eléctrica produzida na ilha será feita com recurso a energias alternativas ou "verdes".

A obra é materializada por um edifício correspondente a uma estrutura retícula de vigas e pilares dotada de nove módulos com 3,20 por 5,5 metros, com pé direito útil de 4 metros.

A central foi projectada tendo em conta a arquitectura dos edifícios predominante na ilha e o Regulamento para Edificações Urbanas dos Açores. Possui equipamentos mecânicos, eléctricos e de instrumentação e controle inerente a quatro grupos geradores com potências de 108, 120 e dois de 150 kw, num total de 528kw. O edifício esta também capacitado para a instalação de mais dois grupos geradores, o que permitirá um aumento de cerca de 60% da potência instalada.

Possui parque de tanques de combustível com capacidade para controlo de eventuais fugas e tanque de água equipado com bomba para combate a incêndios.

Em termos de efluentes são considerados três sistemas, respectivamente de esgotos sanitários, efluentes limpos e efluentes oleosos, com depósito de tratamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

"Um dia, a Terra vai adoecer. Os pássaros cairão do céu, os mares vão escurecer e os peixes aparecerão mortos na correnteza dos rios. Quando esse dia chegar, os índios perderão o seu espírito. Mas vão recuperá-lo para ensinar ao homem branco a reverência pela sagrada terra. Aí, então, todas as raças se vão unir para terminar com a destruição".

Esta profecia, feita há mais de duzentos anos por "Olhos de Fogo", uma velha índia Cree, está, infelizmente, a tornar-se uma realidade. Conhecidos que são os problemas ambientais a nível mundial provocados principalmente pela emissão de gases que destroem a camada de ozono e provocam o aquecimento global, nós, neste cantinho do mundo, embora não sejamos grandes poluidores, investindo nas energias

alternativas, as energias limpas e renováveis, não poluentes, estamos a dar o nosso contributo para a sustentabilidade do nosso planeta.

Apesar de todos os alertas, conferências e protocolos, os países mais ricos e industrializados continuam a ser os maiores poluidores.

Nós fazemos a nossa pequena parte e esperamos, sinceramente, que os outros cumpram a parte deles.

Terminaria citando um provérbio indígena que diz o seguinte:

"Quando a última árvore tiver caído, quando o último rio tiver secado, quando o último peixe for pescado, vocês vão entender que dinheiro não se come."

Continuaremos a mudar os Açores para melhor.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo e do Sr. Deputado do PSD José Manuel Nunes)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero congratular-me com a intervenção do Sr. Deputado do Corvo, do Partido Socialista, e dizer-lhe que esta obra que vamos inaugurar proximamente é o primeiro passo para a criação no Corvo duma nova central, essa sim renovável, permitindo aproveitar a energia eólica e a bacia de águas que existem no topo da montanha de forma a tentar criar no Corvo uma ilha verde, uma ilha sem necessidade de utilizar os combustíveis fósseis, à excepção de quando efectivamente não houver vento e, portanto, precisamos de utilizar como energia garantida a central que estamos a produzir.

Qualquer adopção de uma central nesta área terá que ter sempre como back-up aquilo que nós fizemos agora que foi uma reformulação total da central térmica.

Já foi colocada num sítio que incomoda menos a população e já está pensada no sentido de poder ser substituída no seu dia-a-dia por uma mini hídrica combinada com uma central eólica.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Gaspar Lima.

Deputado José Gaspar Lima *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os investimentos previstos no programa PROPESCAS para o período 2007/2013, passam pelos seguintes eixos prioritários: "Adaptação da frota regional"; "aquicultura"; "transformação e comercialização de produtos marinhos"; "apoio à reabilitação de infra-estruturas e aos factores de competitividade" e, por último, o "Desenvolvimento sustentável das zonas costeiras". Tudo isto vem demonstrar a importância que o Governo Regional dá a este sector, no concretizar de uma estratégia de desenvolvimento assente na competitividade, na salvaguarda dos recursos e na defesa do nosso ambiente marinho.

A quantidade de pescado descarregado nos Portos dos Açores no ano de 2006, segundo os dados estatísticos disponíveis, foi de 11.859.541,7 Kg, mais 32% que no ano de 2005, o que corresponde a 31.875.466,33 euros, mais 12% do que no período homólogo de 2005.

Neste valor total estão incluídos crustáceos e moluscos. Relativamente ao ano de 2005 houve um acréscimo de cerca de 3 mil toneladas de tunídeos.

Através dos dados estatísticos verifica-se também que nos últimos seis anos as capturas de demersais se têm mantido entre as 3.500 e as 4.000 toneladas.

É interessante verificar que no ano de 2005 os preços médios do goraz foram de 10,64 euros por Kg, ao passo que no ano de 2006, primeiro ano em que existiu quota, o mesmo subiu para 13,91 euro por kg, portanto mais 3,27 euros por Kg.

Relativamente ao peixão (goraz pequeno) os preços foram de 5,65 euros em 2005, e de 7,83 euros em 2006, portanto mais 2,18 euros por Kg.

Verifica-se pela análise dos dados que existe uma estabilização das capturas dos pequenos pelágicos cujo esforço de pesca depende da procura local e um aumento

dos pelágicos oceânicos, concretamente do bonito. Todavia relativamente às espécies de tunídeos mais valorizados a tendência é para a sua diminuição.

Os dois sectores mais estáveis são a pesca dos pelágicos costeiros e a pesca dos demersais. Enquanto a pesca dos pelágicos costeiros (ou pequenos pelágicos) depende dos mercados locais, a pesca da maioria dos demersais depende da procura dos mercados externos, e os preços desta são influenciados por esses mercados.

É esta a nossa pesca mais importante, não só em termos financeiros como sociais. É neste sector que trabalha a maioria dos pescadores e é aqui que tem incidido o maior volume de investimento.

É interessante verificar que no ano de 2006 em que existiu pela primeira vez quota no goraz, os preços se mantiveram sempre altos e que baixaram quando se suspenderam as quotas individuais nos últimos três meses.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós, aqui nos Açores, temos evitado que a nossa vida marinha sofra grandes alterações, quer por desastres ecológicos quer por utilização de artes altamente predadoras, ao contrário do que vemos por todo o lado; utilização de redes que varrem e destrocem os fundos marinhos, com recursos a tecnologias sofisticadas, bem como as frotas de pesca mundial cada vez mais volumosas a esvaziarem e a delapidarem os nossos oceanos.

Apesar do agravamento da situação, a legislação a nível mundial não tem conseguido acompanhar a rapidez desta grande ameaça.

No nosso arquipélago, e ao contrário de tudo isto, o Governo Regional têm vindo a desenvolver neste sector, com os parceiros sociais e com os cientistas, importantes experiências em matéria de conservação marinha, criando legislação no sentido da redução do esforço de pesca, como por exemplo a proibição das redes de emalhar, o tamanho dos anzóis, mais e melhor fiscalização, etc. etc.

A defesa intransigente dos interesses estratégicos dos Açores, para os governos regionais do Partido Socialista tem sido e será sempre, dentro da política regional das pescas, a defesa em todas as instâncias, tanto nacionais como comunitárias ou internacionais da reserva da nossa ZEE (Zona Económica Exclusiva).

Para os açorianos e principalmente para todos aqueles que do mar tiram o seu meio de sustento, continuam a ser criadas condições de garantia da sustentabilidade dos nossos recursos marinhos.

Só a sustentabilidade dos nossos recursos pode continuar a proporcionar uma importante fonte de alimentação para a nossa população, bem como uma relevante actividade económica, não só para todos os nossos pescadores, como também para todos os que dependem desta actividade. Além disso este sector continua a ser uma boa fonte de emprego directo e indirecto, com um impacto social de grande interesse para os Açores.

A nível de coesão social tem os Governos Regionais do partido socialista em cooperação com os pescadores, associações, sindicatos e cooperativas vindo, ao longo destes últimos anos a melhorar os mecanismos criados de protecção social aos profissionais deste sector, por causa das intempéries que durante o Inverno obrigam os pescadores a paragens temporárias de actividade.

O diálogo efectuado com todos os parceiros sociais deste sector tem trazido grandes valias a nível de uma co-gestão de proximidade, descentralizando tarefas, partilhando responsabilidades com as referidas associações, sendo fundamental para a modernização, o desenvolvimento e o progresso das pescas na nossa Região. Hoje em dia grande parte da gestão das pescas é feita em conjunto com cientistas, pescadores e armadores, de acordo, aliás, com a Política Comum de Pescas, que obriga a que os pescadores e as suas organizações tenham um papel interventivo na definição das normas que definem todo o sector.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

São prioridades importantes que fazem parte do programa de Governo:

- A aposta na dinamização de investimentos dirigidos à Inovação tecnológica.
- A melhoria da qualidade dos produtos,
- A diversificação de técnicas e métodos de produção.
- A introdução no mercado de novos produtos e apresentações à produção de produtos tradicionais de qualidade.
- A manutenção e criação de postos de trabalho através do desenvolvimento de diferentes actividades ligadas ao mar.

É importante referir que os Governos Regionais do Partido Socialista tem essencialmente criado condições favoráveis para que os agentes económicos ligados a este sector possam desenvolver a sua actividade.

Mas também as organizações profissionais da pesca devem continuar a fazer esforços no repensar os seus modelos organizativos, reestruturando-se de forma a se dotarem cada vez mais de melhores condições, para poderem desenvolver uma intervenção mais dinâmica nos circuitos de produção e de comercialização.

Para que isso aconteça é importante reforçar as mais valias geradas ao longo de toda a cadeia de valor, para o que se torna indispensável promover a valorização dos produtos deste sector.

A estratégia a seguir tem que continuar a visar o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida de todos os que dependem desta actividade: pescadores, armadores, comerciantes e associações.

Porque as pescas são e vão continuar a ser um dos motores de desenvolvimento das várias zonas costeiras da nossa Região, o programa PROPESCAS, ao definir uma política de intervenção clara e coordenada, vem abrir caminho para que, no período de 2007/2013, o sector das pescas assuma o seu papel de instrumento fixador das populações das zonas costeiras mais dependentes deste sector, criando actividades geradoras de equilíbrios sócio-económicos, que não se devem minimizar.

Muito se tem conseguido nesta área com o esforço conjunto dos Governos Regionais do Partido Socialista, dos pescadores e dos seus representantes, mas ainda há muito a fazer com vista a melhorar e a fortalecer a competitividade deste sector na nossa Região.

O Governo Regional do Partido Socialista, com as medidas e os programas implementados e a implementar neste sector, continua a pensar no desenvolvimento e na melhoria de vida de todos os que dependem da pesca e ao mesmo tempo continua a mudar os Açores e a vida dos Açorianos sempre, mas sempre para melhor.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas inscrições para esclarecimentos.

Não havendo inscrições, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado José Gabriel Eduardo.

Deputado José Gabriel Eduardo *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Está prevista para os próximos dias 18 e 19 de Junho mais uma deslocação do Governo Regional dos Açores à Ilha das Flores, no cumprimento do disposto no artigo 66.º do nosso Estatuto Político-Administrativo. Estas visitas constituem sempre um momento de particular significado, em especial, em ilhas como é o caso das Flores onde não estão sedeados departamentos governamentais, suscitando, pelas suas características específicas, a particular atenção da população e expectativa natural sobre as mais diversas decisões relevantes que possam ser tomadas na reunião do Conselho de Governo que se realiza obrigatoriamente no culminar de cada uma das visitas estatutárias.

Desta reunião é elaborado um Comunicado cuja leitura é sempre aguardada com ansiedade e esperança de ver nele contemplada a resolução dos problemas que mais preocupam a população da ilha visitada. Daí advindo a apreciação das decisões que, inevitavelmente, serão por uns consideradas positivas, enquanto que por outros serão classificadas de insuficientes, sendo por norma depois também feito o balanço de tais decisões nesta Casa, pelos Deputados das diferentes bancadas, com as respectivas leituras políticas sobre a visita.

Mas como a visita de que vos falo ainda não ocorreu, não venho hoje a esta tribuna trazer o balanço da visita, mas sim fazer uma pequena perspectiva do ponto de situação da Ilha das Flores no momento em que já decorreram quase três anos após as eleições de Outubro de 2004.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já por diversas vezes ouvimos nesta casa falar dos problemas que afligem os Florentinos e dos constrangimentos a que aquela Ilha está sujeita, nomeadamente das dificuldades causadas pelos deficientes meios de acessibilidade à Ilha.

Ora, neste caso, e em concreto, gostaria de destacar a programação dos horários da Sata para este Verão, que desde o último fim de semana de Março e até finais do mês

de Outubro nos proporciona um voo ao Domingo, para além de que nos meses de Julho e Agosto poderemos ainda contar com um acréscimo do número de voos perfazendo um total de 21 toques semanais no nosso aeroporto, o que só por si constitui um recorde.

Quanto ao transporte marítimo de passageiros e viaturas, e apesar da operação para a Ilha das Flores só se iniciar no próximo dia 19 de Junho, e mesmo com os percalços da avaria no hélice de proa do navio "Ilha Azul", ao que sabemos já reparada, tudo leva a crer, atendendo somente ao horário programado, que este ano teremos um serviço que tem o mérito de apresentar uma regularidade semanal, correspondendo a mais do dobro das ligações que ocorreram nos anos anteriores e, acima de tudo, permitindo também aos Florentinos saírem da Ilha e poderem regressar igualmente de barco passada uma semana.

Com o impulso dado pelo Governo Regional a estas duas portas de entrada nas Flores e com o seu pleno funcionamento, penso que estará dada uma das maiores oportunidades aos nossos empresários e autarquias locais para que consigam encontrar as chaves do desenvolvimento que se pretendem para o crescimento sócio económico que tanto ambicionamos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Cada visita Estatutária do Governo Regional à Ilha das Flores é sempre motivo para lembrar os problemas que ainda temos e por tal facto, à semelhança de anos anteriores, reuniu o Conselho de Ilha, a fim de elaborar um memorando a apresentar ao Governo Regional com as preocupações específicas da Ilha, das quais passo a salientar as seguintes:

- O início da intervenção definitiva das obras da 3ª fase de protecção da orla costeira em Santa Cruz;
- Consolidação da cabeça do molhe do Porto das Lajes;
- Manutenção do voo da Sata ao Domingo durante todo o ano;
- O ponto de situação do projecto para a reabilitação do troço de estrada regional Santa Cruz – Cedros;
- Necessidade de ampliação da garagem do quartel dos Bombeiros Voluntários;
- O ponto de situação do ginásio anexo à Escola Básica e Secundária das Flores;

- As instalações definitivas da Escola Básica Integrada das Lajes;

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estas, bem como outras aspirações do povo das Flores estão plasmadas no manifesto, que foi a sufrágio nas eleições de Outubro de 2004 e que recebeu dos eleitores a maioria dos votos demonstrando uma avaliação positiva daquilo que havia sido realizado antes de 2004, dando um voto de confiança em quem tanto já fez para continuar a dirigir o destino das Flores em particular e dos Açores em geral.

Penso que os Florentinos merecem que a confiança depositada seja materializada no cumprimento das 57 medidas do manifesto que apresentámos para esta Legislatura, e que apesar dos agoiros da oposição, conta já com 57% das medidas executadas somando mais 21% de medidas em execução o que perfaz um total de mais de 2/3 (78%) de execução do manifesto.

Na presença destes factos e ciente de que nem tudo corre sempre com a rapidez que se deseja, que há por vezes necessidade de ocorrer a situações imprevistas, que falta ainda fazer mais, tenho a certeza de que este Governo saberá empenhar-se em cumprir os compromissos que assumiu com os Florentinos.

Por mim ficarei atento, e se assim for, quando chegar a altura própria julgarei. Nunca antes!

Disse.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas inscrições para esclarecimentos.

Não havendo inscrições, dou a palavra ao Sr. Deputado Osório Silva para uma intervenção.

Deputado Osório Silva *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista/Açores, aquando da sua primeira vitória nas legislativas regionais de 1996, encontrou uma região que apresentava nos mais diversos sectores num estado calamitoso, ou seja, na mais completa ausência de políticas estratégicas

que permitissem à região, a médio e longo prazo, mais e melhores condições de crescimento e desenvolvimento sustentável e real de todas as ilhas do arquipélago.

Deputado Pedro Gomes *(PSD):* Não apoiado!

O Orador: Como tal, os governos do Partido Socialista, ao longo da sua acção governativa, foram implementando e reforçando novas políticas de modo a permitir às açorianas e aos açorianos mais e melhores condições de vida.

Ultimamente tem vindo a ser propagandeado pela oposição, através do seu líder do PPD/PSD, qual "Velho do Restelo", os investimentos concretizados e em execução na região não são obras para as pessoas e com especial impacto na qualidade de vida que para elas se deseja. Contrariamente ao que é afirmado por tais responsáveis políticos, nós Socialistas assumimos os investimentos já executados, os que se encontram em execução e os que estão previstos iniciarem-se sendo que, sem margem para dúvidas, esses investimentos afiguram-se de extrema importância uma vez que visam dar resposta aos anseios e necessidades das populações, bem como contribuir nas suas mais diversas vertentes para o desenvolvimento e crescimento social, económico e cultural da nossa Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No que concerne em particular ao sector da Protecção Civil dos Açores, verificamos ao longo do tempo uma clara viragem nesta área, fundamental para o bem-estar e segurança dos Açorianos.

Desde 1997 é possível verificar-se a significativa mudança na segurança civil nos Açores, esta realidade deve-se ao intenso trabalho que os Governos Regionais do Partido Socialista tem vindo a desenvolver, através da implementação de inúmeros projectos que visam dar sequência aos objectivos e medidas assumidas pelo programa de Governo de modo a aperfeiçoar todo o sistema de Protecção Civil.

Em 1996 não existia na região um único Plano de Emergência Municipal aprovado. Actualmente existem 18, encontrando-se o de Angra do Heroísmo nos trâmites para aprovação. Como podem ver foi dado um salto qualitativo enorme, todavia, cabendo às autarquias accionar os seus respectivos mecanismos de modo a testarem e corrigirem os seus planos, de modo a que possa ser dada uma resposta eficaz em

situação de emergência ou catástrofe, porque os autarcas nunca deverão esquecer-se que são eles os primeiros responsáveis pela Protecção Civil no seu Concelho.

No que concerne às infra-estruturas, ou seja, à construção de novos quartéis, anexos, secções destacadas e grandes beneficiações de quartéis, destacamos a construção do quartel de Ponta Delgada, secção das Lajes das Flores, secção dos Altares, anexo ao quartel da Praia da Vitória, anexo ao quartel de Santa Maria, anexo ao quartel da Graciosa, quartéis de Santa Cruz das Flores e Lajes do Pico, grandes beneficiações dos quartéis de Vila Franca e Horta, quartel da Madalena do Pico e quartel da Ribeira Grande, com um investimento superior a 15 milhões de euros.

Entre 1997 até hoje foram entregues às cooperações de Bombeiros da Região Autónoma dos Açores, várias viaturas como auto-macas, auto-macas de todo o terreno, viaturas de transporte múltiplo de doentes e auto-comandos para os inspectores coordenadores, num total de 49 viaturas, resultantes num investimento superior a 2 milhões de euros. Em relação às viaturas de combate ao fogo foram entregues pronto-socorros ligeiros, pronto-socorros médicos, pronto-socorros pesados, auto tanques-médios, auto-separadores ligeiros, auto-comandos, viaturas de transporte de pessoal, o que representa um investimento que ronda os 2,4 milhões euros em 36 viaturas.

Estes investimentos acima enumerados vieram permitir um aumento significativo de ambulâncias na região, passando de 50, em 1996, para 103 o seu número. Esta nova realidade traduziu-se, igualmente, no aumento do número de tripulantes, passando de 104, em 1996, para 194.

É também do conhecimento público a intenção do Governo Regional de até 2010 dotar em todas as ilhas ambulâncias medicalizadas e equipadas com máquinas de suporte avançado de vida.

De acordo com os objectivos do Programa do Governo Regional do Partido Socialista, foi assumido como um dos principais desafios a aposta na formação e sensibilização dos bombeiros e das populações, através da promoção de dezenas de cursos para tripulantes de ambulâncias de transporte de socorro, acções de formação para todos os elementos do quadro de comando sobre intervenção em matérias perigosas, que se realizou em Espanha, estágios de Chefes e Subchefes no Batalhão

Sapadores do Porto, Construção do Centro de Formação de Protecção Civil e Bombeiros, com um investimento de 500.000 euros, a aquisição de novos cenários de treino no combate ao fogo, permitindo aos bombeiros uma maior aptidão ao seu combate nas suas mais diversas formas, tendo permitido muito recentemente a formação de bombeiros tripulantes de ambulância de suporte básico e suporte avançado de vida, nas vítimas de trauma, no pré-hospitalar e em desfribilização externa, tudo medidas com grande impacto na melhoria dos cuidados de saúde oferecidos às populações.

Na área de sensibilização tem vindo a ser desenvolvidos vários projectos como o curso de "Protecção Civil e Primeiros Socorros", destinados a docentes, a auxiliares de acção educativa, funcionários das Casas do Povo e Juntas de Freguesia. Iniciou-se o projecto "O Idoso em Segurança", uma acção de informação e sensibilização sobre atitudes e comportamentos preventivos junto de uma camada da população que, regra geral, tem uma capacidade de actuação limitada. Este projecto destina-se assim, a uma faixa etária onde a saúde precária e o isolamento social e familiar são uma realidade.

Implementou-se o programa "Crianças em Segurança", projecto este que, por sua vez, é desenvolvido com a colaboração das Câmaras Municipais, encontrando-se actualmente num processo de reformulação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Foi de igual modo dada formação aos novos Delegados de Protecção Civil, através da frequência do Curso Avançado de metodologias a adoptar em vistorias na área de Segurança contra incêndios, adquirindo conhecimentos que lhes permitem uma visão mais ampla nos aspectos de segurança, em termos do licenciamento de novas obras.

No decorrer das Legislaturas foram-se reforçando os investimentos financeiros, de modo a permitir a implementação de uma nova rede de telecomunicações de emergência, que veio ligar entre si todos os Corpos de Bombeiros, Hospitais, Centros de Saúde, Câmaras Municipais e Comandos da PSP, com um investimento ascendente a 6 milhões de euros.

Como é do conhecimento de todos o salvamento marítimo é da competência da Direcção Geral da Autoridade Marítima. Todavia, na realidade, é facilmente

reconhecível a pressão que é exercida sobre os bombeiros e a protecção civil sempre que ocorrem acidentes na orla marítima. Dada a noção deste facto, a Secretaria Regional das Obras Públicas e Equipamentos, que por sua vez tutela a Protecção Civil dos Açores, procedeu à aquisição de embarcações e equipamentos que irão permitir aos Corpos de Bombeiros, em conjunto com o Instituto de Socorros a Náufragos uma maior capacidade de intervenção.

Neste campo, foram já entregues as embarcações e respectivos equipamentos às corporações de bombeiros da Praia da Vitória, Santa Cruz da Graciosa, Lajes do Pico, Vila Franca do Campo, São Roque e Calheta. Estas mesmas embarcações semi-rígidas tiveram um custo na ordem dos 64.000 euros cada. Está de igual modo prevista a entrega de mais cinco embarcações para as seguintes cooperações de bombeiros: Velas, Madalena, Sta Maria, Corvo e P. Delgada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não poderia terminar sem antes salientar o reconhecimento a centenas de homens e mulheres que, prescindindo muitas vezes do seu conforto junto da família, se encontram em prevenção para socorrer com prontidão a comunidade. Sem os Bombeiros Voluntários, seus Comandos e Direcções, dificilmente existiria na região uma estrutura de Protecção Civil como assistimos actualmente. Esta realidade é uma demonstração clara e evidente do quanto, na Região Autónoma dos Açores, é nobre a palavra solidário e o que simboliza para um povo arquipelágico.

Termino lembrando que a actual realidade vivida neste sector deve-se, de facto, aos investimentos que, consecutivamente, se tem vindo a concretizar, porque sem eles não seria possível dar resposta a toda esta planificação. Relembro que a protecção civil é transversal a toda a sociedade, cabendo a cada um de nós cooperar, porque a eficiência da Protecção Civil está dependente da cooperação individual e colectiva.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Não havendo inscrições para esclarecimentos sobre esta intervenção, vamos interromper os nossos trabalhos e recomeçaremos às 15,00 horas.

Bom almoço.

(Eram 12 horas e 40 minutos)

Presidente: Vamos recomeçar os nossos trabalhos com a Agenda da Reunião.

(Eram 15 horas e 15 minutos)

(Neste momento o Sr. Presidente retoma o seu lugar na mesa)

O nosso primeiro ponto é a **Proposta de Decreto Legislativo Regional que "Define o quadro para regulação e gestão dos resíduos na Região Autónomas dos Açores".**

Para apresentar o diploma tem a palavra a Sra. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

Secretária Regional do Ambiente e do Mar *(Ana Paula Marques):* Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com a apresentação deste diploma, o Governo dos Açores concretiza mais um objectivo do seu programa político.

A presente Proposta de Decreto Legislativo Regional define o quadro para a regulação e gestão de resíduos na Região Autónoma dos Açores e transpõe a Directiva 2006/12/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril e a Directiva nº 91/689/CE que codificam a regulamentação comunitária em matéria de resíduos.

É uma transposição jurídica para o direito interno de um acto normativo do direito comunitário, conforme facultam os números 4 e 8 do artigo 112º da Constituição da República Portuguesa.

O Governo adoptou um modelo próprio para a gestão de resíduos na Região Autónoma dos Açores, com fundamento na respectiva visão política e competências constitucionais e estatutárias e que agora propõe à aprovação desta Assembleia.

Sublinhe-se que a Directiva nº 2006/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril é codificadora da dispersa regulamentação comunitária sobre resíduos. Essa codificação, por seu turno, reflecte a evolução do direito e da ciência que nesta área atingiu no quadro europeu a estabilidade suficiente parta consagrar agora no ordenamento jurídico um conjunto de princípios da maior importância em matéria de gestão de resíduos.

Foi nosso entendimento que este matéria reveste interesse específico evidenciado pela exiguidade e isolamento do território insular que determina economias de escala reduzidas e que encarece as soluções de tratamento e destino final de resíduos, obrigando à multiplicação de soluções ou ao transporte marítimo para ilhas de maior dimensão ou mesmo para o Continente.

Os Açores têm absoluta necessidade de cumprir as normas nacionais e comunitárias, cujas orientações programáticas obrigam a dotar-se de um conjunto de tecnosistemas de processamento e valorização de resíduos de significativa complexidade tecnológica.

Tendo em conta esta preocupação, é fundamental que as respectivas operações de gestão de resíduos possam ser realizadas por entidades com experiência, sejam elas do sector público ou por empresas do sector privado, aliás, de acordo com o que é estabelecido na própria Directiva 2006/12/CE.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É assim que se procura optimizar todas estas actividades de gestão de resíduos envolvendo, para além da Administração Pública, o sector privado, numa política convergente de criação de riqueza e sustentabilidade ambiental.

Para que se concretize esta opção política vai ser necessário a criação de uma entidade pública com funções de regulação, de modo a garantir o funcionamento do mercado regional de resíduos.

Com a liberalização que agora se impõe e que modernamente se reclama para este sector, a função de regulação é da esfera de competências da Administração Pública, cabendo-lhe o papel de fazer cumprir os princípios e as regras que regem o mercado de resíduos para garantir a efectiva concorrência.

Fico agora à vossa disposição para as questões que entenderem propor.

Presidente: Apresentado o diploma, estão abertas inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) Deputado Pedro Gomes *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A presente Proposta de Decreto Legislativo Regional faz uso duma competência legislativa da Região consagrada na última revisão constitucional de 2004 que é da possibilidade de transposição de directivas comunitárias directamente para o ordenamento jurídico de cada uma das Regiões Autónomas e nunca é demais assinalar essa circunstância, porque esta é uma competência relevante que permite soluções diferentes no quadro jurídico português no limite, permitindo a existência de três soluções diferentes, em três ordenamentos jurídicos diferentes, os das Regiões Autónomas e o do Continente, sob um mesmo acto jurídico da União Europeia e sucederá, neste caso, com a aprovação deste decreto legislativo regional, que no ordenamento jurídico vigorarão dois diplomas, um nacional, o Decreto-Lei 178/2006, de 5 de Setembro, e futuramente este decreto legislativo regional, regulando uma só matéria sob os mesmos actos jurídicos europeus, mas disciplinando de modo diferente e tendo em consideração, no caso dos Açores, a nossa realidade regional.

É preciso sublinhar que, de facto, uma das virtudes deste diploma é fazer com que a solução da gestão dos resíduos seja mais consentânea com a nossa realidade.

Os handicaps permanentes que deram origem à consagração do Estatuto da Ultraperiferia no Tratado da União Europeia, atribuído às Regiões dos Açores e da Madeira são handicaps permanentes que têm uma relevância extrema no domínio da gestão dos resíduos, porque há realidades muito diferentes nos Açores.

A realidade de S. Miguel, por exemplo, e só para falar dos resíduos sólidos urbanos, não é a mesma realidade do Corvo. S. Miguel produz praticamente 50% de todos os resíduos sólidos urbanos produzidos nos Açores, mais concretamente 48,4%. O Corvo produz somente 0,2%.

A esta diferença de volume de resíduos tem que corresponder também soluções técnicas diferentes e soluções que são caras, visando uma solução integrada, com modelações ilha a ilha para a gestão dos resíduos nos Açores.

Eu direi que aquela velha máxima, segundo a qual há que "pensar globalmente, decidir regionalmente e agir localmente", se aplica em plenitude à problemática da gestão dos resíduos, porque a nossa diversidade intra-insular tem que ser acautelada, mas tem que exigir também dos poderes públicos da Região e dos municípios um entendimento e, mais do que isso, um modelo de financiamento, segundo um princípio de equilíbrio e de razoabilidade financeira de modo a que haja uma justa repartição de encargos entre todos os intervenientes neste processo, o que não deve excluir, aliás, solução que esta iniciativa legislativa em boa hora permite, a possibilidade de recurso a parcerias público-privadas no domínio da gestão dos resíduos sólidos urbanos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É bom dizer que a gestão dos resíduos nos Açores é tão cara que faz com que, por exemplo, os municípios dos Açores suportem neste momento encargos muito superiores aos encargos suportados pelos municípios do Continente neste domínio. Só para termos uma noção do que estamos a falar, é preciso dizer que nos Açores a gestão dos resíduos faz com que os municípios dos Açores gastem mais 24,5% do que as suas congéneres do Continente.

Enquanto os municípios do Continente gastam por ano e por 1000 habitantes 32.350€, nos Açores, por ano e por 1000 habitantes, os municípios gastam 40.266€ e esta diferença de investimento dos municípios têm que servir também de razão de argumento para que o entendimento que é devido nesta matéria, entre os municípios dos Açores e o Governo Regional, para encontrar uma solução financeira para a gestão dos resíduos nos Açores, faça com que o Governo Regional possa aliar-se aos municípios, que os municípios se aliem ao Governo Regional para, em conjunto, encontrar uma solução que sirva os Açores, que seja amiga do ambiente e que permita também encarar a gestão dos resíduos como um valor, já não como um desperdício, arrumando uma concepção ultrapassada, mas com um valor, mas que, de facto, pode ter um mercado e pode ser também um negócio numa situação de avanço para parcerias público-privadas.

O PSD gostaria também de sublinhar que este diploma, tendo alguns defeitos, não tem tantos defeitos que permitam ensombrar alguns dos seus méritos.

Este diploma, podendo ir mais além na definição dos mecanismos de gestão do sistema de resíduos nos Açores, como aliás foi, nalguns domínios, o diploma nacional, tem por seu lado a virtude de ser mais consentâneo com a realidade regional e de permitir a abertura à iniciativa privada duma maneira assumida, que nunca é demais sublinhar, porque muitas vezes este tipo de solução pode permitir resolver nalgumas ilhas ou nalguns grupos de ilhas a problemática da gestão dos resíduos,

Também não podemos esquecer que este diploma, e ele tem esse mérito, ao não impor uma solução possibilita que no plano concreto o Governo Regional e futuramente a entidade reguladora do sistema de resíduos nos Açores, possam olhar cada uma das solução apresentadas e apreciá-las em concreto.

Mas, ao ser desta maneira, este diploma também comporta, e bem, que esta câmara tenha isto em consideração, um enorme desafio para o Governo Regional, porque permitindo um conjunto diverso de soluções, ele é mais exigente para o Governo Regional que tem a obrigação de usar com prudência e com sabedoria esse grau de abertura que este diploma dá e tem o dever de, nesta câmara, trazer as soluções concretas, partilhar informação com os deputados para que este processo seja um processo transparente, claro, eficaz e que permita resolver bem a gestão dos resíduos na Região.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vai votar favoravelmente este diploma, mas vota com este desafio ao Governo Regional: de que o Governo saiba trazer a esta câmara as informações da sua aplicação, que seja transparente nas soluções que venha a adoptar e que use, com sabedoria e prudência, todos os mecanismos que este diploma lhe permite.

Convém dizer também que este diploma, e para terminar, não é a solução para a gestão dos resíduos dos Açores, é uma parte do princípio duma solução. Falta-nos ainda um documento estratégico essencial, plano estratégico da gestão dos resíduos que está em fase de discussão e que virá, de acordo com o normativo deste diploma, aliás, alterado num processo de diálogo e de consenso em Comissão, e acho que profícuo também, encetado entre o Partido Social Democrata e o Partido Socialista, também a esta câmara, para ser aprovado, através dum decreto legislativo regional.

Nessa altura soluções concretas serão discutidas, mas o Governo tem desde já o ónus e a obrigação das avaliar e apresentar com o cuidado que a matéria exige.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

Deputado Jaime Jorge *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, a senhora em declarações à comunicação social afirmou por diversas vezes que são necessários, para resolver os problemas dos resíduos nos Açores, cerca de 200 milhões de euros.

Eu deduzo destas suas afirmações que este montante será apenas a comparticipação do Governo Regional, já que as autarquias açorianas, todas elas, apenas poderão usufruir dos benefícios do QRESA cerca de 191 milhões de euros e mesmo que dedicassem todo esse montante num esforço de investimento conjunto à resolução dos resíduos nos Açores, ele ficaria bastante aquém dos valores por si anunciados.

A acrescentar a tudo isto, eu relembro que a proposta que resulta do PROCONVERGÊNCIA para a construção de aterros sanitários nos Açores, que são 4 ou 5, e que é uma proposta pouco ambiciosa, está muito aquém, no período de vigência do próximo QCA, dos 7 anos que ele vai durar, das necessidades reais de aterros sanitários nos Açores.

Eu recordo que algumas ilhas têm aterros em pleno funcionamento, há outras que ainda não têm, mas mesmo as ilhas que os têm em funcionamento, durante estes 7 anos, eles estarão muito próximos do seu fim nalguns casos, noutros para lá caminham.

Secretária Regional do Ambiente e do Mar *(Ana Paula Marques):* O PROCONVERGÊNCIA vai durar 30 anos.

O Orador: Não acredito, Sra. Secretária.

O prazo de vida útil daquele aterro, no seu início, era só de 20 anos e não percebo como é que agora ele pode durar mais 10 anos.

De qualquer maneira gostaria de ouvir as suas explicações em relação a esta questão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) Deputado Hernâni Jorge *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui a discutir uma iniciativa do Governo que visa aprovar o diploma de regulação da gestão dos resíduos na Região Autónoma dos Açores, transpondo, conforme já foi dito, as directivas comunitárias relativas a esta matéria.

Há dias, no último plenário, numa intervenção que tive oportunidade de proferir nesta casa, abordei esta problemática e disse e reafirmo que uma região isolada e dispersa como é o nosso arquipélago, esta problemática assume particulares contornos tornando bem mais complexo o processo de encontrar soluções que visem uma gestão adequada dos diferentes resíduos que são produzidos na Região, desde logo a escala das ilhas e os custos inerentes às soluções tecnológicas de tratamento e de operação da gestão de resíduos a isso nos conduzem.

Identifiquei na altura aquilo que foi a evolução e aquilo que é a situação actual da gestão de resíduos na Região.

Disse-o e repito que a situação actual está longe de ser a ideal. Acho que todos estamos de acordo. Há um grande percurso a fazer.

Este instrumento que hoje iremos aprovar será o encetar, espero eu, dum processo dinâmico, sem paragens e que, sem tibiezas, nos conduza a uma região ambientalmente mais equilibrada, designadamente no que respeita à gestão dos resíduos.

Mas nos últimos anos, e não queria deixar de referenciar este aspecto, há alguns aspectos extremamente positivos que nos conduziram ao estado actual.

Aprovaram-se diversos planos, designadamente o plano de gestão dos resíduos hospitalares; está elaborado o plano dos resíduos industriais e especiais; alargou-se à região, de forma progressiva, a actividade das diversas sociedades gestoras dos sistemas de gestão de resíduos a nível nacional e quando ainda em 1998 apenas tínhamos integralmente a deposição de resíduos em aterros ou lixeiras, hoje temos apenas 10% dos resíduos depositados em lixeiras ou vazadouros, 74% já em aterros sanitários e 16% em recolha selectiva e encaminhados para sistemas de valorização.

Ainda é muito pouco, longe daquelas metas de 35, 40% que a União Europeia e todos nós ambicionamos atingir a curto e médio prazo.

Esta situação na Região, em que a maioria dos resíduos continuam a ser depositados em aterro, não podemos de forma alguma ficar satisfeitos com ela e atendo àquilo que também já referenciei de a franja de resíduos encaminhados para sistemas de valorização ser pouco significativa.

O SIGRA, aprovado em Setembro passado, veio dar origem à iniciativa, que hoje temos aqui em apreciação e da qual resultará futuramente o PEGRA, instrumento fundamental no enquadramento da gestão dos resíduos na Região, bem como outros planos estratégicos relativamente aos diversos tipos de resíduos que a Região produz.

Este diploma prevê também, conforme foi referenciado pela Sra. Secretária, a criação da entidade reguladora do Sistema de Gestão de Resíduos da Região Autónoma dos Açores, um aspecto importante e de sublinhar.

Com a aprovação deste diploma e com o incremento deste sistema, acreditamos que a prazo vamos ter o encaminhamento duma maior quantidade de resíduos para sistemas efectivos de valorização, diminuindo de forma significativa o encaminhamento de resíduos para sistemas de eliminação como sejam os aterros.

Naquilo que o Sr. Deputado Pedro Gomes referiu, há pouco, da Região criar um sistema diferenciado daquele que vigora no território continental, não podia deixar de registar com algum agrado o facto de termos ido além daquilo que são as orientações comunitárias em alguns domínios.

Aliás, já o país tinha ido também, no diploma nacional, além daquilo que são as orientações comunitárias, designadamente no que respeita à incineração de resíduos no mar e à sua injecção no solo, proibindo esse tipo de operações.

A Região neste momento vai além disso, vai além inclusivamente do que é a solução nacional, proibindo também a descarga de resíduos no mar.

Poderíamos talvez ter ido um pouco mais além, designadamente ma matéria da incineração, mas foi isto que foi possível encontrar no quadro dos equilíbrios e dos consensos que são fundamentais e essenciais para que todos, Região, municípios, a generalidade dos cidadãos e as populações da Região possam efectivamente

implementar e dar corpo a um sistema de gestão de resíduos equilibrado e que conduz os Açores a uma região ambientalmente equilibrada.

Deputado Helder Silva *(PS): Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

Deputada Carla Bretão *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É sem dúvida um primeiro passo de uma longa caminhada, de uma caminhada numa área que é preocupante para todos nós.

No entanto, é necessário, acima de tudo, começar a perceber o desenrolar deste primeiro passo.

Há determinadas questões que têm que começar a ser levantadas e perceber como vão ser resolvidas e por isso mesmo, Sra. Secretária, gostaria de lhe fazer algumas perguntas nesta área, nomeadamente que modelo de financiamento vai ser utilizado?

De acordo com o que o meu colega Jaime Jorge aqui já referiu, por várias vezes já anunciou que este modelo poderia apontar para um custo superior a 200 milhões de euros e isso é deveras preocupante. Por isso mesmo, gostava que nos desse aqui um pequeno vislumbre do modelo de financiamento que estará a equacionar para o desenrolar de todo este processo.

Para além disso os prazos de execução aqui assumem também extrema importância, porque se estamos a dar o primeiro passo não queremos chegar ao fim daqui a muitos anos, queremos, com certeza, que todo este processo seja o mais breve possível.

Há também que definir as verdadeiras responsabilidades e essa divisão como é que será feita? Essas responsabilidades terão que ser definidas à partida e terá que se saber quem tem a responsabilidade do quê e quem assume o quê.

Estas três questões eram as que a mim, neste momento, me parecem de maior relevância para se perceber quais são os passos seguintes.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar.

(*) Secretária Regional do Ambiente do Mar *(Ana Paula Marques):* Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para dar alguns esclarecimentos à Câmara e faço-o com muito gosto, não obstante as declarações do Sr. Deputado Pedro Gomes.

De facto a situação do transporte de resíduos na Região e o custo por habitante é muito mais caro na Região Autónoma dos Açores que a nível nacional, mas também por esse motivo o Governo Regional desde a primeira hora sempre apoiou os municípios no pagamento e transporte de resíduos para o Continente.

Porque entendíamos que essa era uma matéria altamente discriminatória, não respeitadora do direito dos Açores e dos açorianos, lutámos afincadamente para que isso fosse ultrapassado e só este ano é que chegaram aos Açores todos os operadores de resíduos a nível nacional.

Foi, de facto, uma batalha muito dura, porque nós, enquanto temos responsabilidades políticas, não poderíamos deixar que um consumidor açoriano tivesse que pagar mais pelo tratamento de resíduos do que paga um habitante de Trás-os-Montes ou de Algarve. Efectivamente o Governo Regional assumiu desde a primeira hora esse diferencial.

Também queria informar esta câmara que, por exemplo, a nível de passivos de óleos, limpámos o ano passado da Ilha Terceira 500m3, passivo de 20 anos que existia na Região.

Está neste momento também contratualizado um concurso público que foi realizado e que vamos começar a exportar também um passivo ambiental em pneus e que custou ao Governo Regional 1 milhão de euros. É um passivo de todos estes anos, porque nunca se exportou pneus.

Portanto, como vêem, a última batalha que o Governo ganhou junto da Sociedade Ponto Verde foi exactamente conseguir que esta assumisse aquilo que tinha direito, porque a nível nacional o concurso público foi feito para todo o território nacional e, portanto, os Açores e os açorianos estavam a ser discriminados nesta matéria. Este ano, finalmente, o Governo Regional não vai gastar um único euro em termos de transporte de resíduos, assim como os municípios, porque eles faziam esse transporte, mas quem suportava os custos era o Governo Regional.

Portanto, nesta matéria, como em todas, nós sempre assumimos a responsabilidade pela resolução desta situação, já para não falar da legislatura anterior na quantidade de passivos que se limparam no arquipélago com o PAGIR.

Queria também dizer-vos que neste momento os dados já não são os mesmos:

Em 2004 nós exportámos 1.132 toneladas de papel, 158 toneladas de vidro, 75 toneladas de plástico, 81 toneladas de metais, pneus usados 33 toneladas e óleos usados 162 toneladas;

Em 2006 2.512 toneladas de papel, 660 toneladas de vidro, 129 toneladas de plástico, 140 toneladas de metais , 232 toneladas de pneus e 885 toneladas de óleos usados.

Há mais dados, mas não queria gastar todo o meu tempo a explicar estes dados, porque, aliás, eles estão na nossa página da internet e podem ser consultados.

Portanto, nesta matéria o Governo sempre ajudou os municípios, naquela parte que achava que era, de facto, necessário dar essa ajuda. Felizmente essa situação é passado. Neste momento nós somos tratados, a nível nacional, da mesma forma.

Não obstante essa situação, continuamos a ter custos acrescidos devido à nossa insularidade e àquilo que foi referido e que é do conhecimento de todos.

Respondendo ao Sr. Deputado Jaime Jorge, eu queria dizer-lhe que o estudo tinha variadíssimas versões. Pelo menos quatro cenários foram estudados e numa primeira fase, o sistema mais exemplar, do ponto de vista ecológico, nós precisaríamos de gastar esses 200 milhões, mas eu queria lembrar-lhe o seguinte: há 5 anos atrás só o investimento da incineradora para S. Miguel era de 100 milhões e nessa altura os municípios não reclamavam qualquer problema com essa situação. Neste momento nós estamos a falar dum investimento global de 90 milhões.

Queria dizer que com este diploma e com aquilo que os nossos parceiros europeus fazem que é abrir ao sector privado uma área de negócios em projecção a nível mundial, que é o tratamento de resíduos, o resíduo hoje é um recurso, não é algo que não tenha valor. Por exemplo uma tonelada de plástico de cilagem vale no mercado 867€, que é um preço extraordinário. Portanto, não há que abandonar resíduos hoje, porque todos eles são valorizados e pode vir, por um lado, a fazer com que os recursos que temos a nível de petróleo possam ser bem geridos e, por outro, é preciso

ter em conta o dinheiro que isso pode gerar em termos de criação de riqueza e de postos de trabalho.

Portanto, nós estamos a falar de um investimento que é possível de ser concretizado e há um estudo económico que suporta isto. Nós não andámos a brincar este tempo todo.

Este é um trabalho que nunca tinha sido feito, é um trabalho sério e julgo que, com a iniciativa privada, com a quantidade de privados que estão a chegar à Região a querer aplicar novas tecnologias, que não é só a incineração, é também o plasma, a produção de combustíveis sintéticos, a biomecanização, há uma série de tecnologias limpas que poderão trazer benefícios acrescidos para a Região Autónoma dos Açores. Oxalá que esta seja a realidade dentro de dois ou três meses quando este diploma possa entrar em vigor e possa ser objecto de aproveitamento por esse sector privado.

Por outro lado o Governo, também no seu sistema de incentivos, vai abrir a área do ambiente relativamente às questões que se põem e, portanto, também há um sistema de incentivos com capacidade financeira, onde os empresários, e certamente o sector público empresarial poderá ir, a fim de conseguir fazer os seus investimentos.

Nós hoje não temos só os dinheiros do QREN, temos outras iniciativas com as quais podemos contar e depois temos ainda empresários no mundo europeu que querem eles fazer os investimentos, contratualizando com sessões, como, aliás, acontece noutros sectores da nossa economia. Não há que ter medo quanto a esta matéria.

Para terminar e respondendo à Sra. Deputada Carla Bretão, devo dizer-lhe que está avançada no tempo. Nós estamos a tratar do assunto, não estamos a tratar do sistema económico financeiro da gestão de resíduos.

Quando esse diploma for apresentado a esta câmara terei todo o gosto de sobre ele explanar e estudar os modelos financeiros. Aliás, já me adiantei até dizendo que há vários mecanismos financeiros que podem estar disponíveis para o tecido empresarial investir neste sector.

Nós não temos que ter medo daquilo que os outros já experimentam há muitos anos e que é hoje, seguramente, em todas as revistas da especialidade - e o senhor é economista saberá melhor disso do que eu, porque eu também leio às vezes alguns artigos desses e vejo – o sector mais seguro no investimento a nível mundial e não

vejo qual é o problema, quer pela produção energética, quer por outras áreas, quer pela reciclagem. Contra isso penso que não há nenhum tabu.

Portanto, o que nós queremos é agora ganhar o tempo que perdemos e a responsabilidade do tempo que perdemos não é só do Governo Regional, mas essencialmente de investimentos que não foram feitos e que deviam ter sido feitos a seu tempo.

Por exemplo o Pico tem um excelente aterro sanitário, necessitando apenas do ecocentro para cumprir tudo o que tem que cumprir. Estamos a falar dum investimento de 1,5 milhões de euros. Os três municípios do Pico não têm capacidade para isso? O Governo até vai oferecer o projecto.

Aliás, eu já tenho a segurança dessas autoridades locais de que, dando eu o projecto, fazem os investimentos. Não vejo qual é o problema.

Nas ilhas com municípios com constrangimentos, que nós sabemos quais são e que estão identificados, haveremos de ajudar esses municípios naquilo que for necessário.

É para isso que cá estamos e é com esta vontade de trabalhar em prol do desenvolvimento dos Açores que estamos aqui todos os dias a fazer o melhor que sabemos e o melhor que podemos para os Açores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) Deputado Pedro Gomes *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os méritos que este diploma encerra e que todo este processo que recentemente se iniciou com a publicação da resolução que aprovou o SIGRA, não fazem esquecer uma avaliação política do comportamento da governação do Partido Socialista nesta matéria que, tendo os seus méritos, também não deixou de perder tempo e não é por acaso que foi preciso andar 11 anos de governação do Partido Socialista para chegarmos ao momento em que estamos hoje. É bom que não se esqueça isto nesta câmara.

Se houve erros no passado já longínquo da governação do Partido Social Democrata, houve também virtudes.

Se há virtudes nos 11 anos da governação do Partido Socialista, que as há no domínio ambiental, também há o erro de se perder tempo e foi preciso, sublinho e repito, esperar 11 anos para chegarmos ao ponto em que estamos hoje a aprovar um diploma que ordena e disciplina a gestão dos resíduos na Região Autónoma dos Açores e que encara a possibilidade de estabelecimento de parcerias público-privadas neste domínio.

É bom também não esquecermos que a competência exclusiva dos municípios é quanto aos resíduos sólidos urbanos. Todos os outros resíduos não são da competência dos municípios.

Portanto, é preciso também lembrar que tem que haver aqui partilha de responsabilidades, como, aliás, a Sra. Secretária anunciou e bem, e o Partido Social Democrata também expressou nesta câmara.

Não vale a pena hoje, neste diploma, o Governo Regional estar a tentar tirar aqui louros que não são merecidos em relação a circunstâncias que são erro do seu próprio comportamento.

Eu acho que é preferível e mais prudente, até do ponto de vista político, falarmos do futuro e não tentarmos aqui reescrever, aqui sim, a história do passado, porque se a vamos tentar reescrever então vamos falar a verdade e vamos fazer uma avaliação do desempenho do Governo Regional no domínio do ambiente durante estes 11 anos. Não é disso que estamos aqui a tratar hoje.

Deputado Francisco Coelho *(PS):* Se calhar devíamos fazer isso. Estamos disponíveis para isso.

O Orador: Estaremos certamente numa outra altura, Sr. Deputado Francisco Coelho.

Eu gostaria também de sublinhar o seguinte:

O primeiro objectivo, na matéria de gestão de resíduos é preciso não esquecermos, é reduzir de facto a produção de resíduos nos Açores. Nós estamos nos Açores com uma média de produção elevada. Nós produzimos 1,46 kg por habitante e o objectivo prioritário que nos deve mobilizar a todos, também enquanto cidadãos, é reduzir esta produção de resíduos e aumentar todos os processos de recolha selectiva e todos os processos de reciclagem.

Eu julgo que estas são notas que o Partido Social Democrata também queria deixar neste debate como notas de esperança para uma política saudável de gestão de resíduos nos Açores, porque somos 9 ilhas, somos 9 sistemas fechados com as dificuldades que o mar nos impõe e que a nossa dispersão geográfica nos obriga e isso tem que nos levar a ter também, no nosso comportamento, na nossa atitude de cidadão do dia-a-dia, medidas amigas do ambiente.

Faltam também, do ponto de vista legislativo, num conjunto de domínios, medidas legislativas que incentivem os cidadãos a produzirem menos resíduos e a fazerem recolha selectiva e a procederam à reutilização na sua vida doméstica, na vida empresarial, isto é, no nosso dia-a-dia.

O Partido Social Democrata gostaria de encerrar este debate com esta nota de esperança em relação ao futuro, porque é do futuro que estamos tratando e é do futuro, cuja porta este diploma nos abre, que nós queremos tratar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) Deputado Hernâni Jorge *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Duas notas de esclarecimento.

A primeira, na sequência da intervenção da Sra. Deputada Carla Bretão, para dizer o seguinte, embora a Sra. Secretária já lhe tenha dito isto, mas eu faço questão de repetir.

Este não é o momento e é absolutamente inoportuno trazermos para aqui uma questão financeira e já vou dizer porquê: trazer para aqui uma questão financeira cuja discussão tem que estar na ordem do dia e cuja discussão terá também de ser feita aqui no momento em que se aprove designadamente o regime económico-financeiro.

Neste momento o que estamos aqui a fazer, e temos todos que nos congratular, na nossa perspectiva, é assumirmos, sem complexos, sem a mínima tibieza este processo e a necessidade de implementarmos este processo na Região Autónoma dos Açores.

Depois virão as opções pelos cenários tecnológicos que estão à nossa disposição, dentro daquilo que são as regras e os princípios enquadradores que nos preparamos para aprovar aqui hoje.

Na gestão em baixa, a competência é clara, pertence aos municípios. Na gestão em alta, haveremos de encontrar soluções, e a Sra. Secretária já falou, designadamente em parcerias publico-privadas ou mesmo soluções exclusivamente privadas num domínio que hoje em dia é já de negócio. A questão da valorização dos resíduos é um domínio claro de negócio, é, para muitos, o negócio desde século.

Claro que na definição do cenário tecnológico não podemos deixar de ter em conta aquilo que são as disponibilidades financeiras da Região e as necessidades e o caminho que temos que prosseguir em matéria da gestão de resíduos na Região e aí, todos, região, municípios e cidadãos, temos que assumir a nossa quota parte de responsabilidade.

Na definição desse cenário tecnológico, tendo em conta as nossas necessidades, tendo em conta a realidade, tendo em conta para onde é que queremos ir e onde queremos efectivamente chegar, há várias soluções, há vários caminhos e esse debate temos que o fazer todos e, repito, com absoluta responsabilidade naquilo que queremos que seja o futuro desta Região, que temos que entregar àqueles que nos seguirão.

Aí há várias soluções, há princípios que são fundamentais, alguns já referenciados na minha intervenção do plenário passado, como por exemplo, a responsabilização do produtor de resíduos. Que taxas é que eles terão que pagar? O princípio do poluidor pagador. Fazemos ou não fazemos repercutir no produtor e no poluidor de resíduos os custos da recolha, do tratamento, da gestão e da valorização?

Esse é um debate que nós temos que fazer e até que ponto é que, politicamente, estamos disponíveis para taxar essas operações. É aí que nós todos, poderes públicos e cidadãos, em particular, temos que definir as nossas posições para sabermos o que queremos, se queremos efectivamente resolver o problema da gestão dos resíduos na nossa Região. Essa é uma questão e uma reflexão que todos teremos efectivamente de fazer.

Sr. Deputado Pedro Gomes, em 1998, 100% dos resíduos desta Região iam para aterro ou para lixeiras e para aterro nessa altura apenas iam 12%, porque os outros 88% iam para lixeiras.

Houve um esforço da Região e dos municípios, bem orientados pela política regional, que alterou substancialmente este cenário. Hoje já temos 16% de resíduos que são

submetidos a recolha selectiva e que são encaminhados para o processo de valorização, número extremamente interessante, é inclusivamente superior, em termos relativos, ao valor nacional. É um dado que temos que sublinhar, mas não nos pode satisfazer e temos que ir efectivamente mais além. Dos outros 84%, 74% estão em aterro e apenas 10%, infelizmente, ainda continuam em lixeiras ou vazadouros.

Portanto, é uma evolução interessante e substancial a que se realizou nestes últimos 9 ou 10 anos.

O cenário hoje é substancialmente distinto, mas não podemos de forma alguma contentar-nos.

Nessa altura, em 1998, por exemplo a Região Autónoma da Madeira já tinha mais de 40% de resíduos em sistemas de valorização. Hoje, infelizmente, regrediu e tem apenas 16% em sistemas de valorização e 83,6% encaminhados para a eliminação.

Não é por aí que nós queremos ir. Certamente não será por aí que nós iremos.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar.

(*) Secretária Regional do Ambiente e do Mar *(Ana Paula Marques):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para dar um esclarecimento.

Nós temos cerca de 1 ecoponto por 350 habitantes. A média nacional ronda os 500.

No entanto, apesar do esforço feito por alguns municípios dos Açores, e que reporto como muito importante, porque tem-se visto, de facto, alguns municípios a fazer investimentos substanciais. Há ilhas do nosso arquipélago onde os empresários têm pago coimas porque esses municípios não têm recolhe selectiva, logo os empresários estão inibidos de utilizar e de aderir às questões ligadas à recolha selectiva.

Portanto, como vêem, atendendo à nossa situação arquipelágica, não tenho dúvidas nenhumas de que muito ainda temos para fazer.

Relativamente aos resíduos industriais, todos estes fluxos de resíduos neste momento estão a ser tratados por entidades exclusivamente privadas e isso é um trabalho que nós conseguimos no último ano e meio e como vimos, se esta solução é viável para os privados, também os resíduos sólidos urbanos o são atendendo ao valor da reciclagem que tem vindo sistematicamente a aumentar e posso dizer que nós somos a região do país que mais papel recolhe per capita.

Quer isto dizer que com este diploma estão criadas as condições para que este mercado se liberalize e para que não hajam medos nem receios, nem por parte dos municípios nem por parte do Governo, de que é uma realidade que os privados poderão entrar, situação esta que vai, por um lado, trazer mais riqueza, mais postos de trabalho e, por outro, tirar os Açores da situação que ainda temos relativamente e no que concerne a algumas ilhas deste arquipélago.

Como vêem, apesar de termos, por um lado, dados especiais do ponto de vista da estatística, por outro lado temos problemas gravíssimos nalgumas ilhas do arquipélago e para essas ilhas o Governo disponibilizou-se para fazer os projectos, já está a fazê-los e a seu tempo serão apresentados publicamente, para que esses municípios, dado o facto de não terem engenheiros do ambiente, não terem técnicos, não terem capacidade dada a sua dimensão, o governo antecipou-se e numa situação de inter-ajuda disponibilizou os projectos para se fazerem alguns desses investimentos.

Portanto, não há agora nenhuma razão para os municípios dizerem que não há dinheiro, que não sei o quê, porque isso não é razão nenhuma, não existe essa situação e temos é que recuperar o tempo perdido, porque também o grande investimento que se fez no anterior QCA, em termos dos três aterros inter-municipais que se fizeram, foram, como vocês sabem, todos com o Fundo de Coesão.

Neste momento o Fundo de Coesão não vai apoiar nem a incineração nem os aterros sanitários. Há as solução mais evoluídas, do ponto de vista tecnológico, e que podem ser implementadas pelo sector privado e o que temos que fazer é ir, de facto, ao encontro desta modernidade e de não perder o pelotão da frente da Europa e do Mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

Deputada Carla Bretão *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quanto à oportunidade ou não das perguntas que aqui trazemos, nós o saberemos.

A Sra. Secretária não quis responder. Poderá eventualmente ser um segredo, mas o que lhe digo é que fiz três perguntas muito simples e relacionadas com este tema.

Este diploma não é fechado, abre caminho a um longo processo. É a primeira peça de um puzzle e esse puzzle trará, com certeza, a esta casa muitas outras discussões, mas penso que não podemos encerrar apenas num diploma uma discussão que é muito mais alargada, que tem muito mais para dar, muito mais para discutir, muito mais para validar.

No entanto, gostaria de lhe dizer que tenho pena que não tenha avançado os diversos cenários que neste trabalho tão sério, que referiu, deverão ter sido definidos, não só ao nível do financiamento como a nível até do prazo de execução, porque penso que é muito importante começarmos a avaliar todas essas situações e tenho realmente alguma pena de não ter respondido a estas questões.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Ambiente e do Mar.

(*) Secretária Regional dos Ambiente e do Mar *(Ana Paula Marques):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para responder à Sra. Deputada Carla Bretão e para fazer-lhe uma chamada de atenção.

O próprio diploma prevê a criação de outros diplomas que serão aqui analisados e o modelo económico-financeiro é um deles.

O PEGRA está disponível com os seus cenários. É uma questão de consultar e não vamos perder tempo, nem levar este debate para áreas que não estão agora em apreço, nem em análise.

Portanto, eu não lhe respondi, por entender que não o devo fazer, porque a sua pergunta é extemporânea.

Presidente: Parecendo não haver mais pedidos de esclarecimento, vamos proceder à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam na generalidade com este diploma, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Vamos passar agora à especialidade.

Tenho aqui na mesa o relatório da Comissão com propostas de alteração. Pergunto se o Partido Socialista subscreve estas propostas? Subscreve e o PSD também.

Vamos votar as propostas de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) Deputado Pedro Gomes *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É apenas para dizer, muito brevemente, que se podem juntar todas as propostas de alteração e sublinhar um ou dois aspectos sobre as propostas, em escassos minutos.

Quero dizer o seguinte e sublinhar uma circunstância, direi virtuosa, que contrasta com o que se passou ontem nesta câmara.

No âmbito do processo de concertação entre o PS e o Partido Social Democrata foi possível formular em conjunto estas propostas de alteração que se encontram no relatório da Comissão.

É importante dizer que foi consensualizado que alguns diplomas e algumas matérias importantes, sobre as quais versa esta iniciativa legislativa que está aqui em discussão, mas que remete para um passo futuro, virão a esta câmara.

Quero também dizer que, nos termos do artigo 20º, o regime económico e financeiro, aliás como acabou de dizer a Sra. Secretária Regional, será aprovado por Decreto Legislativo Regional e dizer também que o próprio PEGRA, nos termos da legislação de aprovação dos instrumentos de planeamento territorial, é aprovado também por Decreto Legislativo Regional e há aqui uma diferença que o Partido Social Democrata gostaria de saudar e de assinalar: é que no domínio do ambiente foi possível os dois partidos conversarem para submeter a Decreto Legislativo Regional estes domínios.

Quando ontem mesmo vimos uma teimosia do Governo Regional em não querer, no âmbito do sistema de incentivos para o desenvolvimento regional, submeter a decreto legislativo regional alguns dos aspectos da legislação que estavam plasmados.

Há uma diferença de comportamento e de atitude que o Partido Social Democrata gostaria de registar e de sublinhar neste domínio. Hoje do domínio do ambiente, ontem do domínio da economia.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge também para se pronunciar na especialidade.

(*) Deputado Hernâni Jorge *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para sublinhar também o facto de ter havido um processo de diálogo de debate e de consensualização em torno das soluções deste diploma e das propostas de alteração que resultaram em Comissão e que foram subscritas pelo Grupo Parlamentares do PS e do PSD, conforme já foi referido.

Quero discordar da intervenção do Sr. Deputado Pedro Gomes, na parte em que vem procurar marcar uma diferença deste debate relativamente a um debate do passado sobre outra matéria, porque também neste debate e neste particular há matérias como as que ele evidenciou e serão reguladas por decreto legislativo regional, a ser submetido à apreciação e aprovação desta casa, como há matérias que serão submetidas a decreto regulamentar regional a ser discutido e aprovado pelo Governo Regional, como é o caso do regime jurídico do licenciamento e das concessões.

Presidente: Vamos agora passar à votação na especialidade, pedindo a vossa atenção para as alterações, subscritas por todos os partidos, alterações que se consubstanciam em algumas eliminações, algumas alterações de termo e designadamente um artigo 25º-A que não exista e passa a existir.

Vamos votar tudo isto na especialidade e em conjunto.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: As propostas de alteração e proposta de aditamento foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a parte residual dos artigos alterados e os restantes artigos que não foram objecto de qualquer alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A parte restante dos artigos alterados e os artigos que não sofreram qualquer alteração, foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(*) Deputado Helder Silva *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aproveito esta oportunidade para uma declaração de voto, mas antes quero cumprimentar o Sr. Deputado Pedro Gomes por ter nessa bancada feito a defesa de uma série de diplomas durante este plenário e, talvez por isso nem relativamente a todas as matérias se encontrava devidamente esclarecido e informado e pareceu-me que relativamente a matérias ambientais e ao trabalho que tem sido desenvolvido nos últimos anos assim é.

Mas esta intervenção faço-a para justificar neste momento o meu sentido de voto e aquilo que foi referido já pelo meu colega Hernâni Jorge relativamente a alguns compromissos que foram obtidos e conseguidos no âmbito das alterações, entretanto propostas e aprovadas e muito particularmente com aquilo que tem a ver com a previsão de incineração que não está proibida, tal qual este diploma foi aprovado. Aliás, não é proibido como não é proibido um conjunto de destinos finais para os resíduos, muitos dos quais nós não defendemos.

Não é proibido também a utilização de vazadouros ou resíduos a céu aberto e isto não significa naturalmente que nós possamos defender esse tipo de soluções. Assim é relativamente à incineração e quero declarar, aliás, porque antes apresentei-me publicamente e defendi soluções contra a solução da incineração, defendi também em sede de Comissão Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, na qual concertámos conjuntamente posições contra a solução da incineração, por considerarmos que é uma solução preguiçosa para a resolução e o destino final dos resíduos na Região Autónoma dos Açores.

O Sr. Deputado, e muito bem, fez referência à necessidade de melhorar e aumentar os níveis de recolha selectiva, melhorar os níveis de reciclagem e quero deixar aqui registado que nós partilhamos dessa preocupação e essa preocupação é incompatível com aquilo que possam ser outros interesses, outros desideratos, designadamente ao nível da própria incineração.

Quero utilizar as suas palavras, Sr. Deputado, que dirigiu ao Governo Regional quando disse que é preciso que o Governo seja mais exigente, saber usar com sabedoria e prudência este diploma e a abertura que ele dá. Quero utilizar essa

mesmas palavras, dirigi-las aos responsáveis municipais, muito em particular à Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel e à Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, com as responsabilidades que no encontro das melhores soluções para a resolução dos problemas associados aos resíduos e destino final de resíduos na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados, o diploma baixa à Comissão para redacção final e a este propósito queria apenas chamar a atenção para terem cuidado com a redacção, mais concretamente com o nº 3 do artigo 9º, porque o termo o "mar" ficou para a frente e não faz agora muito sentido. É preciso ter cuidado com isso.

Passamos agora ao ponto seguinte, **Proposta de Resolução que "Resolve encarregar a Comissão Especializada Permanente de Economia de proceder à avaliação do potencial de uma ligação semanal entre a Terceira e a América do Norte, face às expectativas existentes, quer nos Açores, quer nas respectivas comunidades emigrantes",** apresentada pelo PSD.

Tem a palavra a Sra. Deputado Carla Bretão.

Deputada Carla Bretão *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Somos uma Região Insular.

Somos uma Região que pela sua condição arquipelágica depende em exclusivo dos transportes e comunicações na sua ligação com o mundo.

Somos uma Região, cuja localização, no centro do Atlântico e a meio caminho de três continentes, é reconhecida como uma mais-valia muitas vezes não potenciada a favor dos Açores e dos açorianos, mas sempre aproveitada por outros.

Somos uma Região cuja condição de arquipélago não foi condicionante para a realização das famosas rotas comerciais. Pelo contrário, foi condição para o sucesso desse mesmo tráfego.

Somos uma Região que se, por um lado, o seu carácter ultraperiférico tem merecido uma atenção mais cuidada por parte da União Europeia, por outro, não devia constituir impedimento para a afirmação de ponte aérea entre continentes.

Somos uma Região de Emigrantes.

Como Cristóvão de Aguiar escreveu: *"Uma vez emigrado, o açoriano adapta-se com facilidade ao novo meio onde se radica. No campo do trabalho e do negócio é bem sucedido o até admirado pelas suas qualidades de perseverança e vontade. Devem ser, sem qualquer exagero, os melhores emigrantes do mundo. E todos trazem a sua Ilha pendurada no lugar do coração. Dá gosto pertencer a este povo que, embora derramado por este mundo de Cristo, levou consigo as raízes mais sagradas da sua cultura."*

Não podemos ficar indiferentes a este sentir Açoriano.

Não podemos, acima de tudo, deixar perder este sentir Açoriano.

E como disse o Presidente do Governo Regional, em recente discurso dirigido às comunidades nos Estados Unidos: *"apesar da Europa constituir uma referência política crescente, é com os Estados Unidos que o arquipélago mantêm uma associação emocional de carácter permanente." Salientando, por outro lado, que é dever de Portugal apoiar continuamente"(...) "assegurando os meios necessários à perpetuação de Portugal junto das novas gerações de luso-descendentes".* Fim de citação.

Se assim é, não basta dizer, é preciso fazer.

Não basta, quando lá vamos e somos recebidos de braços abertos com a hospitalidade característica das nossas gentes, anunciar aos sete ventos a importância da união com os nossos, a implementação de projectos que promovam a ligação entre as diversas comunidades e as nossas nove ilhas Açorianas.

É preciso, sobretudo, que os nossos emigrantes quando querem cá vir não encontrem as contrariedades e dificuldades de quem não é bem-vindo à sua terra.

Com a autêntica revolução que assistimos nos transportes ao longo dos anos, as ligações dos Açores com o exterior já não deveriam constituir problema, mas sim elo determinante do sucesso de todas as políticas a prosseguir.

Somos poucos, somos pequenos, mas com muito potencial e não é fechados sobre nós próprios, com entraves e constrangimentos que dificultam as ligações com o exterior, que conseguimos chegar mais longe, nem tão pouco os de fora conseguem cá chegar.

A ilha Terceira, pela sua localização no centro do arquipélago, assumiu historicamente características inegáveis de centralidade, que aos poucos foram

abandonadas e desaproveitadas. Apesar de muitas vezes prometida por quem, talvez, nem saiba o que tal palavra quer dizer.

Ficou por explicar o final das viagens regulares entre a Ilha Terceira e a América do Norte, em prejuízo das necessidades de todas as ilhas do Grupo Central e das respectivas Comunidades de Emigrantes.

Com o final desta ligação permanente, limitou-se o desenvolvimento de uma parte do arquipélago e condicionou-se a ligação às suas ilhas de uma parte significativa da diáspora açoriana

Fica por explicar a diminuição abrupta no movimento internacional de passageiros no aeroporto das Lajes.

Será com certeza muito difícil de explicar, que quando aumenta o movimento internacional de passageiros a nível mundial e em particular nos Açores, o aeroporto das Lajes apresente em 1994 um movimento de desembarque de 17.931 passageiros e no ano 2006 apresente apenas um movimento de desembarque de 10.329. O que representa, de 1994 a 2006, uma diminuição de cerca de 43%.

Algo está mal!

É assim que uma ligação directa da Terceira com pontos específicos da América do Norte se revela com especial importância, não só para esta como para outras ilhas do Grupo Central, permitindo a ligação dos açorianos e seus descendentes à sua terra de origem e desta a outros destinos e comunidades.

Cumpra-se, assim, o que o Sr. Presidente do Governo Regional apregoa quando em terras de emigrantes se encontra, e se esquece quando volta ao conforto da sua terra de berço.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nos Açores, o Turismo tem sido assumido como um dos pilares de desenvolvimento da região e todas as apostas têm sido neste sentido. No entanto, estando os Açores totalmente dependentes dos transportes na ligação com o mundo, nada deveria ser mais sensato e prioritário do que a coordenação destas duas políticas.

Considerando as evoluções ao nível do turismo e dos transportes, a Região apostou na conquista de novos mercados, designadamente do Norte da Europa, sem qualquer, ou pouca, ligação com os Açores, sem privilegiar e potenciar o tal “mercado da

saudade", que se pode assumir como um verdadeiro mercado turístico de potencial económico elevado. Pois, nas últimas décadas, a emigração açoriana evoluiu social e economicamente com o sucesso de muitos originários das ilhas nas terras que os acolheram.

Lembre-se, a este respeito, as declarações do Senhor Secretário da Economia acerca da recém-criada Ligação Holanda-Terceira: *"muito contribui a história que em alguns casos foi comum aos dois povos, havendo motivos de interesse que importa explorar, desde o passado comum de descobrimento dos dois povos, até à influência flamenga nos Açores».*

Importante sem dúvida.

Mas, perguntamos nós, e a fortíssima ligação que os Açores e, em especial, o Grupo Central tem com as suas comunidades?

Não será essencial investir no futuro da nossa presença na América do Norte, não deixar morrer os laços que nos unem?

Se, por um lado, a Região tudo faz para captar turistas promovendo charter's, por outro, esquece que existe um mercado tão perto, o mercado dos nossos emigrantes e descendentes que constituem uma riqueza incontestável.

As queixas do tecido sócio-económico da Ilha Terceira, pela falta de uma ligação directa semanal da ilha com a América do Norte, vão-se acentuando na exacta medida em que não são apresentadas razões que justifiquem tal discriminação negativa e que condiciona o crescimento económico da ilha Terceira, fortemente dependente do incremento das suas ligações com o exterior.

As queixas das comunidades de emigrantes açorianos, pela falta de uma ligação semanal directa com a Terceira vão sendo cada vez maiores e mais pertinentes, conhecendo-se a vontade de visitarem a sua terra e as dificuldades que sucessiva e progressivamente lhes são colocadas, dizendo mesmo que chegar à Ilha Terceira por vezes "é pior que atravessar o cabo das tormentas!".

Desde o preço das tarifas — extraordinariamente superior ao de outros destinos — aos constrangimentos de terem de se deslocar através de outra ilha, tendo de suportar custos com o reencaminhamento para a de destino, das indisponibilidades de lugares até aos diferentes limites de peso das respectivas bagagens! Tudo são condicionantes

e dificuldades desmotivadores para escolherem outras paragens em vez de visitarem a sua terra.

É, por isso, necessário promover a resolução, desta situação discriminatória para uma parte dos Açores — a Terceira e todo o Grupo Central - e para uma parcela significativa da nossa comunidade emigrante.

É, por isso, necessário criar condições para que seja retomada uma ligação aérea directa da Terceira com a América do Norte.

O conhecimento real da situação actual e, especialmente, das expectativas e potencial de tal situação, quer nos Açores quer nas comunidades de emigrantes da América, é determinante para a decisão a tomar.

Por tudo isto, o PSD propõe que a Comissão Especializada Permanente de Economia proceda ao seguinte:

1 - Avaliação dos dados existentes relativos à situação actual, das expectativas e potencial, nos Açores e nas respectivas comunidades emigrantes, de uma ligação directa semanal com a América do Norte;

2 - Avaliação das decisões até agora tomadas relativamente à exclusão da referida ligação semanal directa;

3 - Avaliação de outras possibilidades de promover a ligação em causa designadamente através de outra ligação com outro aeroporto em Portugal Continental ou Açores;

4 - Apresentação de um Relatório ao Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com o resultado do trabalho realizado dos elementos recolhidos e as respectivas conclusões, no prazo de três meses.

Apresentamos este projecto de resolução no sentido de ser avaliada uma situação concreta, porque não assumimos o pretensiosismo das certezas e das verdades absolutas.

Mas, assumimos a defesa intransigente dos interesses dos Açores, das suas diversas ilhas, e das comunidades emigrantes açorianas como uma riqueza cultural, social e económica parte integrante do nosso património colectivo.

Pois acreditamos no papel que esta Assembleia pode ter no sentido de promover soluções que, efectivamente, resolvam os problemas dos açorianos.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Neste momento o Sr. Secretário da Mesa, Deputado Cláudio Lopes, foi substituído pelo Sr. Deputado Mark Marques)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) Deputado Lizuarte Machado *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não vou tecer comentários nem considerações relativamente à extensa intervenção proferida pela Sra. Deputada Carla Bretão, uma vez que o que está aqui em causa é o texto da Proposta da Resolução e é nesse que vou centrar a minha atenção.

O que esta Proposta de Resolução propõe no seu ponto 1 é proceder à avaliação dos dados existentes relativos à situação actual, das expectativas do potencial, etc, etc.

Relativamente aos dados existentes o que se pode dizer é que em 2007 a SATA Internacional fará 440 voos, sendo que 370 terão origem nos Açores, via Ponta Delgada ou Lajes e com o Canadá fará 454 voos, sendo que destes 205 partirão justamente dos Açores, em Ponta Delgada ou nas Lajes, na Ilha Terceira. Estes são dados existentes.

Evidentemente que podemos analisar, relativamente a anos anteriores, as taxas de ocupação de alguns desses voos. Isso seria interessante, mas, para já, não o vou fazer.

Relativamente às expectativas, confesso que não percebo esta questão das expectativas, porque as expectativas para um potencial passageiro do tráfego aéreo, é ter um avião à porta a toda a hora para sair para qualquer sítio. Essa é que é a expectativa de qualquer passageiro. Isto é absolutamente surrealista e por isso deixo esta questão em aberto, porque confesso que não percebi esta parte.

Relativamente ao potencial dos diferentes mercados, evidentemente que esses estudos devem ser feitos e são feitos naturalmente pela SATA e pelos outros operadores que estão no mercado que têm que os fazer para tomarem as suas decisões. De resto, não

deve ser por acaso que esta proposta do PSD surge neste momento, quando é público que a Câmara do Comércio e Indústria de Angra está as fazer exactamente um trabalho sobre o mesmo tema. Não deve ser por acaso e não deve ser só eu a fazer essa leitura.

Ainda relativamente ao ponto 2 da mesma proposta, que diz: "proceder à avaliação das decisões até agora tomadas...", nós já por várias vezes temos falado sobre estas matérias e eu remeteria os Srs. Deputados para o relatório e parecer à Petição promovida pelo cônsul das comunidades portuguesas, Secção das Estados Unidos da América e Bermudas sobre a tarifa unica para os Açores, que a Comissão de Economia elaborou, de 17 de Maio de 2007.

No ponto 7 deste relatório é dito assim: "A SATA, através da sua companhia SATA Azores Express tem assegurado às comunidades, nos últimos anos, um serviço digno de registo ao nível da qualidade do serviço prestado, regularidade na rota ao longo do ano e pelo números de lugares disponibilizados".

Portanto, relativamente à avaliação das decisões até agora tomadas, isto foi a decisão da Comissão de Economia, votada por unanimidade e, portanto, a avaliação está aqui feita relativamente às medidas até agora tomadas.

Foi isto que o PSD considerou na semana antes de saber que a Câmara de Comércio e Indústria de Angra estava a fazer o estudo.

Relativamente à apresentação dum relatório e à avaliação de outras possibilidades, evidentemente que essa avaliação inclui-se também na avaliação das potencialidades.

A Comissão de Economia não pode, porque não tem capacidade técnica, não tem tempo para desenvolver um estudo desta natureza e desta envergadura.

A Câmara do Comércio e Indústria de Angra está a fazer e muito bem. Certamente que a SATA e a TAP também o fazem e nós não nos podemos substituir aos privados na realização deste tipo de trabalhos e de estudos que são fundamentais para o desenvolvimento da sua actividade.

Portanto, não faria qualquer sentido e muito menos no prazo que aqui é proposto de três meses. O prazo que aqui é proposto, quando muito daria para definir o objecto e os objectivos dum estudo desta natureza e nada mais do que isso.

Por todas estas razões, este Projecto de Resolução não poderá merecer o nosso voto favorável.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Osório Silva.

(*) Deputado Osório Silva *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, hoje, no final dos nossos trabalhos, podemos verificar que foi debatido e trazido aqui a esta Assembleia um tema que preocupa ao Partido Socialista, ao PSD e a todos os açorianos, que está relacionado com os transportes aéreos e também podemos verificar que a realidade existente nos Açores é uma realidade de inovação nesta área, atendendo este ser também um sector de extrema importância, sendo um pilar para o desenvolvimento económico e social das nove ilhas dos Açores.

Na realidade o PSD traz aqui um projecto de resolução que tenta a todo o custo iludir a realidade que nós vivemos em relação aos transportes aéreas.

A verdade também é que, como é sabido, a Companhia SATA Air Açores tem feito um esforço gradual no sentido de reforçar os voos entre a Região, em particular a Terceira e as Comunidades emigrantes.

Essa realidade pode reverificar-se, por exemplo, enquanto antes nós tínhamos voos durante os meses de Julho e Agosto, hoje verificamos um alargamento por parte da SATA para os meses de Junho a Setembro de voos directos com a Terceira.

Esta é, de facto, a realidade que nós vivemos hoje nos transportes aéreos e estamos cientes que a Companhia SATA Air Açores, companhia esta que vai ser privatizada, como já foi anunciado, tem vindo a empenhar-se e feito um largo esforço no sentido de alargar e dar cada vez uma maior resposta aos açorianos, bem como às suas comunidades.

Portanto, em relação a esta matéria o Partido Socialista está ciente e confiante de que, no futuro, esta mesma companhia vai continuar a dar resposta àquilo que são as necessidades e os anseios dos açorianos e das suas comunidades.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É apenas para fazer alguns esclarecimentos.

Primeiro: a aerogare civil das Lajes em 1996 tinha 357.477 passageiros; em 2006 tinham 472.126. Portanto, há um crescimento constante ao longo dos tempos, havendo aqui também uma variação com as escalas técnicas, mas os transportes têm subido.

Segundo aspecto: Transporte para os Estados Unidos e para o Canadá.

Em 1996 a SATA fazia 115 voos para os Estados Unidos, em 2007 tem 370 voos previstos a partir dos Açores. Para o Canadá, em 1996 eram 80 voos e agora são 205, ou seja, em 10 anos triplicou, aumentou 300%, com um crescimento de quase 30% ao ano. É grande esse crescimento, mas é evidente que nunca é suficiente, mas a SATA rege-se por princípios da oferta e da procura. Nós não podemos subsidiar a SATA.

Os Srs. Deputados do PSD se estivessem à frente da SATA com as duas propostas que fizeram colocavam a empresa, que deu um lucro modesto de 4,8 milhões de euros, num prejuízo, passando para o terreno negativo.

A tarifa única na Região Autónoma dos Açores custaria entre 5 a 6 milhões de euros.

Isto de querer um voo regular durante todo o ano para a Terceira, quando no Inverno, nas duas ligações que tem por Ponta Delgada, (essas ligações no Inverno e IATA são de 66% de taxa de ocupação, portanto a taxa de ocupação é baixa), 48,4% é para ficar em Ponta Delgada, 33% vai para Lisboa, 7,4% vai para a Terceira e 11,2% para as outras ilhas.

Se colocássemos um desses voos na Terceira, significaria provavelmente que os que iam para S. Miguel, ficariam no voo que ia para S. Miguel e esta taxa de 66% de ocupação, que já está baixa, passaria facilmente para os 34 ou 40%. Seria um prejuízo imenso.

Mais: Isto só melhoraria se conseguíssemos que a ligação que vem de Boston passasse na Terceira e tivesse ligação para Lisboa, mas a SATA só tem duas ligações por semana pela Terceira e tinha que coordenar muito bem esses voos de forma a que os mesmos 33% que vêm dos Estados Unidos para Lisboa pudessem fazer os horários que a SATA tem à sua disposição na gateway da Terceira, o que não é fácil, porque só temos duas ligações por semana, mas de qualquer forma, se não houvesse nenhuma ligação por S. Miguel, todas as pessoas de S. Miguel passariam a ir pela Terceira prejudicando também 48,4% de todas as pessoas que vêm nesse voo.

A taxa de ocupação que temos em Junho e em Setembro é de 40%. É uma taxa baixa. Nós temos, de facto, uma boa ocupação em Julho e em Agosto. Por enquanto ainda em Junho é incipiente na 1ª quinzena e na última quinzena de Setembro. Vamos alargar progressivamente e o que nós queremos é continuar com esse caminho.

Triplicamos em 10 anos e se continuarmos com este ritmo certamente vamos alargar progressivamente e estamos convictos que podemos alargar também na Terceira.

A SATA rege-se por princípios económicos e não podemos colocar na SATA obrigações de serviço público que não existem, não podemos também pagar essas obrigações de serviço públicos, porque se vive num mercado completamente aberto, onde pode entrar e sair quem quiser.

A Airlux teve no passado, a TAP teve no passado e por 4 vezes abandonou e é preciso ter muita atenção, porque não se pode obrigar uma companhia aérea que não pode ser subsidiada para esse efeito para fazer um negócio que não é rentável.

A Companhia aérea faz o que deve fazer que é ver os custos, ver as possíveis receitas e verifica que o negócio é ou não é rentável. Está a dar os passos que devem ser dados que é ir progressivamente as rotações pela Terceira de forma a criar uma roda estável e também lucrativa.

Se nós carregarmos para a SATA tudo o que dá prejuízo, a empresa entra em falência.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

Deputada Carla Bretão *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que nós trazemos hoje aqui é apenas um Projecto de Resolução que prevê uma avaliação da situação. Por isso é lamentável que nem isso queiram fazer.

É lamentável, porque o PSD não tem a pretensão de ter a verdade absoluta sobre as situações e por isso mesmo propomos que seja avaliada a situação.

Quantas vezes nos pedem para fazer propostas, quantas vezes nos pedem para estudar os assuntos? Pois aí está, rejeitam um Projecto de Resolução que vai nesse sentido.

Os Srs. com a vossa posição estão a tomar uma atitude irresponsável.

Os dados que o Sr. Secretário Regional da Economia acabou de anunciar têm que ser avaliados com calma na Comissão e não aqui.

Tem que ser avaliada a verdadeira situação, o porquê da diminuição do desembarque de passageiros internacionais na ilha Terceira. Uma diminuição de 43% que nada tem a ver com os trânsitos nem com escalas técnicas. Falo de uma situação preocupante, uma diminuição brutal nos desembarques de passageiros internacionais na Ilha Terceira que ninguém consegue explicar e que nem os senhores querem avaliar.

Deputado Jorge Macedo *(PSD): Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) Deputado Lizuarte Machado *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Carla Bretão, o que este Projecto de Resolução propõe, e que a Sra. Deputada diz em palavras muito simples, é uma avaliação, uma coisa simples de 3 meses, mas nós estamos a falar do transporte aéreo e quando se faz uma avaliação, faz-se uma avaliação do mercado, das suas potencialidade, das suas possibilidades, ou seja, tem-se um objecto e tem-se um objectivo, mas para isso acontecer é preciso fazer várias coisas. Eu já participei em estudos desses e tomei aqui duas ou três notas, mas para fazer um estudo desses com um mínimo de seriedade, por mais simples que se pretenda que ele seja e se for muito simples não serve para nada, porque não avalia coisíssima nenhuma, é preciso construir uma base de origem e os destinos com todos os fluxos de passageiros que estão transportados em linhas regulares ou charters.

É preciso proceder a uma caracterização dos serviços de linha regular ou de charters oferecidos pelos diferentes operadores, indicando, entre outros aspectos, os itinerários e a frequência dos serviços, os meios utilizados, outros equipamentos e os preços praticados.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* A Comissão não é capaz de fazer uma avaliação dessas?

O Orador: Sr. Deputado, eu não lhe estou a pedir que aprenda, porque não tenho essa veleidade, mas apenas preste atenção.

É preciso proceder a uma caracterização dos aeroportos e serviços aeroportuários oferecidos pela Região dos projectos em desenvolvimento tendo em vista identificar as restrições que colocam a outro sistema.

É preciso proceder a uma análise e enquadramento legal, quer a nível interno, quer externo, sem esquecer as alterações que se irão apurar a partir de 1 de Setembro próximo, com a liberalização total do tráfego aéreo entre os Estados Unidos da América e a União Europeia para as respectivas companhias de bandeira.

É preciso proceder à construção de um modelo de previsão global de tráfego e é preciso a elaboração de um modelo teórico que utilize os valores de tráfego identificados e as restrições físicas e de enquadramento legal existentes, permitam simular diferentes alternativas, porque só procedendo a esta avaliação que acabei de escrever é que é possível definir um modelo global optimizado que permita, de acordo com os parâmetros obrigatoriamente definidos pela Região, uma melhor e mais significativa eficiência do sistema global do transporte aéreo.

Sra. Deputada, desculpe que lhe diga, mas uma avaliação destas, eu estou a falar por mim, porque já participei em estudos destes, demora pelo menos um ano e não está no âmbito nem nas competências da Comissão de Economia.

Se o texto do Projecto de Resolução não fazia nenhum sentido, é óbvio que os três meses de prazo acabam por fazer com que isto morra à nascença. Isto pode morrer à nascença, é um absurdo e não faz qualquer sentido. Isto é apenas oportunismo político em face dos estudos que se estão a desenvolver por quem de direito os deve fazer.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

Deputada Carla Bretão *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que aqui trazemos não é oportunismo político como o senhor disse, é apenas o sentimento de muitos e muitos açorianos de cá e de lá. Trazemos uma proposta para avaliação de uma situação grave que se observa na Ilha Terceira. E com certeza, que tal avaliação, não lhe iria tirar horitas ao seu dia para o lazer, com certeza não lhe iria tirar horas ao seu sono. Com esta avaliação, sairíamos muito mais ricos e

perceberíamos se o estabelecimento desta ligação é possível, necessário e essencial. É isso, no fundo, que nós propomos avaliar.

Por isso mesmo, deixo aqui apenas o repúdio pela vossa decisão, porque é lamentável esse tipo de atitudes...

Deputado Osório Silva *(PS):* É a sua opinião.

A Oradora: ... e, Srs. Deputados, espero que durmam bem a pensar que nem sequer uma simples avaliação conseguem fazer.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Alberto Pereira *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pretendia dar um pequeno contributo, não especificamente sobre esta operação que está já profusamente debatida. Antes porque, nos considerandos do Projecto de Resolução, e também nas várias intervenções proferidas, inclusive pelo Sr. Deputado Lizuarte Machado, é referenciado, e bem, e porque a Sra. Deputada Carla Bretão fez muito bem em sinalizar o esforço promocional que tem sido feito para captar o interesse de operadores de outros mercados, designadamente europeus, para sinalizar por comparação, o superior interesse estratégico dos mercados étnicos.

Eu gostava apenas de fazer uma declaração sobre isto, porque de facto os mercados étnicos, por razões económicas, mas também por razões culturais, devem ser obviamente uma prioridade da intervenção política.

Por razões económicas, porque são mercados de grande dimensão e com elevada propensão para o consumo (turístico e não turístico inclusive), porque são segmentos cujos quadros motivacionais se relacionam com a realidade ilha e até com a realidade concelhia e, portanto, favorecem fluxos turísticos de fácil fidelização e que à escala de cada ilha, poderiam determinar fluxos de alta rentabilidade económica, porque são, além disso, veículos potenciais de promoção dos Açores nos grandes espaços que são os Estados Unidos e o Canadá. Mas ainda por outras razões, por razões de técnica promocional ou por razões de marketing turístico, porque, no fundo, trata-se de agir, ao contrário de quase todos os outros mercados, num mercado que já está perfeitamente fixado, que está definido e que está até quantificado e que, além do

mais, já reconhece os Açores como destino turístico, o que significa que a primeira etapa da actividade promocional praticamente está cumprida, que é a de captar a atenção do turista relativamente à notoriedade do destino que se pretende vender.

Tudo isto tem que ser equacionado como valores importantes a justificar a atribuição duma justa prioridade para os mercados étnicos.

Acresce ainda – importa dizê-lo - que os próprios canais de comunicação e de acesso a estes mercados são também já conhecidos, relativamente fáceis de mobilizar, e tanto quanto julgo saber, a custos aceitáveis.

Finalmente, porque permite-se agir simultaneamente sobre três segmentos turísticos muito importantes, o mercado étnico directo, os mercados de segunda e terceira gerações utilizando o primeiro como veículo promocional privilegiado e, embora com menor eficácia, reconheço, os próprios mercados nativos, os tais grandes espaços que são os Estados Unidos da América e o Canadá.

Portanto, parece-nos que é extraordinariamente importante reflectir sobre esta questão. Aliás, importa referir que há uns anos, um estudo efectuado a partir de dados recolhidos junto do Banco de Portugal sobre a troca de moeda, com intuitos declaradamente de despesa turística, colocava os mercados étnicos, o mercado da saudade, os nossos emigrantes como sendo, de longe, incomparavelmente superior a qualquer outro mercado.

Portanto, por todas estas razões, e a pretexto deste tema introduzido pelo PSD, fica também um desafio e uma proposta (que, aliás já fiz noutras ocasiões), duma intervenção mais decisiva e mais determinada, assumindo como prioridade clara, no âmbito da promoção institucional, a intervenção relativamente aos mercados étnicos, ao mercado da saudade.

Não deixo também de sublinhar que é também neste âmbito, sobretudo, que a actuação no domínio da promoção turística das autarquias apresenta maior produtividade.

Pelas razões já referidas e por outras, o destino que é vendido nesse caso, e não nos outros, pode ser, de facto, o destino ilha, pode ser o próprio destino concelho. É, por isso, verdadeiramente, neste domínio que as autarquias, designadamente as câmaras

Municipais conseguirão investimentos com retorno assegurado, medível facilmente em termos económicos e incomensurável em termos sociais e culturais.

É certamente neste tipo de investimento promocional, e não em outros, onde provavelmente haverá neste momento desperdício de recursos, que as autarquias deveriam, também elas, concentrar a sua atenção e actuação.

Muito obrigado.

Deputado Pedro Gomes *(PSD): Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) Deputado Lizuarte Machado *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Carla Bretão, registo a sua preocupação relativamente à ocupação dos meus tempo de lazer e é a única referência que faço, porque relativamente ao resto da sua intervenção não há nada digno de registo.

Sr. Deputado Alberto Pereira, a sua intervenção coloca-se num contexto completamente diferente e devo dizer-lhe que subscrevo a sua intervenção e registo também que, e tendo já passado por esta área e tendo conhecimento sobre esta matéria, ...

Deputado Alberto Pereira *(PSD):* Isso foi noutra encarnação!

O Orador: Como sabe, eu não costumo fazer esse tipo de referências.

... não contestou em nada aquilo que eu disse relativamente a um estudo sobre estas matérias, um estudo marcado, porque é uma coisa muito vasta e muito complexa.

A sua intervenção é colocada num contexto completamente diferente.

Evidentemente que reconheço, todos reconhecemos e o Governo reconhece a importância estratégica destes mercados, que ao nível cultural, quer ao nível económico, com todas essas potencialidades ao nível de ilha, ao nível concelhio, não há dúvida nenhuma de que isso é rigorosamente verdade, não há dúvida nenhuma que o Sr. Secretário vem ao encontro dessas preocupações quando diz que progressivamente se vão estendendo os perilos como acontece agora para a Terceira em que há mais voos e mais regularidade, embora sempre sob o regime de voo charter, mas mais voos e mais regularidade.

Esse é um contexto completamente diferente daquele que foi colocado relativamente ao Projecto de Resolução.

Portanto, separando as duas coisas e como não é a intervenção do Sr. Deputado Alberto Pereira que está a ser votada, mas sim a resolução, obviamente que só podemos votar contra, embora registando com agrado a sua intervenção.

Presidente: Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este Projecto de Resolução, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar

Secretário: O Projecto de Resolução foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD e 1 voto a favor do Deputado Independente.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) Deputado Clélio Meneses *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acabámos de assistir aqui a um voto contra do Partido Socialista a um Projecto de Resolução do PSD que pretendia apenas e só que esta Assembleia avaliasse a possibilidade de uma ligação aérea directa entre a Ilha Terceira e a América do Norte.

O que o PSD pretendia era que, apenas e só, esta Assembleia, a casa de todos os açorianos estudasse a possibilidade de haver uma ligação directa entre a Terceira e a América do Norte.

O PSD não trazia, como foi aqui muito bem dito verdades absolutas, não determinava, não exigia, queria dar importância ao Parlamento para que, nessa medida, se desse importância às expectativas dos açorianos. Era apenas e só isso que o PSD queria.

O PS não quer, o PS não quer estudar, o PS não quer avaliar, porque o PS acaba por assumir aqui hoje que não quer que haja uma ligação directa entre a Terceira e a América do Norte.

Se não é preciso estudar, não é preciso avaliar, é porque estão convencidos de que aquilo que existe é o adequado, que aquilo que existe está certo, que aquilo que existe

está bem e o que existe é não haver a ligação directa entre a Terceira e América do Norte.

Por isso, e porque o PSD sabe que há indícios claros da importância desta ligação e esses indícios são de inúmeros e inúmeros contactos de agentes económicos dos Açores, de inúmeros e inúmeros contactos de representantes da nossa diáspora, e vou citar apenas um.

Relativamente à política do Governo Regional dos Açores sobre esta matéria, em termos de transportes aéreos, este emigrante que por acaso é conselheiro das comunidades da Nova Inglaterra e Bermudas, que tem essa responsabilidade, diz o seguinte:

"Esta política leva a concluir que os açorianos que vivem nos Estados Unidos e Canadá não são turismo de qualidade. Apenas o povo dos países nórdicos e irlandeses é que são considerados turismo de qualidade.

A SATA está a anunciar Dabliw 7 dias em Ponta Delgada ou na Madeira, com hotel incluído, pelo preço de 359€. Esta oferta vai desde Maio a Setembro de 2007".

Continua perguntando o mesmo emigrante: "Qual a razão por que a SATA pode oferecer estes preços para os estrangeiros e não oferece aos filhos dos Açores que não couberam no berço?"

Diz ainda o referido emigrante: "São milhares de famílias açorianas que estão a escolher outras paragens de turismo muito mais económicas para passar as suas férias."

E diz mais: "Quando um açoriano viaja para a segunda ilha, no caso concreto da Terceira e outras ilhas do Grupo Central, tem de permanecer 24 horas em Ponta Delgada. Qual a razão por que não fazem plano de ligações com os voos que vão para os Estados Unidos?"

Para além dos problemas da bagagem existem outros problemas que derivam do facto de ir de uma ilha para outra. Isto é o sentimento dos açorianos de lá e de cá.

Foi aqui também referido um número, que é um número que devia preocupar, não os terceirenses, mas todos os açorianos, sobre o desequilíbrio e que é o seguinte: de 1994, o tal tempo do passado que alguns falam, para 2006, o tráfego internacional na Ilha Terceira baixou cerca de 43%. É um número que merece estudo, que merece

preocupação, mas para o PS, pelos vistos, nem preocupação nem estudo, porque isso está bem.

Para o PSD isto não está bem. Não está bem, porque prejudica os açorianos no equilíbrio que deve a vida nas nossas ilhas, prejudica os açorianos, porque entendemos que uma ilha a ser prejudicada, está a prejudicar todas as ilhas dos Açores, não na defesa exclusiva e bairrista de uma ilha, mas na defesa dos Açores, na medida em que o contributo que uma ilha pode dar ao desenvolvimento dos Açores é o contributo necessário para o desenvolvimento destas ilhas.

Por isso, o PSD entende que esta é mais uma oportunidade perdida do Parlamento dos Açores, oportunidade para estudar, para avaliar, para perceber porque é que existe ou não esta ligação e poderíamos muito bem chegar ao final deste estudo e entendermos que está bem, mas para o PS...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse, porque a sua declaração de voto já está a ficar muito longa.

O Orador: Concluo já, Sr. Presidente.

... ou não é necessário haver estudo, porque está tudo bem e estar tudo bem é não haver ligação, ou não quer que exista estudo, porque quer fugir à verdade, quer fugir aos esclarecimentos, porque para o PS e para o Governo Regional parece que é mais importante haver ligações com a Holanda ou com a Irlanda.

Outro dia até ouvi falar que iam estudar a possibilidade de ligações com a Rússia, mas não há vontade política de fazer vincar esta ligação que é a nossa ligação com os milhares e milhares de açorianos que estão espalhados por este mundo fora. É importante percebermos isto.

Para o PSD o que é importante são os açorianos das nove ilhas dos Açores, os interesses dos açorianos, os açorianos da diáspora, os açorianos da nossa emigração, todos aqueles que fazem com que estejamos aqui a representá-los.

O PS mais uma vez perdeu esta oportunidade, perdeu também a oportunidade de dignificar este Parlamento, de dignificar esta Assembleia, trazendo aqui trabalho que, de facto, resolva o problema das pessoas e os problemas dos açorianos.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) Deputado Lizuarte Machado *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Clélio Meneses, desculpe que lhe diga que há formas legítimas, mas também há limites para cada um de nós ou todos nós defendermos a nossa dama.

O que o senhor acabou de fazer foi um exercício absolutamente irracional e demagógico. O que o senhor acabou de fazer é que não dignifica em nada esta Casa, esta Assembleia, nem os deputados que aqui estão.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Clélio Meneses *(PSD):* Se não estivesse já habituado à falta de educação do Partido Socialista tinha ficado chateado, mas já estou habituado.

O Orador: Falta de educação é coisa que eu não tenho.

É evidente que este Grupo Parlamentar e o Governo defendem mais ligações para a Terceira ou para qualquer outra ilha, mas é também evidente que defendem que isso seja feito com racionalidade, com crescimento sustentado. É evidente que isto não é feito à custa de falências, à custa de despedimentos, à custa de situações sociais complicadas como algumas a que assistimos no passado.

Defendemos mais ligações, como o Sr. Secretário bem explicou. Os períodos em que realizam essas ligações começam a ser mais largos e mais abrangentes. Lá chegaremos às ligações anuais, se calhar mais do que uma ligação anual, não só para a Terceira, mas também para outras ilhas. É essa a expectativa que temos, é nesse sentidos que todos, Grupo Parlamentar e Governo trabalhamos e não temos dúvidas de que lá chegaremos.

O Projecto de Resolução aqui trazido pela PSD à Comissão de Economia, queria que em três meses estudasse o mercado Norte Americano, as suas potencialidades e apresentasse conclusões, supostamente que apresentasse soluções do que é que vamos

fazer a seguir, que rotas é que vamos ter, para onde é que vão ser, com estudos fundamentados e sustentados, com números em cima da mesa para pôr na frente dos governantes, para pôr na frente da SATA e dizer: isto é assim, isto tem que ser assim.
Com toda a franqueza este projecto é demagógico, é irracional e não faz qualquer sentido. Pode cavalgar alguma onda de descontentamento, mais ou menos localizada e querer à pressa passar à frente de outros estudos que estão a ser levados a cabo.
Este Projecto não faz qualquer sentido, é demagógico, é irresponsável e isso, sim, não dignifica esta Casa nem os deputados que aqui estão.
Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Passamos ao pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão sobre o **Projecto de Resolução – "Harmonizar os níveis de apoios a atribuir aos clubes e modalidades que recebem apoios para a promoção dos Açores",** apresentado pelo Partido Social Democrata.
Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes. Agradecia que se contivesse no objecto, ou seja, no pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.
(*) Deputado Cláudio Lopes *(PSD):* Muito obrigado, Sr. Presidente.
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.
O presente Projecto de Resolução tem algum carácter de urgência, na nossa opinião, uma vez que a matéria em apreço é por norma objecto de resolução do Governo nos meses de Junho ou Julho de cada ano para que tenha efeitos na época desportiva seguinte.
Portanto, atendendo a que até ao início da próxima época desportiva não teremos mais nenhum plenário ordinário, apresentamos aqui este pedido de urgência para que estas matéria possa ser tratada ainda durante este plenário e possa assim, uma vez que seja aprovada, ter efeitos já na próxima época desportiva.
Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.
(*) Deputado Cláudia Cardoso *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista também analisou aquilo que é proposto aqui no Projecto de Resolução e os fundamentos do pedido de urgência.

Gostaria, no entanto, de sublinhar que a matéria sobre o qual versa esse Projecto de Resolução, parece-nos que detém suficiente pertinência para que possa ser com mais tempo e com mais cuidado analisada pela Comissão.

É uma matéria que o processo de urgência invalidaria nos seus pontos essenciais que fosse, de facto, aquilatada da denúncia que é feita aqui dum certo desequilíbrio ao nível dos montantes atribuídos, quer às equipas, quer em virtude da promoção da Região e, portanto, parece-me que os argumentos expendidos pelo Sr. Deputado Cláudio Lopes, embora possam ter a nossa compreensão em virtude de poder preparar a próxima época desportiva, tivemos também que analisar com rigor e reparámos, por exemplo, que muita da legislação invocada no preâmbulo está, por exemplo, revogada e que também o próprio Projecto tem a data de 13 de Junho de 2006.

Portanto, parece-me que se o PSD pode esperar um ano para apresentar este Projecto de Resolução, pode, com certeza, esperar mais algum tempo e ele baixar à Comissão.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(*) Deputado Cláudio Lopes *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na realidade eu não percebi bem por que é que o Grupo Parlamentar do PS não entende o carácter de urgência em relação à discussão deste Projecto, uma vez que os argumentos aqui apresentados pela Sra. Deputada Cláudia Cardoso não caem muito bem em termos da sua defesa na não aprovação da urgência do debate deste diploma, porque o que este Projecto de Resolução visa é apenas recomendar ao Governo que nos despachos que normalmente faz por esta ocasião, atribuindo montantes financeiros aos clubes e modalidades que, representando os Açores, em termos desportivos, ao mais alto nível nos campeonatos nacionais, promovam assim da melhor maneira o nome da palavra “Açores” ou o nome dos Açores.

Portanto, trata-se de uma decisão própria do Governo Regional. É um despacho que é tido em Conselho do Governo, que não tem a ver com a aprovação nem sequer com o escrutínio desta Assembleia.

Trata-se dum montante financeiro muito significativo que é distribuído e bem a estes clubes para a promoção da nossa Região.

O que esta proposta visa é fundamentalmente recomendar ao Governo que na distribuição desse elevado montante financeiro, que são 3,5 milhões de euros, haja um maior equilíbrio, haja uma maior justiça desportiva e não se aprofundem as desigualdades entre os clubes e as modalidades que são beneficiárias desta apoio.

Portanto, nada de novo, nada de excepcional e nada de tão incómodo assim, que pudesse fazer com que esse Grupo Parlamentar aprovasse o carácter de urgência e se dispusesse a debater e a reflectir connosco este Projecto que tem somente a ver com isto: recomendar ao Governo ...

Deputado Hernâni Jorge *(PS):* É precisamente ao contrário.

O Orador: Lamento é que se perca a oportunidade de já na próxima época desportiva a recomendação que aqui está visada neste Projecto de Resolução não tenha já efeitos e que nomeadamente os clubes que se sentem injustiçados possam ser penalizados mais uma vez e em mais uma época desportiva, nomeadamente o Sport Clube Candelária da Ilha do Pico e outros que se sentem lesados e injustiçados com esta repartição deste bolo financeiro.

Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses *(PSD): Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) Deputada Cláudia Cardoso *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não vejo grande necessidade de esclarecer o Deputado Cláudio Lopes, porque ele, no fundo, acabou por revelar que afinal tinha percebido o que eu tinha tentado dizer há pouco.

Na verdade, o ponto de vista do PS é precisamente este: é que esta matéria tem suficiente relevância; tem suficiente relevância este desequilíbrio de que fala e se este

desequilíbrio existe, então que se verifique as razões pela qual existe e as razões pelas quais deve deixar de existir.

Portanto, do nosso ponto de vista é esta mesma relevância do conteúdo em si que exige uma baixa à Comissão e que não pode neste momento ser tomada de ânimo leve, até porque recomendar ao Governo que induza uma maior harmonia, não me parece de todo ser rigoroso e, portanto, a Comissão terá a seu tempo a capacidade de estudar e aprofundar esta matéria e então, sim, pronunciar-se no sentido de votação deste diploma.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(*) Deputado Cláudio Lopes *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu iria fazer um desafio ao Grupo Parlamentar do PS, mas já não o faço.

O desafio era se vos incomoda muito a alusão à legislação que já esteja revogada, eu abdicaria da parte do texto que fala dessa legislação que estás revogada e poderíamos seguir em frente, mas já vi que não é só isso que vos incomoda.

Portanto, espero é que só o facto de termos apresentado este Projecto de Resolução nesta data e com esta oportunidade que julgávamos que era a oportunidade certa para os clubes poderem beneficiar já na próxima época de melhores e mais justos apoios, tenha servido já para uma ou duas coisas, ou para a Comissão apresentar uma proposta ao Governo diferente daquilo que tem sido a prática do Governo nos últimos anos ou que o próprio Governo Regional já tenha saído daqui sensibilizado para, em despacho próprio, corrigir e emendar a mão esta matéria já na próxima época desportiva.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, vamos passar à votação do pedido de urgência.

Os Srs. Deputados que concordam com este pedido de urgência, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 13 votos a favor do PSD e 1 voto a favor do Deputado Independente.

Presidente: O Projecto de Resolução baixa à Comissão de Assuntos Sociais para parecer num prazo de 30 dias.

Passamos a outro pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão sobre o **Projecto de Resolução – "Importância da defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores da Base das Lajes e a preservação dos postos de trabalho por cidadãos nacionais",** apresentado pelo PSD.

Vamos debater o pedido de urgência.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) Deputado Francisco Coelho *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista percebe o sentido de oportunidade que fundamenta a urgência e por isso mesmo vai votá-la favoravelmente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) Deputado Clélio Meneses *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD regista esta pressa com que o Partido Socialista se adiantou ao proponente na justificação desta matéria. De facto, é uma coisa inaudita na prática parlamentar, mas valores mais altos se hão-de levantar por essa apressada decisão.

O PSD, de facto, apresenta o pedido de dispensa de exame em Comissão deste Projecto de Resolução pelos factos enumerados no respectivo requerimento que estão explícitos e que o próprio Partido Socialista os aprova independentemente da motivação que é presente.

De facto, a situação neste momento exige a tomada de uma posição política deste órgão relativamente a uma matéria que tem a ver com direitos dos trabalhadores, mas para além disso tem a ver com a própria Região, tem a ver com o País e tem a ver com interesses, direitos e valores que exigem que o primeiro órgão da autonomia tome uma posição.

Presidente: Vamos votar o pedido de urgência.

Os Srs. Deputados que concordam com o pedido de urgência, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, eu sugeria que fizéssemos um pequeno intervalo de 15 minutos e depois debatíamos o Projecto de Resolução.

(Eram 17 horas e 25 minutos)

Presidente: Vamos passar agora ao **Projecto de Resolução – "Importância da defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores da Base das Lajes e a preservação dos postos de trabalho por cidadãos nacionais".**

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) Deputado Clélio Meneses *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD apresenta hoje aqui um Projecto de Resolução que propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores se pronuncie sobre uma matéria que reputamos de especial importância, sobre a defesa dos trabalhadores da Base das Lajes, da preservação desses postos de trabalho por cidadãos nacionais, considerando, sobretudo, os acontecimentos recentes e reiterados relativamente à relação laboral entre estes trabalhadores e as forças estrangeiras.

É conhecido por todos que a instalação de uma força militar estrangeira nos Açores assume particular importância para Portugal, no âmbito das relações internacionais, no quadro da NATO e da política internacional em geral, e que influencia também especial relevância como realidade socioeconómica, determinante para a Região e em especial para a ilha Terceira.

Da análise dos custos e benefícios da instalação de uma força militar estrangeira nos Açores, que continua por fazer, a existência da Base das Lajes tem como principal benefício para a Região os postos de trabalho que estão criados e que contribuem decisivamente para o desenvolvimento dos Açores.

No entanto, mesmo em relação à dimensão laboral do acordo, os Açores tem perdido nos últimos anos, tem perdido porque dos cerca de 3 mil trabalhadores que ocupavam os seus postos de trabalho na Base da Lajes na década 70, estão hoje reduzidos a cerca de 850. É uma redução significativa para uma região com os constrangimentos económicos e sociais como é os Açores.

Para além desta redução significativa de postos de trabalhos, como dizia, de 3 mil para 850, têm surgido ao longo dos anos uma série de conflitos laborais decorrentes de alegadas violações do acordo que tem na sua base a diferente natureza jurídica dada a esse acordo em Portugal e nos Estados Unidos, tais como questões ligadas à actualização salarial, à ocupação de postos de trabalho por cidadãos estrangeiros em detrimento de portugueses, entre outras, tem merecido contestação dos trabalhadores, de entidades ligadas à actividade sindical e, transversalmente, de forças políticas.

Recentemente vieram a público notícias sobre as expectativas goradas da resolução definitiva do problema do desrespeito pelo inquérito que fundamenta a actualização salarial.

Depois de ser anunciada, por parte da Região, a resolução do problema a este nível, passados poucos dias foi anunciada a preocupação, porque não se resolvia.

Aqui mais uma vez ficou evidente, ficou patente e expressa a importância de colocar-se, como prioridade, na agenda negocial a questão da actualização salarial.

De resto, foi o próprio Governo Regional que anunciava a importância de se resolver este problema, anunciava até que ele iria ser resolvido, assumindo poucos dias depois que era uma situação que merecia preocupação e que não estava resolvido.

Mais grave foi aquilo que aconteceu recentemente.

Do anúncio de emprego publicitado pelas forças norte americanas e que dizia e cito: "Podem candidatar-se cidadãos dependentes de militares ou de civis e também militares na reserva, desde que cidadãos dos Estados Unidos ou de outros Estados-Membros da NATO, excepto Portugal". É este o título do anúncio.

Este anúncio de emprego exigia como habilitações, habilitações normais para qualquer cidadão português, como para qualquer cidadão norte americano ou estrangeiro de países da NATO e designadamente que estivessem habilitados com o ensino secundário, que falassem inglês e tivessem mais de 18 anos de idade. São muitos e muitos portugueses que obedecem a esses requisitos.

Os empregos oferecidos eram para as categorias profissionais que passo a citar: "monitor de tempos livres, caixa, nadador/salvador, tratador de animais, assistência de consultório veterinário ou funcionário de estação de serviço". Quantos e quantos portugueses não estão habilitados para exercer estas funções?

Perante este ataque à soberania portuguesa e à capacidade de trabalho dos portugueses o Governo Regional veio no dia 30 de Maio desculpar esta situação, dizendo que estava tudo bem e que era mesmo assim.

Dizia o Governo Regional em 30 de Maio, através de comunicado oficial de que eram apenas 8 postos de trabalho, que eram temporários, em *part-time* e com baixa remuneração.

Logo à frente o próprio comunicado já dizia que podia chegar a 20 ou 40 vagas no total. Isto é, esta oferta de emprego era para até 30 ou 40 vagas, excluindo portugueses.

O que é mais grave é que os argumentos apresentados pelo Governo Regional e pela parte americana, para justificar esta medida de oferta de emprego, de que seriam temporários, em *part-time* e com baixas remunerações, não fazem qualquer sentido, desde logo, porque trabalho temporário são tantos e tantos portugueses que, infelizmente, o têm na Base das Lajes.

Até parece, segundo os argumentos, que não há portugueses com trabalho temporário na Base das Lajes. Outro dos argumentos apresentados pela parte portuguesa é de que não há trabalho a tempo parcial por parte de portugueses na Base das Lajes. Quantos e quantos portugueses trabalham nas Base das Lajes a tempo parcial? Mas mais grave ainda é que até a própria oferta de emprego diz que era até 40 horas. 40 horas semanais não é, obviamente, trabalho parcial.

Depois refere-se que uma justificação para aquela oferta de emprego é baixa remuneração. Ora, a remuneração oferecida é de 8 a 9 dólares por hora, cerca de três vezes mais que o salário mínimo nacional.

Portanto, não há desculpa para aquilo que foi feito e muito menos há desculpas para a argumentação do Governo Regional.

O Governo da República, logo de seguida, a 5 de Junho nega qualquer discriminação e foi lesto a dizer que não havia discriminação, não havia nenhum problema e que estava tudo bem.

O Governo da República, oficialmente, veio afirmar que não havia problema, que estava tudo bem e veio mais uma vez defender a parte americana, desconsiderando a defesa dos interesses dos portugueses.

Curiosamente o mesmo Governo da República que no dia 5 de Junho diz que está tudo bem, passados três dias diz que já há um problema, ou seja, houve uma evolução. Aquilo que antes estava tudo bem, aquilo que antes não merecia qualquer contestação, aquilo que antes era apenas e só a decorrência normal para a actividade laboral da Base das Lajes, aquilo que antes mereceu argumentos de justificação do Governo Regional, aquilo que antes não era um problema, três dias depois já é um problema, só que um problema menor.

Se é um problema menor, e é isto que fundamenta este Projecto de Resolução, é a prova de que existe um problema, mas que não é atendido pelas entidades responsáveis da Região e do País com a dimensão e com a prioridade que deve ter. Se é um problema que afecta postos de trabalho, deve ser atendido exactamente com essa prioridade e não como um problema menor, porque se continuarmos reiteradamente a considerar os problemas dos trabalhadores da Base das Lajes como problemas menores, estamos exactamente a não dar prioridade à respectiva resolução.

É isso que está em causa e que, sobretudo, fundamenta este nosso Projecto de Resolução, porque para além disso mantém-se o espectro dos despedimentos na Base das Lajes, sucessivamente vão sendo anunciadas extinções de vagas e neste momento já se vem falando, sem ser claramente negado, que ainda durante este ano vão ser extintos mais 40 a 50 postos de trabalho na Base das Lajes.

Tudo isto merece preocupação pela desconsideração pelos trabalhadores, mas também pela forma como o Estado português, a Região e os interesses colectivos, são postos em causa.

Pelos efeitos sociais e económicos desta situação, num espaço com os condicionalismos dos Açores, é urgente, é essencial que se tomem medidas que defendam com eficácia os interesses dos trabalhadores portugueses na Base das Lajes.

Por outro lado, são públicas e são notórias as boas relações entre as partes públicas envolvidas neste processo. É o Governo Regional que tem boas relações com o Governo da República, é o Governo da República e o Governo Regional que têm boas relações com os Estados Unidos. Ainda bem que há essas boas relações, porque

se elas existem é mais um passo para se resolver a contento dos trabalhadores, a contento dos interesses nacionais e regionais todos esses conflitos e este problemas.

Por isso mesmo entende o PSD que uma das prioridades do investimento político nas relações entre Portugal e os Estados Unidos deve ser a defesa intransigente dos interesses e dos direitos dos trabalhadores portugueses, porque este é, de facto, um problema político e por isso o PSD apresenta este Projecto de Resolução que visa fundamentalmente que esta Assembleia se pronuncie, nos termos estatutários e regimentais, sobre algo que tem a ver com os Açores, que se pronuncie sobre três questões fundamentais: a diminuição acentuada de postos de trabalho portugueses na Base das Lajes, o recorrente insucesso nas expectativas de solucionar o problema da actualização salarial, conforme referi e conforme o Governo Regional assume nas últimas posições que tomou sobre esta matéria e acresce o último caso, deveras merecedor duma tomada de posição firme, da oferta de emprego a cidadãos norte americanos, cidadãos de Estados membros da NATO, excluindo expressamente cidadãos portugueses.

Tudo isto merece uma posição desta Assembleia e por isso o PSD entende que essa posição deve ser tomada por todos, porque quando o PSD ainda ontem tomava uma posição sobre a Europa, suscitando o consenso, suscitando a intervenção e a participação de todos no sentido de reforçar a posição da Região, somos coerentes e solicitamos que aconteça o mesmo agora, ou seja, que esta Assembleia, todos os partidos, independentemente de qualquer orientação, por unanimidade, assumam a defesa dos interesses dos Açores, assumam a defesa daqueles trabalhadores.

É isso que nos motiva, é isso que nos move e é isso que faz com que o PSD tenha apresentado este Projecto de Resolução.

Disse.

Deputada Maria José Duarte *(PSD): Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) Deputado Francisco Coelho *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O acordo da Base das Lajes, sendo importante e fundamental ao nível da nossa geoestratégia, do nosso posicionamento ao nível da política internacional, do nosso relacionamento privilegiado com os nossos aliados tradicionais e atlantistas, é também de interesse óbvio para os Açores. Esse interesse é reconhecido e os direitos correlativos pela nossa Constituição, pelo nosso Estatuto e devem e são exercidos também neste quadro. É, aliás, dentro desse espírito que esta Assembleia, e bem, vem estudando esse impactos nos Açores.

A questão levantada pelo PSD e pelo Sr. Deputado Clélio Meneses na sequência imediata, e conforme é público, não só de declarações de um sindicato que se reclama representativo destes trabalhadores correlacionado com algumas matérias e que solicitou, creio mesmo que também a Sua Exa. o Senhor Presidente da Assembleia e a todos os Grupos Parlamentares desta casa, audiências, deve ser analisado.

Eu devo dizer, desde logo, que não posso concordar com a petição de princípio, que me parece apenas política, de que o Governo Regional não tem cumprido as suas tarefas. Temos a certeza que o Governo Regional, nos órgãos onde tem assento, tem feito um trabalho permanente, diligente, competente e muito reivindicativo, atenta logicamente a natureza daquilo que estamos a falar, na defesa intransigente dos interesses dos Açores e dos interesses dos trabalhadores portugueses.

É verdade que nós estamos a falar de um acordo internacional e é verdade que é um princípio básico, civilização de direito e também de direito internacional que os acordos são para se cumprir.

Nessa medida é verdade que há alguns problemas, que já foram mais, é verdade, mas subsistem alguns problemas, designadamente aquele que foi referido pelo Sr. Deputado Clélio Meneses, ao nível da actualização salarial. Efectivamente se é essa a forma de se fazer as actualizações salariais na Base das Lajes, de acordo com o estipulado no chamado Acordo Laboral, independentemente de outras considerações substantivas, independentemente de sabermos se esses aumentos têm sido ou não feitos de forma razoável, designadamente em termos comparativos com o que ocorre na ilha Terceira ou nos Açores, essa deve ser a forma e assim deve, como tem

acontecido, o Governo Regional e as partes portuguesa e norte americana chegarem a um consenso favorável que dê efectivo cumprimento a essa norma do Acordo Laboral.

Da mesma forma que assim devemos fazer relativamente às actualizações salariais, também é verdade que devemos, para termos credibilidade, para termos força, para podermos reivindicar numa posição, e ainda por cima com um ente internacional, de seriedade e de boa fé, exigir aquilo que está no acordo e também é importante que isto seja dito, que se o Acordo Laboral consagra, e não podia ser de outra maneira, um claro princípio ao nível de recrutamento dessa força laboral, de prevalência e de claro domínio de que esse recrutamento deve ser feito entre cidadãos portugueses, a verdade é que esse princípio não é absoluto e em bom rigor não fazia sentido que fosse.

Como sabemos, no estatuto do próprio pessoal, do chamado anexo H do Acordo Técnico e que faz uma remissão expressa nessa matéria para a chamada Convenção NATO/SOFA, a verdade é que nós distinguimos entre os cidadãos norte americanos que estão entre nós, os elementos da força, o elemento civil e os chamados dependentes.

O elemento civil, como o nome indica, são exactamente cidadãos norte americanos que, devido à sua especificidade, ocupam determinado tipo de postos e que vem inclusive com o mesmo estatuto, até diplomático e ao nível das imunidades, para Portugal.

Mas, também não é só absoluto nesta parte, porque em bom rigor o que se quis consagrar neste acordo e o que o Acordo Laboral diz é que não devem e não podem ser ocupados por cidadãos norte americanos postos de trabalhos que tradicionalmente eram ocupados por portugueses. É isso, sejamos sérios, que diz o Acordo Laboral. É evidente que isto tem que ser visto na prática. É evidente que pode haver tentações de, na prática, isto ser defraudado.

Isto deve ser acompanhado e os seus trabalhadores, a comunicação social e as autoridades devem exercer um papel de vigilância.

Em relação aos postos de trabalho que estamos a falar serem tradicionalmente ocupados por portugueses, coloquei essa questão aos sindicados e eles também não me souberam satisfazer cabalmente.

Portanto, nós para termos legitimidade devemos exigir o cumprimento do acordo, mas temos que ver o acordo naquilo que ele exactamente diz e ele não consagra, e seria um pouco exagerado que o pudesse fazer, uma exclusividade de emprego para trabalhadores portugueses. Esta questão parece-me ser fundamental.

O Sr. Deputado Clélio Meneses também refere que se tem vindo a assistir a uma diminuição gradual do número do contingente da quantidade da nossa força laboral. Eu concordo com esta parte e é óbvio que isso é preocupante para nós, é óbvio que se trata do maior empregador da Ilha Terceira, será com certeza dos maiores empregadores dos Açores.

Essa diminuição, a prazo, coloca-nos problemas e deve ser acompanhada, deve ser monitorizada até para que possam ser criadas soluções alternativas, mas, Sr. Deputado Clélio Meneses, eu não posso concordar, embora de forma genérica, da forma como a questão é aqui colocada. Em bom rigor deve concordar comigo.

Se por razões tecnológicas, se por razões de eficiência, tal como acontece em Portugal, tal como acontece na Administração Central, tal como também queremos que aconteça na Administração Regional, se vão criando novas soluções, novas implementações e novas racionalidades, nós não podemos exigir, não exigimos, não ficou consagrado no Acordo Laboral se um espírito de puro sovietismo que os americanos ou outra força norte americana, independentemente das necessidades, tivesse que ter um contingente, por exemplo, de mil trabalhadores. Ninguém, em bom rigor, pode defender isso e, portanto, também não podemos fazer isso, mas também devemos ter conhecimento doutras realidades.

Se é certo que há, em bom rigor, uma diminuição real desse número, ela não será tão grande como parece, Sr. Deputado Clélio Meneses, e também é bom termos essa consciência, porque uma parte dessa diminuição ocorre, porque de há uns anos a esta parte, como também se faz cada vez mais em Portugal, há a concessão de serviços a entidades e a empresas privadas e, portanto, continua a haver um conjunto de força laboral portuguesa que presta esses serviços e esses, vamos ser absolutamente

sinceros, até não têm problemas de recursos aos tribunais, não têm problemas de inquérito para actualizações salariais, estão numa situação de perfeita igualdade com todos os trabalhadores portugueses, embora nalgumas matérias se calhar preferiam estar na situação de quem é aplicado o Acordo Laboral e facilmente também percebemos porquê.

Sr. Deputado Clélio Meneses, também não há, que eu saiba, e confirmei isso, nenhuma posição oficial nem qualquer anúncio de que vá haver alguma redução significativa de alguma parte desse contingente.

Não me parece, até em termos negociais, prudente que sejamos nós a falar nisso.

Não há qualquer confirmação oficial, não há qualquer notificação dessa intenção às autoridades portuguesas ou às autoridades açorianas.

Tenho que lhe dizer uma coisa Sr. Deputado: concordando com a importância deste assunto, concordando com a necessidade, o direito e a legitimidade que nós temos, como, aliás o temos feito, designadamente através da Comissão Eventual, de acompanharmos isto, de exigirmos com firmeza o cumprimento do acordado, de nos preocuparmos através da exigência da aplicação estrita do Acordo Laboral com os trabalhadores portugueses, eu devo dizer que ao ler o Projecto de Resolução do PSD, vejo que ele transmite, de forma que me parece pouco crítica, aquilo que é a posição do sindicato, e acho que devemos ouvir sempre os sindicatos, acho que temos outras responsabilidades, devemos fazer uma análise crítica e ponderada daquilo que dizem os sindicatos, até porque a nossa representatividade é indiscutível.

Portanto, tudo isso é importante, tudo isso deve estar presente e também penso que nestas questões, que são muito sérias por aquilo que envolvem, designadamente ao nível duma envolvência externa, eu acho que nós devemos fazer um esforço para resistir à tentação de ser apenas "cata-ventos" de interesses da sociedade civil.

Devemos fazer uma análise ponderada, porque essa, no fundo, é que serve os Açores, é que serve os trabalhadores portugueses da Base das Lajes, é que serve Portugal, é que serve a justiça, é que pode e deve levar ao cumprimento dos acordos.

Face a isto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista acha que, em substância, pela generalidade a crítica, este Projecto de Resolução não acrescenta nada de novo.

Nós também sabemos que, designadamente através dos diversos representantes, dos diversos órgãos previstos nos convénios, o Governo Regional está, de forma atenta e permanente, a tratar destas questões.

Face a isto, Sr. Deputado Clélio Meneses, o nosso voto só pode ser desfavorável a esta iniciativa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) Secretário Regional da Presidência *(Vasco Cordeiro):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Apenas para tratar ou tecer algumas considerações sobre este Projecto e nomeadamente na forma como foi apresentado pelo Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD.

Eu gostava de dar, da parte do Governo, e de reafirmar perante a Câmara que o Governo Regional tem em atenção esta como todas as outras matérias que se enquadram e que dizem respeito a esta questão da Base das Lajes.

Mas, conforme e muito bem já foi referido pelo Sr. Deputado Francisco Coelho, quem ouvisse a intervenção do Sr. Deputado Clélio Meneses julgaria que essas matérias se regem apenas por aquilo que é a capacidade de influência ou a capacidade de negociação dos protagonistas que estão num ou noutro lado. Ora, isso não é verdade, porque esta matéria tem regras jurídicas definidas, ou seja, há direito que rege esta matéria e esse direito é nomeadamente aquele que resulta do Acordo de Cooperação assinado em 1995.

Portanto, desse ponto de vista, eu gostava de saber concretamente o que é que se censura ao Governo Regional dos Açores?

O Governo Regional recebeu um quadro jurídico regulador desta matéria em 1996 e o Governo Regional ao longo destes anos tem assumido uma defesa pronta, determinada e decidida em relação a esta matéria.

Não foi no tempo dos Governos Regionais do Partido Socialista que se negociou este acordo e se nós estamos a agir em relação àquilo que é o quadro jurídico que temos actualmente, gostava de reafirmar perante a câmara que é esta a postura do Governo Regional aos mais variados níveis da sua presença e da representação da Região

Autónoma doa Açores, eu não percebo concretamente o que é que se censura, porque o Governo esteve, está e estará sempre a actuar dentro do quadro jurídico que define o Acordo.

Se nós considerarmos que é bom, que é mau, que podia ser diferente, isso é outra discussão que, certamente, não se coloca neste momento.

Agora, com as regras que nós temos, que não reste um segundo de dúvida, o Governo Regional será intransigente, como tem sido, na defesa dos interesses dos Açores e dos açorianos, dentro deste quadro da Base das Lajes.

Portanto, era apenas para repudiar aquelas que foram, nuns casos afirmação, noutros casos insinuação da parte do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses. **Deputado Clélio Meneses** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde logo e no início, para rejeitar terminantemente qualquer afirmação ou insinuação que quisesse, de alguma forma e maldosamente, colar esta iniciativa do PSD a qualquer interesse sindical.

O PSD tem um património na defesa das questões laborais da Base das Lajes que não de hoje, não é de ontem, não é de há 10 anos, mas desde que existe aquela estrutura militar.

A primeira moção de confiança apresentada nesta Assembleia, logo no início da Autonomia há cerca de 30 anos, foi por um governo do PSD a respeito de questões laborais da Base de Lajes. Curiosamente, na altura, o Partido Socialista votou contra essa proposta.

Eu pessoalmente como político nunca fiz aqui qualquer referência pessoal à actividade político-partidária, mas desde que a minha actividade política existe, há cerca de 10 anos atrás, sempre dei grande importância, sempre apresentei várias posições relativamente às questões da Base das Lajes. Por isso, é claramente irresponsável e demagógico querer misturar esta questão com quaisquer outros interesses que não apenas o interesse do PSD na defesa dos interesses e dos direitos laborais daquelas pessoas que ali trabalham.

Isto é que é importante, é preciso, e é essencial que fique claro, é necessário.

Por outro lado, devo dizer que é com curiosidade que mais uma vez se viu o Partido Socialista agora, depois do Governo Regional e do Governo da República terem-no feito, a justificar a posição americana de que aqueles postos de trabalho têm algumas especificidades de acordo com o Acordo Laboral, se calhar não é para portugueses, é para estrangeiros e eu vou ter que dizer aquilo que em parte já disse ali, deixando expresso que está previsto no referido anúncio de oferta de emprego.

Por que é que um cidadão português está excluído de ser monitor de tempo livres, caixa, nadador/salvador, tratador de animais, assistente de consultório de veterinário ou funcionário de estação de serviço, quando podem ser americanos, podem ser cidadãos de outros países da NATO, mas não podem ser portugueses?

O que está previsto lá para tratador de animais é que quem quiser lidar com animais não pode receá-los ou ser alérgico aos mesmos, tem de suportar pesos até 22,5 kg dos próprios animais ou das respectivas rações.

Para alguns postos de trabalho é exigido carta de condução, para outros conhecimentos de matemática suficientes para fazer e registar todas as acções em dinheiro. Todos têm que saber limpar as instalações onde pretendem trabalhar.

Por que é que um português está excluído disto? Que especificidades é que têm estes postos de trabalho que não podem ser para portugueses?

O mais grave é que seja o nosso Governo, o Governo Regional dos Açores, juntamente com o Governo da República, a justificar isto. Isto é lamentável.

Devo dizer mais:

Eu até esperei que o Partido Socialista votasse contra a urgência, porque, se calhar, é preciso que a Comissão estudo, que avalie, mas votar a favor da urgência apenas e só para matar logo a proposta, para que esta Assembleia não tenha a oportunidade de se pronunciar na defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores, isto é mais uma vez lamentável.

Secretário Regional da Presidência *(Vasco Cordeiro):* A responsabilidade é vossa. Se quisesse apreciá-la em Comissão não tinha apresentado o processo de urgência.

O Orador: O Sr. Secretário tenha calma.

Nós entendemos que estamos disponíveis para debater já, pensámos foi que o PS podia não estar e que quisesse debater em Comissão para que isto levasse mais algum tempo.

Entendemos que esta Assembleia se deve pronunciar já.

Relativamente ao Sr. Secretário, o seu Governo o que é que diz?

Secretário Regional da Presidência *(Vasco Cordeiro):* O nosso Governo!

O Orador: O Governo de que o senhor é Secretário o que diz é o seguinte e estou a citar o Governo Regional dos Açores:

"Os Açores consideram preocupante não ter sido possível chegar a uma solução jurídica de carácter permanente para o diferendo existente sobre a aplicação do inquérito salarial, enquanto instrumento e apuramento dos aumentos anuais dos vencimentos dos trabalhadores civis ao serviço do destacamento norte americano da Base das Lajes".

O Governo pode dizer que está preocupado, o Governo pode dizer que isto não se resolve, a Assembleia é que não pode. Para o Partido Socialista a Assembleia é que não se pode manifestar no sentido de dizer que é importante defender os interesses dos trabalhadores.

O seu Governo Regional dos Açores ainda há um mês atrás dizia que era importante pronunciar-se, dizia que era preocupante. A Assembleia é que não pode dizer. Que raio de democracia é esta!?

O mesmo Governo também dizia: "A necessidade das partes chegarem a um consenso político que reflicta o espírito e a letra do Acordo". É isto mesmo que está em causa. O Governo pode dizer isto, mas a Assembleia não pode, porque está tudo bem.

Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, está tudo bem ou não está? Da forma como falaram, parece que está tudo bem e que a Assembleia não se deve pronunciar, mas outro dia o Governo dizia que não estava bem e que era preocupante e era necessário haver consenso político.

E dizia mais: " ... que o assunto deve ser classificado como de importância fundamental e que entre reuniões da Comissão bilateral se deve proceder a todas as diligências necessárias para a sua resolução".

O Governo Regional diz que o assunto é de importância fundamental e que se deve resolver o problema. O Governo da República diz que é um problema menor. Ora, há aqui uma clara contradição.

Secretário Regional da Presidência *(Vasco Cordeiro):* Não há contradição nenhuma. O Governo está a fazer tudo o que está ao seu alcance.

O Orador: O Governo Regional diz que o assunto é de importância fundamental, o Governo da República diz que é um problema menor. Ora, há contradição. Se há contradição, qual é o problema desta Assembleia, juntamente com o Governo, dizer que o assunto é de importância fundamental e que a autonomia se deve pronunciar em defesa dos seus interesses? O problema é só esse.

Pelos vistoso Governo e o Partido Social Democrata entendem que é de importância fundamental, o Governo da República entende que é um problema menor e o Partido Socialista vota contra o Projecto de Resolução do PSD, embora ache que é um assunto de importância fundamental.

O Partido Socialista vai votar contra em relação a quê? O Partido Socialista vai votar contra a que esta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores se pronuncie no sentido de que deve haver atenção relativamente:

1. Diminuição acentuada de postos de trabalho portugueses na Base das Lajes.

Pelos vistos o Partido Socialista está contra a que esta Assembleia se pronuncie, manifestando preocupação pela diminuição acentuada de postos de trabalho na Base das Lajes.

2. O PSD entende que esta Assembleia se deve pronunciar sobre o recorrente insucesso nas expectativas de solucionar o problema da respectiva actualização salarial. É um problema de longos anos, a Comissão Bilateral tem queixas há largos anos sem dar resposta a essas queixas.

O Governo Regional, conforme citei, reconhece que a situação é preocupante.

O PSD entende que esta Assembleia se deve pronunciar no sentido de que é preocupante a situação e devem ser tomadas medidas que resolvam o problema. O PS é contra isto. O que é que tem de mal esta proposta?

3. O PS entende que a recente oferta de emprego para norte americanos, nos termos em que referi, merece a atenção desta Assembleia.

O Governo Regional entende que é um problema. O Governo da República entende que é um problema menor. O PS vota contra.

Eu referi aqui as três questões substanciais que estão presentes neste Projecto de Resolução.

Gostaria que o Partido Socialista dissesse qual destas rejeita, está contra qual delas para poder viabilizar este Projecto?

É um desafio que faço ao Partido Socialista. Qual destas três propostas merece a vossa discordância? Ou estão de acordo com todas e só votam contra, porque é do PSD?

Isto é que é importante que fique claro, porque o que o PSD entende é que é necessário, é essencial que a autonomia, através do seu primeiro órgão, tal como o Governo Regional já se pronunciou relativamente a uma parte desta questão, se pronuncie efectivamente perante o Governo da República, perante o Estado português, que é que representa os Açores e Portugal no âmbito das negociações, entenda como prioridade, como primeira preocupação a defesa dos interesses dos trabalhadores.

Srs. Deputados, enquanto esta questão não for entendida com a prioridade que deve ter, os problemas vão-se avolumando ao longo dos anos, vão-se repetindo e ainda há poucos meses atrás, num encontro público, na presença do Sr. Representante da Região nas comissões relativas ao acompanhamento do Acordo, quando eu, perante informações que me eram disponibilizadas, já manifestava preocupação pelos postos de trabalho já não serem 900, já estarem na casa dos 800, a resposta que me deram foi a de que até agora não há nada, não temos conhecimento de nada e o que é certo é que já são 850.

Se formos pelos mesmo caminho de que até agora não há nada, que está tudo bem, não vamos mexer e não vamos fazer nada sobre este assunto, os problemas vão-se avolumando, os interesses desses trabalhadores vão sendo prejudicados e o que é certo é que continuo à espera, porque até agora não foi dada nenhuma razão, razão pela qual o Partido Socialista vota contra este Projecto de Resolução.

Qual destes três pontos específicos que eu referi aqui merece a vossa discordância? Se há algum, digam, para podermos avaliar, alterar ou até retirar no sentido de ter o vosso voto.

O que queremos é que todos, Partido Social Democrata, Partido Socialista e Governo Regional, defendam os interesses dos Açores perante a República, perante quem quer que seja, sempre e sempre na defesa dos interesses dos açorianos.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) Deputado Francisco Coelho *(PS):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Clélio Meneses, da minha parte uma certeza para já.

Relativamente ao património social democrata, naquilo que depender de mim, ele continuará virgem de mãos socialistas, mas quero-lhe dizer uma coisa: foi há pouco mais de 24 horas, às 11,30 horas da manhã de ontem, que eu, acompanhado dos quatro vice-presidentes do Grupo Parlamentar do PS, recebi a delegação sindical que V. Exa. também recebeu e, peço-lhe desculpa, está muito fresco na minha memória.

Sr. Deputado Clélio Meneses, o senhor pode ter um fatinho mais janota que os senhores da CGTP, mas o seu discurso nesta matéria foi o mesmo.

Deputado Clélio Meneses *(PSD):* Quando não tem argumentos fala da minha roupa.

O Orador: Sr. Deputado Clélio Meneses, a respeito desta questão, há claramente dois caminhos que podem ser seguidos, onde cada um de nós escolheu o seu e garanto-lhe que não me arrependi do caminho que escolhi.

Sr. Deputado, é claramente demagógico dizer-se: "havia algum mal que fosse um português?" A questão que eu lhe coloco é outra, e digo-lhe em termos institucionais, estamos a falar de um acordo internacional.

É verdade ou não, Sr. Deputado Clélio Meneses, que não é absoluto que o recrutamento tenha de ser feito de trabalhadores portugueses?

É verdade ou não que o que diz o Acordo Laboral é que essa reserva é feita para postos de trabalho tradicionalmente ocupados por portugueses?

Deputado Clélio Meneses *(PSD):* Eu não disse que era.

O Orador: Não, mas é isso que nós temos que discutir, porque não discutir isso, é o que fez a CGTP e é o que o senhor fez aqui. É isso que tem que ser discutido, porque nós só podemos ter razão, só podemos fazê-la valer ao abrigo do Acordo e é por isso que tem razão. O senhor já se lembra do Acordo, é curioso, quando fala da história do inquérito salarial que ainda não está resolvida. Aí tem razão.

Sr. Deputado Clélio Meneses, o que é que o senhor defende? O Acordo tem algum contingente mínimo de trabalhadores portugueses? Não tem e é do Acordo que devemos falar.

Mas ainda lhe pergunto mais: O Sr. Deputado Clélio Meneses defende que deveria ter? Acha que isso faz algum sentido? Acha que alguém hoje defende isso em Portugal, que mereça alguma credibilidade e que tenha governado Portugal nos últimos 20 ou 30 anos? Não acho.

Portanto, é fácil vir aqui e fazer um discurso pretensamente pela sua simplicidade e por algum primarismo objectivo, desculpe que lhe diga.

Há quem ouça e não perceba das coisas, mas infelizmente ou felizmente nós estamos aqui e podemos ou não ter razão.

Bom, se o seu interesse é ganhar uns votos enganando duas ou três pessoas, está fazendo o seu papel, agora se o seu interesse – e eu gostava que fosse – é resolver os problemas, é o cumprimento do acordo, o caminho, Sr. Deputado Clélio Meneses, não é esse, o caminho só pode ser aquele que eu aqui defendi, só pode ser a exigência, com razão do cumprimento do Acordo Laboral.

Portanto, quando disse que a sua análise não foi crítica, é muito simples. O Sr. Deputado não se deu ao trabalho ou não teve tempo de ver se aquilo que o sindicato diz tem ou não enquadramento no Acordo Laboral. Isto parece-me, Sr. Deputado Clélio Meneses, básico e esse trabalho, desculpe que lhe diga, o senhor não fez.

Deputado Clélio Meneses *(PSD):* Não vá por aí!

O Orador: O PS fez esse trabalho, di-lo aqui assim como disse aos sindicalistas. A questão é essa e já toda a gente percebeu.

Nós não fazemos política dessa maneira, nós não somos cata-ventos da sociedade civil, nós temos ideias, projectos e é isso que defendemos e é por aí que actuamos.

Em matérias sérias e fundamentais, como política internacional, nós só podemos ter uma política, uma vontade que é exigir o cumprimento dos acordos. É isso que nós fazemos.

Relativamente às suas reivindicações, tentámos enquadrá-las no Acordo, muitas delas, conforme disse aqui, até me deixam dúvidas e temos que dizer isso. Se calhar era mais fácil dar duas palmadinhas nas costas e dizer: tens razão, mas não podemos por uma questão mínima, básica e primária de universidade intelectual dizer a uma pessoa que tem razão quando nós sabemos que não tem ou, pelo menos, ainda não a conseguiu provar.

Portanto, o Sr. Deputado escolheu o seu caminho. Vejo que está satisfeito com ele, ainda bem. Nós estamos muito satisfeitos com o nosso.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) Deputado Clélio Meneses *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, é lamentável que o Partido Socialista quando não tem argumentos válidos para combater os argumentos válidos que o PSD apresentou, faça um ataque pessoal.

É tanto lamentável quanto useiro e vezeiro da parte do Partido Socialista. É que desde comentários relativamente à roupa, até comentários de ataque de primarismo e outros epítetos tais, são, de facto, reveladores da falta de argumentos do Partido Socialista.

Mas, se incomoda tanto ao Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que um sindicato tenha dito o que disse, que o PSD afirme o que afirma, hoje há um outro sindicato na Terceira, Sr. Deputado, que há algum tempo atrás dizia e cito: "Há centenas de norte americanos a trabalhar ilegalmente nas Lajes".

Esse outro sindicato aprova cerca de 150 entre dependentes e militares e dizem, continuo a citar: " O problema só se resolve com a civilização das relação laborais".

Eu tinha muito mais para citar relativamente a posições que, legítima e positivamente, esse sindicato também tem tomado.

Para o PSD não há sindicatos bons nem sindicatos maus. Para o PSD há interesses válidos e esta questão que o Partido Socialista e o Presidente do seu Grupo Parlamentar quis diminuir agora aqui, é um interesse que não é só do PSD, não é só de um sindicato, não é só de dois ou três votos, é um problema que afecta efectivamente a relação laboral na Base das Lajes e é, nem mais nem menos, isso que está em causa.

Sr. Deputado Francisco Coelho, entre os ataques e as fugas para a CGTP, para as cores de fatos e para isto ou aquilo, o senhor não conseguiu em nenhum momento dar uma única razão para rejeitar este Projecto de Resolução.

Estão contra que haja uma posição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre a diminuição acentuada de postos de trabalho na Base das Lajes, de cerca de 3000 na década de 70 para 850 hoje?

Estão contra que a Assembleia se pronuncie contra o reiterado insucesso das negociações relativas à actualização salarial, como o próprio Governo Regional admite?

Estão contra que a Assembleia se pronuncie sobre isto? Até agora não manifestaram isso.

Está contra que a Assembleia se pronuncie sobre a oferta de empregos que exclui portugueses? Não. Até agora não manifestaram isso.

Porque não manifestaram uma única razão para rejeitar uma única das propostas que estão aqui, não apresentaram qualquer razão para a vossa irresponsável posição política que estão aqui a tomar. Estão a votar contra esta proposta apenas e só porque é uma proposta do PSD.

Não nos atemorizam, não nos intimidam, porque estamos cientes, estamos convictos e estamos fortalecidos da nossa razão, sobretudo porque estamos acompanhados pela razão dos açorianos que, neste caso, percebem que a autonomia devia tomar uma posição em defesa dos seus interesses.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho *(PS):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:

Sr. Deputado Clélio Meneses, vamos ser claros.

É óbvio que eu não lhe fiz nenhum ataque pessoal e começa também a ser para mim óbvio, Sr. Deputado, que se calhar neste momento há um grande interesse táctico da sua parte em vitimizar-se, mas o nosso interesse não é esse.

Vamos ser claros, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Em relação aos sindicatos, respeitamos todos e por isso mesmo é que os recebemos, agora também temos o direito de receber, rebater com eles e dar a nossa opinião e, eventualmente, não concordar.

Aliás, eu penso que fui cuidadoso, porque há elementos que eu não tenho. A verdade é essa.

Eu comecei por dizer que não tomei nenhuma posição definitiva, porque não tenho elementos para isso, sobre se esse recrutamento, que o Sr. Deputado referiu e que tem sido referido na Comunicação Social, é ilegal ou não. Eu não tenho os elementos suficientes para saber isso, eu não tenho os elementos suficientes para saber, desde logo, e algumas dessas coisas até só se podem ver com o decorrer do tempo, se é uma tentativa de defraudar a lei ou não.

Os sindicatos, pelo menos aqueles que nós recebemos, também não conseguiram, por enquanto, ajudar nessa matéria.

Senhor Deputado Clélio Meneses, por que é que nós não aprovamos isso? O senhor deu um excelente exemplo.

Por exemplo, vamos mandar uma resolução para a Assembleia da República e para o Governo da República a dizer: estamos muito preocupados – ela anda nos 900 trabalhadores há uns 15 anos e, portanto, 3 mil e tal foi há muitos anos e também é bom referirmos isso - com a redução do contingente.

Se nos levarem a sério, e nós gostamos de ser levados a sério, e porque dizemos isso não apenas para desabafar, mas para que seja feita alguma coisa, provavelmente alguém nos perguntaria: e o que é que nós podemos fazer aqui? Só podemos arranjar o contingente. Ele não está no acordo. Faz sentido que esteja no acordo?

É por isso, Sr. Deputado, que eu digo que esta proposta, nessa medida, não faz sentido. Essa proposta não tem a certeza por exemplo, e as coisas são sérias, se esses despedimentos foram ilegais ou não e se não temos essa certeza, acho que não devemos, antes de a ter, fazer uma resolução e mandá-la para os órgãos de soberania.

Isso parece-me óbvio, Sr. Deputado, e são essas as razões que me parecem avisadas, que me parecem que defendem inclusivamente a imagem de competência de qualidade desta Assembleia que nós gostamos de ter e pensamos que temos em Lisboa junto da Assembleia da República.

Portanto, é em defesa daquilo e da imagem que nós temos que eu acho, sinceramente, que não é nada avisado mandar isto para a Assembleia da República e penso também, Sr. Deputado Clélio Meneses, que as pessoas que estão nesta câmara perceberam isto.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, terminado o debate sobre este Projecto de Resolução, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução foi rejeitado com 26 votos contra do PS e 16 votos a favor do PSD.

Presidente: Temos agora **um pedido para que a Sra. Deputada Fernanda Mendes preste depoimento como testemunha num processo.**

Temos também o parecer da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, no sentido de autorizar esta audição.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O parecer foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Temos de seguida uma **Proposta de Deliberação, subscrita pela mesa, declarando findo o período legislativo de Junho**

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, muito obrigado pela vossa colaboração.

Terminam aqui os nossos trabalhos e voltamos no dia 11 de Julho.

Boa viagem de regresso.

(Os trabalhos terminaram às 16 horas e 50 minutos)

(*) Texto não revisto pelo orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Osório Meneses da **Silva**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes dos **Reis**

Alberto Abílio Lopes **Pereira**

José Manuel Avelar **Nunes**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Deputado Independente (Ind.)

Paulo Domingos Alves de **Gusmão**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**

Nuno André da Costa Soares **Tomé**

Partido Social Democrata (PSD)

José Manuel Cabral Dias **Bolieiro**

Documento Entrados

PROJECTO DE RESOLUÇÃO

Importância da defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores da Base das Lajes e da preservação dos postos de trabalho por cidadãos nacionais

A instalação de uma força militar estrangeira nos Açores assume particular importância para Portugal no âmbito da sua participação no quadro da NATO e da política internacional, evidenciando especial relevância como realidade sócio-económica determinante para a Região e, em especial, para a ilha Terceira. Na análise dos custos e proveitos - que continua por fazer - da existência da Base das Lajes, ressalta como principal benefício para a Região as centenas de postos de trabalho que contribuem decisivamente para o desenvolvimento dos Açores.

Porém, mesmo em relação à dimensão laboral do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América, constata-se que os Açores vêm perdendo ao longo dos anos, pois, os cerca de três mil portugueses que trabalhavam naquela estrutura militar são hoje apenas cerca de oitocentos e cinquenta.

Ao longo dos anos. têm surgido conflitos decorrentes da alegada violação de normas do Acordo que têm na sua base a diferente natureza jurídica do mesmo nos dois países.

Questões ligadas à actualização salarial e à ocupação de postos de trabalho por cidadãos estrangeiros em detrimento de portugueses têm merecido contestação de trabalhadores e entidades sindicais e políticas.

Mais recentemente, vieram a público notícias sobre as expectativas goradas da resolução definitiva do problema do desrespeito pelo inquérito que fundamenta a actualização salarial e, fundamentalmente, a anunciada oferta de emprego feita para cidadãos norte-americanos e de outros países da Nato, excluindo expressamente Portugal, estando em causa, e conforme é público, um máximo de "40 vagas". Mantêm-se, por outro lado, o espectro dos despedimentos e da redução de postos de trabalho, sendo referido em vários sectores, que se prevê a extinção próxima de mais cerca de meia centena de postos de trabalho.

Ora, tais situações se revelam desconsideração pelos trabalhadores portugueses, colocando em causa o principio da não discriminação, são atentatórias das próprïas posições da Região e do país.

Pelos efeitos sociais e económicos da situação num espaço com os condicionalismos que têm os Açores, é essencial tomar medidas que defendam com eficácia os direitos dos trabalhadores portugueses na Base das Lajes.

Por outro lado, são públicas as boas relações entre os Governos e governantes das partes envolvidas, a Região, o país e os EUA.

Assim sendo, constata-se que uma das prioridades do investimento político dos representantes da Região e do País nas negociações com os Estados Unidos da América deve centrar-se, em primeira linha, na defesa dos trabalhadores e dos seus direitos.

Termos pelos quais. o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições aplicáveis do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e do Regimento da Assembleia Legislativa apresentam o seguinte Projecto de Resolução:

Mais recentemente, vieram a público notícias sobre as expectativas goradas da resolução definitiva do problema do desrespeito pelo inquérito que fundamenta a actualização salarial e. fundamentalmente, a anunciada oferta de emprego feita para cidadãos norte-americanos e de outros países da Nato, excluindo expressamente Portugal, estando em causa, e conforme é público, um máximo de “40 vagas”.

Mantêm-se, por outro lado, o espectro dos despedimentos e da redução de postos de trabalho, sendo referido em vários sectores, que se prevê a extinção próxima de mais cerca de meia centena de postos de trabalho.

Ora, tais situações se revelam desconsideração pelos trabalhadores portugueses, colocando em causa o principio da não discriminação, são atentatórias das próprias posições da Região e do país.

Pelos efeitos sociais e económicos da situação num espaço com os condicionalismos que têm os Açores, é essencial tomar medidas que defendam com eficácia os direitos dos trabalhadores portugueses na Base das Lajes.

Por outro lado, são públicas as boas relações entre os Governos e governantes das partes envolvidas, a Região, o pais e os EUA.

Assim sendo, constata-se que uma das prioridades do investimento político dos representantes da Região e do País nas negociações com os Estados Unidos da América deve centrar-se, em primeira linha, na defesa dos trabalhadores e dos seus direitos.

Termos pelos quais, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições aplicáveis do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e do Regimento da Assembleia Legislativa apresentam o seguinte Projecto de Resolução:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos da alínea i) do artigo 3Q0 do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, pronuncia-se, por iniciativa própria, sobre a aplicação do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América no âmbito laboral na Região Autónoma dos Açores:

1. A diminuição acentuada de postos de trabalho portugueses na Base das Lajes, bem como o recorrente insucesso nas expectativas de solucionar o problema da respectiva actualização salarial - com o que é violado o Acordo internacional em causa - a que acresce a recente oferta de emprego para norte-americanos e nacionais de outros países da Nato, excluindo expressamente o acesso de cidadãos portugueses a tais vagas, impõe ao Estado Português a urgente tomada de medidas diplomáticas no sentido de colocar como prioridade da agenda negocial luso-americana a defesa dos direitos dos trabalhadores portugueses nos termos citados e a necessidade de preservação dos postos de trabalho para cidadãos nacionais, acautelando o principio da não discriminação.

2. Desta posição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores deve ser dado imediato conhecimento à Assembleia da República e ao Governo da República.

Horta, 13 de Junho de 2007.

O Grupo Parlamentar do PSD, *Clélio Menezes*

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos da alínea i) do artigo **300** do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, pronuncia-se, por iniciativa própria, sobre a aplicação do Acordo de Cooperação e

Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América no âmbito laboral na Região Autónoma dos Açores:

1. A diminuição acentuada de postos de trabalho portugueses na Base das Lajes, bem como o recorrente insucesso nas expectativas de solucionar o problema da respectiva actualização salarial - com o que é violado o Acordo internacional em causa - a que acresce a recente oferta de emprego para norte-americanos e nacionais de outros países da Nato, excluindo expressamente o acesso de cidadãos portugueses a tais vagas, impõe ao Estado Português a urgente tomada de medidas diplomáticas no sentido de colocar como prioridade da agenda negocial luso-americana a defesa dos direitos dos trabalhadores portugueses nos termos citados e a necessidade de preservação dos postos de trabalho para cidadãos nacionais, acautelando o principio da não discriminação.

2. Desta posição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores deve ser dado imediato conhecimento à Assembleia da República e ao Governo da República.

Horta, 13 de Junho de 2007.

O Grupo Parlamentar do PSD, *Clélio Menezes*

———

PROJECTO DE RESOLUÇÃO

Propõe que haja maior harmonia nos níveis dos apoios a atribuir aos clubes e modalidades que recebem apoios para a promoção dos Açores.

Exposição dos motivos

A Lei n° 30/2004 de 21 de Julho (Lei de Bases do Desporto), considera, no seu preâmbulo, o exercício da actividade desportiva como factor cultural, indispensável na formação plena da pessoa humana e no desenvolvimento da Sociedade.

O direito ao Desporto visa, também, garantir a igualdade de direitos e oportunidades quanto ao acesso e á generalização das práticas desportivas diferenciadas.

A participação livre e voluntária (organizada ou não), um direito assegurado no âmbito do Desporto, visa a melhoria da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais e a obtenção de resultados em competições de todos os níveis.

O diploma em referência alude ainda a vários princípios entre os quais o da universalidade, o da não discriminação, o da intervenção pública, o da autonomia do movimento associativo e ainda o da continuidade territorial. Mas, no âmbito da presente iniciativa, importa sublinhar o principio da não diferenciação, em razão do sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual.

Estes princípios garantem, assim, o acesso de todos os cidadãos ao desporto, sem discriminação, definem a intervenção complementar e subsidiária dos poderes públicos, no âmbito da política desportiva, reconhecem e garantem a autonomia das entidades do movimento associativo desportivo e a plena participação desportiva das populações.

É baseado nos mesmos pressupostos e princípios com que na Região se criou o regime jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo, com a aprovação do Decreto Legislativo Regional n° 14/2005/A de 5 de Julho.

O diploma em referência procurou dar maior clareza aos critérios de atribuição dos apoios públicos, previligiando a formação e recreação em detrimento da vertente desportiva e do espectáculo. Visa a reafectação dos apoios, incentivando os escalões de formação, a competição local e regional e a busca da excelência desportiva por forma a fomentar o desenvolvimento desportivo sustentado dos Açores.

Com este diploma ficou, assim, estabelecido um quadro geral de apoio a prestar pela administração regional autónoma ao desenvolvimento da actividade desportiva não profissional, da promoção desportiva, da formação dos recursos humanos no desporto, da alta competição, da protecção dos desportistas e da utilização das infra-estruturas desportivas no âmbito do desporto para todos e do desporto federado.

Concomitantemente, o Decreto Legislativo Regional n° 8/99/A, de 22 de Março e o Decreto Legislativo Regional n° 4/99/A, de 21 de Janeiro, prevêem o quadro geral de apoios a prestar às actividades físicas e desportivas, e permitem a celebração de contratos-programa com entidades participantes em eventos desportivos com relevância turística. Neste contexto, surge a Resolução no 118/2005 de 21 de Julho que considera que as modalidades de futebol, basquetebol, voleibol, andebol, hóquei em patins, ténis de mesa, futsal e automobilismo, quando praticadas ao mais alto nível, podem contribuir para a promoção externa dos Açores.

O Governo Regional estabeleceu ainda, com a Resolução n0 55/2005 de 7 de Abril, os critérios de selecção das associações desportivas ligadas aquelas modalidades, tendo em vista a celebração de contratos para a divulgação dos Açores.

Não deixamos de concordar com tais premissas e reconhecemos assim que a actividade desportiva, amadora ou profissional, quando praticada ao mais alto nível, abre, efectivamente, janelas de oportunidade e constitui um poderoso veículo de promoção e divulgação das entidades participantes, bem como das suas regiões de origem.

Por outro lado, este efeito é particularmente notório no caso do Continente Português, mercado que representa mais de 50% do turismo que visita a nossa Região.

Porém, se não discutimos o enquadramento legal nem a argumentação que lhe serve de base, sobra-nos uma dúvida muito concreta quanto aos níveis de apoio e sua diferenciação, que são por resolução do Governo distribuídos, ano após ano, aos Clubes e às modalidades definidas e enquadradas em legislação específica. Atenta a experiência que nesta matéria já existe, há mais de cinco anos, existem Clubes que se sentem prejudicados, relativamente a outros, pelo que não se percebe os motivos que sustentam um tratamento tão diferenciado.

A exemplo, dentro da mesma modalidade e tratando-se do mais alto nível competitivo, há uma diferença abismal entre os apoios que para este objectivo recebe uma equipa feminina e uma equipa masculina.

Também em modalidades com notoriedade e visibilidade muito semelhantes como são o caso do basquetebol, do andebol, do hóquei em patins e do voleibol, não se compreende que hajam níveis de apoio tão diferenciados, mesmo considerando que

são todas do mesmo sexo, e estando igualmente no mais elevado patamar desportivo nacional da modalidade.
Finalmente, consideramos que os apoios ao ténis de mesa são insignificantes no contexto geral das restantes modalidades.
Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD apresenta à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o seguinte Projecto de Resolução:
A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe e recomenda ao Governo Regional para aquando da atribuição dos montantes a conceder aos Clubes e modalidades que, enquadrados em legislação específica, sejam seleccionados para promover os Açores:
1 - Haja maior equilíbrio nos níveis dos montantes entre equipas femininas e masculinas dentro da mesma modalidade, quando se encontram no mais elevado nível de competição
2 - Haja maior equilíbrio nos níveis dos montantes entre modalidades semelhantes em termos de notoriedade e visibilidade, como são os casos do basquetebol, do andebol, do hóquei em patins e do voleibol quando se encontram de igual modo no mais elevado nível de competição
3 - Sejam revistos, no sentido do seu aumento, os apoios à modalidade do ténis de mesa.

Horta, Sala das Sessões, 13 de Junho de 2006
Os Deputados, *Clélio Menezes*

Relatório e Parecer sobre o pedido de autorização para a Deputada Maria Fernanda Silva Mendes Prestar depoimento, como testemunha, nos autos do processo de julgamento de responsabilidades financeiras n.º 5/2007-PRF, a correr termos na Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Capítulo I

Introdução

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 12 de Junho de 2007, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta.

Da agenda da reunião constava a apreciação, relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, sobre o pedido de autorização para a Deputada Maria Fernanda Silva Mendes prestar depoimento, como testemunha, nos autos do processo de julgamento de responsabilidades financeiras n.º 5/2007-PRF, a correr termos na Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas.

O pedido da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 9 de Março de 2006, tendo sido enviada à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, no dia 13 do mesmo mês, para relato e emissão de parecer.

Capítulo II

Enquadramento Jurídico

Nos termos do artigo 24.º do Estatuto Político-Administrativo, o Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores é equiparado ao Estatuto dos Deputados à Assembleia da República no que se refere aos direitos, regalias e imunidades consagrados constitucionalmente.

O n.º 2 do artigo 157.º da Constituição da República Portuguesa, dispõe que os Deputados não podem ser ouvidos como declarantes nem como arguidos sem autorização da Assembleia.

O artigo 11.º do Estatuto dos Deputados à Assembleia da República (Lei n.º 7/93, de 1 de Março, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 24/95, de 18 de Agosto, n.º 55/98, de 18 de Agosto, n.º 8/99, de 10 de Fevereiro, n.º 45/99, de 16 de Junho, n.º 3/2001, de 23 de Fevereiro, e n.ºs 44/2006 e 45/2006, ambas de 25 de Agosto) reproduz o referido texto constitucional (n.º 2), estabelece que o pedido de

autorização é apresentado pelo juiz competente em documento dirigido ao Presidente da Assembleia (n.º 5) e determina que a decisão é tomada pelo Plenário, precedendo audição do deputado e parecer da comissão competente (n.º 6).
Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 1-A/99/A, de 28 de Janeiro, os "assuntos constitucionais, estatutários e regimentais" e a "organização e funcionamento da Assembleia" são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

Apreciação do Pedido

Recebido o pedido, a Comissão procedeu à audição da Deputada Maria Fernanda da Silva Mendes, nos termos do n.º 6 do artigo 11.º do Estatuto dos Deputados, que informou das razões e circunstâncias em que foi arrolada como testemunha nos autos do referido processo, as quais nada têm a ver com o exercício do actual mandato de deputado, e manifestou a sua disponibilidade para prestar depoimento escrito, gozando da prerrogativa que lhe é conferida pela legislação processual.
No processo de julgamento de responsabilidades financeiros n.º 5/2007-PRF são demandadas Rosa Maria Carvalho Lourenço Borges da Ponte e Maria Emília Amaral Borges Teixeira da Silveira, na qualidade de responsáveis pela gerência do Centro de Saúde da Ribeira Grande, no ano de 2003.

Capítulo IV

Síntese das posições dos Deputados

Os *Grupos Parlamentares do PS* **e** *do PSD* **e o** *Deputado Independente***, manifestaram posições de concordância com a autorização para que a mencionada Deputada preste depoimento, por escrito, na qualidade de testemunha.**

Capítulo V

Com base na apreciação efectuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho concluiu pela inexistência de qualquer impedimento ao solicitado pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, emitindo, por unanimidade, parecer no sentido de autorizar a Deputada Maria Fernanda Silva Mendes a prestar depoimento, por escrito, como testemunha, nos autos do processo de julgamento de responsabilidades financeiras n.º 5/2007-PRF, a correr termos na Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, usando da prerrogativa conferida aos Deputados Regionais pelos artigos 624.º e 626.º do Código do Processo Civil.

Consequentemente, o pedido está condições de ser agendado para apreciação e deliberação em reunião plenária, conforme dispõe o n.º 6 do artigo 11.º do Estatuto dos Deputados.

Horta, 12 de Junho de 2007

O Relator, *Rogério Veiros*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Hernâni Jorge*

———

Relatório e parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 10/2007 – Define o quadro para a regulação e gestão de resíduos na Região Autónoma dos Açores

Capítulo I

Introdução

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 29 de Maio de 2007, na delegação do Pico da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Madalena.

Da agenda da reunião constava a continuação da apreciação, relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia

Legislativa, sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 10/2007 – Define o quadro para a regulação e gestão de resíduos na Região Autónoma dos Açores.

A mencionada Proposta de Decreto Legislativo Regional deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 16 de Abril de 2007, tendo sido recebida pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, no dia 18 do mesmo mês, para relato e emissão de parecer, até 17 de Maio de 2007.

Considerando que o prazo concedido à Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores (AMRAA) e ao Núcleo de São Miguel da QUERCUS para a emissão de pareceres terminou no dia 11 de Junho de 2007, a Comissão só concluiu e aprovou o presente relatório em 12 de Junho de 2007, na Horta.

Capítulo II

Enquadramento Jurídico

A iniciativa legislativa originária do Governo Regional funda-se no disposto nos artigos 39.º e 60.º, alínea *t),* do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

A competência legislativa da Região, transpondo para o seu território actos jurídicos da União Europeia, exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea *x)* do n.º 1 do artigo 227.º e nos n.^{os} 4 e 8 do artigo 112.º da Constituição da República Portuguesa e na alínea *c)* do artigo 8.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

O debate em plenário das iniciativas legislativas é precedido da apreciação pelas comissões especializadas permanentes, cabendo-lhes elaborar os correspondentes relatórios, nos termos do disposto na alínea *a)* do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Legislativa.

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa n.º 1-A/99/A, de 28 de Janeiro, as matérias relativas ao "ambiente" são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

Apreciação da Proposta

a) Na generalidade

A Proposta de Decreto Legislativo Regional em apreciação visa a definição do quadro para a regulação e gestão dos resíduos nos Açores, transpondo para o território da Região as Directivas n.º 2006/12/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril de 2006, e n.º 91/689/CEE do Conselho, de 12 de Dezembro de 1991.

Conforme se constata no Relatório de 2003 sobre o Estado do Ambiente nos Açores *"a problemática associada à produção de resíduos atinge maior relevo quando se trata de uma região isolada e dispersa como o arquipélago dos Açores"* e *"torna-se mais complexo encontrar soluções para a gestão adequada dos resíduos de diferente natureza produzidos na Região, uma vez que a escala das ilhas inviabiliza a implementação de algumas tecnologias dado os elevados custos inerentes"*.

Sendo este um dos problemas ambientais mais difícil de resolver, a actual situação relativamente ao tratamento e destino final dos resíduos nos Açores está longe de ser a ideal, não obstante as melhorias já registadas, em resultado dos esforços levados a cabo ao longo da última década:

- Quanto ao destino dado aos resíduos sólidos urbanos (RSU) produzidos na Região, entre 1998 e 2005, passou-se de 88% para 10% depositados em lixeiras ou vazadouros, de 12% para 74% depositados em aterros sanitários, e de inexistente para 16% na recolha selectiva;
- Alargou-se à Região, de forma progressiva, a actividade das sociedades gestores dos diversos sistemas integrados de gestão de resíduos, designadamente embalagens, incluindo embalagens de produtos farmacêuticos, e resíduos de embalagens, óleos usados, medicamentos fora de uso, pneus usados, pilhas e acumuladores, e resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos.
- Aprovou-se o regime aplicável à gestão dos resíduos hospitalares produzidos em unidades de saúde da Região e o Plano Estratégico dos Resíduos Hospitalares dos Açores (PERHA) e foi elaborado o Plano Estratégico dos Resíduos Industriais e Especiais dos Açores (PERIEA);

– Foi lançado e desenvolvido o Plano de Acção de Gestão Integrada de Resíduos (PAGIR), no âmbito do qual se procedeu ao levantamento, remoção e recuperação de depósitos de resíduos em todas as ilhas.

Contudo, não podemos estar satisfeitos com o tratamento e destino final dado a grande parte dos resíduos produzidos nos Açores, maioritariamente depositados em aterro, com os métodos de valorização de resíduos a representarem uma franja pouco significativa na actual matriz de gestão.

Com a aprovação, pela Resolução n.º 128/2006, de 28 de Setembro, do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos dos Açores (SIGRA) a Região deu um importante passo no sentido da definição e implementação de um modelo integrado de gestão dos resíduos.

Na decorrência do SIGRA, o Governo Regional apresentou esta iniciativa legislativa, definidora do quadro para a regulação e gestão dos resíduos na Região, a qual prevê a criação de uma entidade reguladora (ERSERA – Entidade Reguladora dos Serviços de Resíduos da Região Autónoma dos Açores), e define o modelo de planeamento da gestão dos resíduos, compreendendo cinco planos estratégicos, com o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos (PEGRA) a assumir a natureza de plano sectorial, contendo as orientações estratégicas para a elaboração dos restantes planos específicos – resíduos urbanos (PERGSU), resíduos industriais (PERGRI), resíduos hospitalares (PERGRHOP) e resíduos agrícolas e florestais (PERAGRI).

Mas se é consensual identificar a prevenção como a principal prioridade na definição de um sistema moderno de gestão de resíduos para os Açores, já não é tarefa simples, em virtude da nossa realidade geográfica e dispersão insular, hierarquizar as restantes soluções técnicas disponíveis, designadamente: reutilização, reciclagem, valorização (orgânica ou energética) e confinamento (em aterro sanitário ou confinamento técnico), daí que a iniciativa legislativa prescinda do princípio da hierarquização, substituindo-o pelo princípio da abordagem combinada (artigo 8.º da Proposta).

b) Na especialidade

Na apreciação na especialidade, a Comissão deliberou, por unanimidade, notar a necessidade de ser corrigida a numeração do artigo com a epígrafe "Fiscalização" e

apresentar as seguintes propostas de alteração ao articulado da iniciativa, formuladas pelos Grupos Parlamentares do PS e do PSD:

" *Artigo 2.º*

(Âmbito)

O presente diploma aplica-se a todas as operações de gestão de resíduos realizadas ***na Região Autónoma dos Açores****.*

Artigo 9.º

[...]

1. *Nas operações de gestão de resíduos devem observar-se os princípios fixados no presente diploma e demais* ***legislação e regulamentação*** *aplicável e o respeito pelos critérios qualitativos e quantitativos fixados nos* ***instrumentos de planeamento****.*
2. *[...]*
3. ***São proibidas as operações de descarga ou incineração*** *de resíduos no mar* ***e de injecção de resíduos no solo, bem como o abandono de resíduos ou a sua*** *descarga em locais não licenciados para a realização de operações de gestão de resíduos.*

Artigo 10.º

(Entidade reguladora)

1. ***É criada*** *a Entidade Reguladora dos Serviços de Resíduos da Região Autónoma dos Açores, abreviadamente designada por ERSERA, cuja missão é a regulação do sector* ***dos*** *resíduos na Região Autónoma dos Açores.*
2. *[...]*
3. *[...]*
4. *A forma****,*** *natureza jurídica****, estrutura orgânica e normas de funcionamento da ERSERA são aprovadas*** *por decreto legislativo regional.*
5. *[a eliminar]*

Artigo 11.º

[...]

1. *[...]*
2. *[a eliminar]*

3. […]

Artigo 13.º

[…]

1. […]

*2. **O disposto no** número anterior não é aplicável ao transporte de biomassa.*

Artigo 15.º

[…]

1. […]

2. […]

3. […]

4. […]

5. […]

*6. O PEGRA é aprovado **por** decreto legislativo regional.*

7. […]

8. […]

Artigo 16.º

[…]

***1.** […]*

***2.** [corresponde ao artigo 17.º da Proposta]*

Artigo 17.º

[…]

[a eliminar]

Artigo 19.º

[…]

1. […]

2. […]

3. […]

4. […]

5. […]

6. *O contrato de concessão de gestão de resíduos menciona todos os direitos e obrigações das partes contratantes e o seu prazo de validade, o qual nunca pode ser superior a **35** anos.*
7. *[…]*
8. *[…]*

Artigo 20.º

[…]

1. *[…]*
2. ***O regime económico-financeiro é aprovado por decreto legislativo regional.***

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 25.ª A

(Regime transitório de regulação)

Até à implementação da ERSERA, as respectivas competências são prosseguidas pelo departamento do Governo Regional com competência em matéria de ambiente.

Artigo 26.º

(Regime transitório de licenciamento e concessão)

As licenças ou concessões para a realização de operações de gestão de resíduos, emitidas ou outorgadas enquanto não vigorar o decreto regulamentar regional a que se refere o n.º 2 do artigo 16.º, estão integralmente sujeitas ao regime definido no presente diploma e no respectivo título ou contrato. **"**

Capítulo IV

Contributos e Pareceres de outras Entidades

A Comissão procedeu à audição da Senhora Secretária Regional do Ambiente e Mar, na reunião de 29 de Maio de 2007, a qual explicou a motivação da iniciativa

realçando a importância da sua aprovação, com vista à definição e implementação de um modelo integrado e racional para de gestão dos resíduos nos Açores.

A Comissão promoveu ainda a consulta, por escrito, da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores (AMRAA) e do Núcleo de São Miguel da QUERCUS. O prazo concedido à AMRAA e à QUERCUS para a emissão dos respectivos pareceres terminou no dia 11 de Junho de 2007.

O Núcleo de São Miguel da QUERCUS emitiu parecer, datado de 5 de Junho de 2007 e enviado à Comissão no dia 10 do mesmo mês, no qual é manifestada *"concordância com os princípios básicos, enquadrados no já aprovado SIGRA e no PEGRA em vias de aprovação, sendo relevante a necessidade de criar uma entidade pública com funções de regulação das entidades públicas e privadas concessionadas para a gestão de resíduos"*, considerando ainda que *"esta função reguladora, complementada pela actividade licenciadora e fiscalizadora da SRAM, deve coordenar e enquadrar os vários operadores autárquicos, público-privados e privados, operacionalizando a implementação do PEGRA e seus subsistemas, segundo os princípios gerais contidos no Artigo 5.º",* sugerindo, na especialidade, algumas alterações ao articulado da iniciativa (cf. parecer em anexo), tendo em vista, designadamente: a clarificação da proibição das operações de incineração de resíduos; e a redução dos prazos máximos das licenças e das concessões.

No dia 12 de Junho de 2007, a Comissão recebeu o parecer da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores (AMRAA), datado de dia 8 do mesmo mês, genericamente favorável à iniciativa legislativa, considerando, contudo, que *"em determinados pontos"* a proposta *"deveria ser melhorada, por forma a salvaguardar os interesses regionais e das comunidades locais açorianas",* sugerindo, na especialidade, algumas alterações ao respectivo articulado (cf. parecer em anexo), visando, designadamente: a não obrigatoriedade de licenciamento das operações de gestão de resíduos realizadas directamente pelos municípios no uso das suas competências e atribuições legais; a não proibição da descarga de resíduos no mar; a redução dos prazos máximos das licenças e das concessões; e a aprovação por decreto legislativo regional dos regimes de licenciamento e concessão e económico-financeiro aplicáveis às operações de gestão de resíduos.

Capítulo V

Síntese das Posições dos Deputados

O ***Grupo Parlamentar do PS*** manifesta concordância com a aprovação da iniciativa legislativa em apreciação, por considerar extremamente importante a implementação de um modelo integrado de gestão dos resíduos nos Açores, no qual o regime jurídico definidor do quadro para a regulação e gestão dos resíduos constitui o primeiro instrumento duma vasta estrutura legislativa e regulamentar.

O PS releva o objectivo de implementar na Região um sistema moderno e integrado de gestão dos resíduos, sujeito a mecanismos de regulação e apontando para um cenário tecnológico que compreenda as soluções que melhor se adeqúem aos objectivos de gestão, designadamente a redução significativa da deposição em aterro e a generalização da recolha selectiva, com o encaminhamento dos resíduos para sistemas de valorização.

Para o ***Grupo Parlamentar do PSD***, a problemática da gestão dos resíduos assume, na Região Autónoma dos Açores, uma especial configuração, tendo em conta a natureza arquipelágica, a dispersão das ilhas e as diferentes realidades que cada uma delas encerra.

A geografia intra-insular e o afastamento ao continente reflectem-se – de modo singular e decisivo – no modelo de gestão de resíduos e nas suas modulações, abarcando realidades tão diversas, que vão de São Miguel – responsável, por exemplo, pela produção de 50% do total de resíduos sólidos urbanos dos Açores – até à pequena ilha do Corvo que produz apenas 0,2% da totalidade daqueles resíduos.

A gestão dum sistema de resíduos deve ter como primeiro objectivo a preservação do ambiente e a protecção da saúde humana, minimizando os efeitos do processo de recolha, transporte, tratamento, armazenamento e depósito dos resíduos.

A defesa do ambiente obriga a que a prevenção, reutilização e a reciclagem constituam prioridades políticas e de gestão, sem que se afaste a concepção de que os resíduos são um recurso, gerador de valor.

A gestão do sistema de gestão de resíduos nos Açores impõe uma partilha de responsabilidades e de encargos financeiros entre a Região, os municípios e eventuais parceiros privados, segundo um princípio de equilíbrio, tendo em consideração que a realidade insular envolve um acréscimo significativo de custos de qualquer sistema de gestão que agregue soluções para mais do que uma ilha.

O PSD reconhece que a presente iniciativa, ao transpor para o território da Região as Directivas n.º 2006/12/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril de 2006, e n.º 91/689/CEE do Conselho, de 12 de Dezembro de 1991, disciplina o quadro de regulação e gestão de resíduos de modo diferente do constante no Decreto-Lei nº 178/2006, de 5 de Setembro, mais consentâneas com a realidade regional.

Capítulo VI

Conclusões e Parecer

Com base na apreciação efectuada, na generalidade e na especialidade, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho concluiu pela importância da iniciativa em apreciação e deliberou, por maioria, com os votos a favor do PS e as abstenções do PSD, emitir parecer favorável à aprovação da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 10/2007 – Define o quadro para a regulação e gestão de resíduos na Região Autónoma dos Açores.

Consequentemente, a Proposta de Decreto Legislativo Regional está em condições de ser agendada para debate e votação em reunião plenária.

Horta, 12 de Junho de 2007

O Relator, ***Rogério Veiros***

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, ***Hernâni Jorge***

O Redactor, *José Rodrigues da Costa*